



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

JÉSSICA COSTA PIZAIA

**A TERRITORIALIZAÇÃO DE MIGRANTES DO HAITI EM  
CAMBÉ-PR E ROLÂNDIA-PR:  
AS DEMANDAS DAS MULHERES HAITIANAS E AS AÇÕES  
REALIZADAS**

---

Londrina  
2019

JÉSSICA COSTA PIZAIA

**A TERRITORIALIZAÇÃO DE MIGRANTES DO HAITI EM  
CAMBÉ-PR E ROLÂNDIA-PR:  
AS DEMANDAS DAS MULHERES HAITIANAS E AS AÇÕES  
REALIZADAS**

Dissertação de mestrado em geografia apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Castreghini de Freitas Pereira

Londrina  
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Pizaia, Jéssica Costa.

A territorialização de migrantes do Haiti em Cambé-PR e Rolândia-PR : As demandas das mulheres haitianas e as ações realizadas / Jéssica Costa Pizaia. - Londrina, 2019. 150 f. : il.

Orientador: Adriana Castreghini de Freitas Pereira.

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, , 2019.

Inclui bibliografia.

1. Mobilidade haitiana. - Tese. 2. Mulheres haitianas. - Tese. 3. Territorialização - Tese. 4. Desigualdade de gênero. - Tese. I. Castreghini de Freitas Pereira, Adriana. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas. . III. Título.

JÉSSICA COSTA PIZAIA

**A TERRITORIALIZAÇÃO DE MIGRANTES DO HAITI EM CAMBÉ-PR  
E ROLÂNDIA-PR:  
AS DEMANDAS DAS MULHERES HAITIANAS E AS AÇÕES  
REALIZADAS**

Dissertação de mestrado em geografia apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em geografia.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Castreghini de  
Freitas Pereira  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Profa. Dra. Ideni Terezinha Antonello  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Profa. Dra. Marcia da Silva  
Universidade Estadual do Centro-Oeste –  
UNICENTRO

Londrina, 01 de julho de 2019.

## AGRADECIMENTOS

Por mais óbvio que aparente, às vezes é necessário reiterar que toda pesquisa científica é feita por pessoas, sem exceção. Neste trabalho contei com a colaboração, empatia e solidariedade de inúmeras entre os anos de 2017 e 2019, algumas que participaram ao longo da elaboração e construção do mesmo, e outras que me apresentaram polos de iniciativas positivas e benéficas aos imigrantes em um momento em que o ódio e a intolerância são cada vez mais incitados.

Agradeço sobretudo a todos os (as) imigrantes entrevistados (as) pela colaboração com a pesquisa. Falar a respeito de toda a trajetória até o Brasil pode instigar bons e maus sentimentos, boas e más lembranças, assim como descrever os problemas que hoje vivenciam e seus anseios para o futuro. Eu agradeço, portanto, a coragem e a grandeza em resgatar estas e outras memórias, as quais foram confiadas a mim para a elaboração deste trabalho. Serei eternamente grata pela simpatia e pela confiança. Esta dissertação de mestrado foi feita por estas pessoas e igualmente para elas, principalmente às sete haitianas entrevistadas.

Sou muito grata a todas as mulheres que me receberam nos estabelecimentos públicos de ensino e saúde, nas instituições religiosas que prestam atendimento voluntário e às profissionais com quem conversei, que se mostraram muito solícitas em me ajudar e até assessorar no que eu precisasse. Este trabalho não teria sido concluído sem o voto de confiança que estas mulheres deram a mim, em especial a irmã Inês da Pastoral do Migrante de Londrina, a quem agradeço muito pela simpatia e esforços direcionados a esta pesquisa. Também sou muito grata às profissionais de saúde da UBS do Jardim Novo Horizonte de Rolândia pela recepção e pelo auxílio nos dias em que estive no local, e às voluntárias e a coordenadora do projeto de doação de alimentos no Centro Espírita Kardecista de Cambé. Muito obrigada também a todos os profissionais ou voluntários que realizam atendimentos e que se empenham em ações de amparo aos imigrantes e que concederam um pouco do seu tempo para a realização das entrevistas.

Sou muito grata igualmente à CAPES pelo auxílio financeiro que por vezes possibilitou a minha ida até as casas dos (as) entrevistados (as) e que financiou esta pesquisa durante um ano. Agradeço também àquelas pessoas que me acompanharam nos últimos dois anos e que estiveram presentes na construção desta dissertação.

Agradeço à minha orientadora Adriana por mais uma vez me nortear em um assunto considerado, talvez, como secundário e periférico na geografia, mas que ainda se faz importante e altamente relevante nos dias de hoje. Obrigada também à banca por toda a atenção prestada e pelas importantes sugestões durante o percurso final. Obrigada igualmente às professoras da pós-graduação da UEL e da UEPG que auxiliaram nas escolhas sobre a metodologia e caminhos a serem percorridos.

Meu agradecimento à Dalila, a quem devo muito desde o TCC, e à Marcela por construírem a ponte que eu precisava no final da pesquisa com as entrevistas e que me deram o impulso necessário para que eu finalizasse a dissertação. Agradeço muitíssimo ao Pedro pelo otimismo e pelo auxílio que por vezes custou algumas horas de descanso, mas que foi essencial no fim na pesquisa. Obrigada também aos amigos que estiveram presentes de perto ou de longe, me acompanhando e se fazendo presentes nestes últimos anos, principalmente a Rosana e o Flávio, amigos que eu tive a sorte de contar durante toda a graduação e o mestrado.

Por fim, agradeço à toda minha família pelo apoio e pela compreensão de sempre. Serei sempre grata pelo incentivo à leitura, à curiosidade e ao conhecimento, e igualmente pelos exemplos de honestidade, de trabalho duro e incessante, que foram basilares na construção desta dissertação.

PIZAIA, Jéssica Costa. **A territorialização de migrantes do Haiti em Cambé-PR e Rolândia-PR: as demandas das mulheres haitianas e as ações realizadas.** 2019. 150 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

## RESUMO

Durante as mobilidades populacionais internacionais são as mulheres que se encontram em maior situação de vulnerabilidade. No Brasil, a intersecção das características identitárias negra, mulher, mãe e estrangeira geram também outros problemas, relacionados ao racismo, estigma e xenofobia, dificultando os processos de territorialização após todo o movimento migratório. Assim, a presente pesquisa objetiva compreender o processo de territorialização das mulheres haitianas em duas cidades do Paraná: Cambé e Rolândia, além de compreender quais as demandas, políticas e ações que têm sido realizadas e que se voltam a esta população. Durante a pesquisa, buscou-se se alicerçar nos princípios éticos das Geografias Feministas, e a partir disto, escolheu-se o método de entrevistas não-dirigidas para alcançar o objetivo elencado. Foram realizadas entrevistas com 22 pessoas, sendo sete mulheres e sete homens haitianos moradores do Jardim Santo Amaro em Cambé e do Jardim Novo Horizonte em Rolândia, quatro profissionais da saúde, uma professora de português e três membros e coordenadoras de organizações ligadas a entidades religiosas que prestam assistência à imigrantes e refugiados (Cáritas, Pastoral do Migrante e Centro Espírita Kardecista). A partir disto, foi possível apresentar a configuração territorial dos estabelecimentos que atendem esta população, visualizar a importância dos templos religiosos, obter informações e compreender as demandas relacionados à saúde, educação e trabalho, e entender a dificuldade no processo de integração das mulheres no território. Por fim, concluiu-se que as mulheres encontram-se mais des-territorializadas e em posição de maior vulnerabilidade em relação aos homens da mesma nacionalidade. Diferente deles, quase metade pretende migrar novamente devido a problemas relacionados a renda, trabalho, saúde e criação dos filhos. As demandas das mulheres haitianas, relacionadas aos diferentes costumes, diferenças culturais, a diferença da língua, alta fecundidade, entre outras, muitas vezes não são consideradas e atendidas pelas entidades públicas e, no caso de Rolândia, também não o são pelas entidades religiosas, sendo necessária uma reorganização na abrangência territorial das mesmas. Incluindo também a sensibilização dos profissionais ou empregadores que atendem a população haitiana, a qual relatou situações de xenofobia e racismo.

**Palavras-Chave:** Mobilidade haitiana. Mulheres haitianas. Territorialização. Desigualdade de gênero.

PIZAIA, Jéssica Costa. **The territorialization of Haitian migrants in Cambé-PR and Rolândia-PR: the demands of Haitian women and actions undertaken.** 2019. 150 folhas. Dissertation (Master's Degree in Geography) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

## **ABSTRACT**

During international population mobilities, women are in a most vulnerable situation. In Brazil, the black, female, mother and foreign identities intersections also generate other problems related to racism, stigma and xenophobia, making difficult the territorialization process after an intensive migratory movement. Thus, this research aims to understand the process of Haitian women territorialization in two Paraná cities: Cambé and Rolândia, as well as to understand the demands, policies and actions that have been carried out and that are directed to this population. During the research, we sought to be based on the ethical principles of Feminist Geographies, and from this, we chose the method of non-directed interviews to achieve the main objective. Interviews were conducted with 22 people, seven Haitian women and seven men living in Jardim Santo Amaro in Cambé and Jardim Novo Horizonte in Rolândia, four health professionals, a Portuguese teacher and three members and coordinators of religious organizations that provide assistance to immigrants and refugees (Caritas, Migrant Pastoral, and Kardecist Spiritist Center). From this, it was possible to present the territorial configuration of the establishments that serve this population, visualize the importance of religious temples, obtain information and understand the demands related to health, education and work, and understand the process of integration of women in the territory. Finally, it was concluded that women are more de-territorialized and more vulnerable than men of the same nationality. Unlike them, almost half intend to migrate again due to problems related to income, work, health and child rearing. The demands of Haitian women, related to different customs, cultural and language differences, high fertility, etc, are often not considered or even met by public entities, neither by religious entities in Rolândia. A reorganization of their territorial scope is required. It is also important a sensitization of professionals or employers who serve the Haitian population, who reported situations of xenophobia and racism.

**Key words:** Haitian mobility. Haitian women. Territorialization. Gender Inequality.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|   |     |
|---|-----|
| <b>Figura 1</b> – Deslocados Internos pelo mundo em 2017 .....  | 48  |
| <b>Figura 2</b> – Distribuição de Refugiados e pessoas em situação de refúgio pelo mundo em 2017.....   | 49  |
| <b>Figura 3</b> – Principais rotas migratórias de refugiados na Europa a partir de 2014 .....   | 51  |
| <b>Figura 4</b> – Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado por Unidade Federativa em 2017 .....  | 54  |
| <b>Figura 5</b> – Localização do Haiti na Ilha de Hispaniola.....   | 56  |
| <b>Figura 6</b> – Falhas geológicas próximas a Ilha de Hispaniola .....   | 59  |
| <b>Figura 7</b> – Epicentro do terremoto de 2010 e as regiões e comunas mais afetadas 60  |     |
| <b>Figura 8</b> – Rota de populações haitianas para o Brasil a partir de 2010 .....   | 62  |
| <b>Figura 9</b> – Locais de origem antes da mobilidade até o Brasil .....   | 101 |
| <b>Figura 10</b> – Trajeto percorrido pelos entrevistados de cidades do Haiti até Cambé-PR e Rolândia- PR .....   | 103 |
| <b>Figura 11</b> – Localização do Jardim Santo Amaro e dos estabelecimentos de assistência, atendimento e convivência .....                             | 107 |
| <b>Figura 12</b> – Localização do Jardim Novo Horizonte, os estabelecimentos de assistência, saúde e templos religiosos .....                           | 108 |
| <b>Figura 13</b> – Alimentos arrecadados e algumas das pessoas a serem atendidas no Centro Espírita Kardecista Alvorada Nova no Jardim Santo Amaro..... | 111 |

## LISTA DE TABELAS

|                   |   |    |
|-------------------|---|----|
| <b>Tabela 1 –</b> | Maiores disparidades na mortalidade infantil por ano a cada 1000 habitantes entre 2 e 5 anos..... | 75 |
|-------------------|---|----|

## LISTA DE GRÁFICOS

|  |     |
|--|-----|
| <b>Gráfico 1</b> – Solicitações de refúgio em trâmite no Brasil por nacionalidade – 2017 .....                           | 52  |
| <b>Gráfico 2</b> – Países das pessoas atendidas presencialmente na Cáritas de Londrina no primeiro semestre de 2018..... | 96  |
| <b>Gráfico 3</b> – Profissões desempenhadas pelas (os) participantes antes da mobilidade até o Brasil .....              | 100 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|          |  |
|----------|--|
| ACNUR    | Alto comissariado das Nações Unidas para os Refugiados   |
| CELEM    | Centro de Línguas Estrangeiras Modernas  |
| CNBB     | Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  |
| CNIg     | Conselho Nacional de Imigração   |
| CONARE   | Comitê Nacional de Refugiados  |
| CRAS     | Centro de Referência de Assistência Social   |
| FARC     | Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia   |
| IDH      | Índice de Desenvolvimento Humano   |
| IDPs     | Internally Displaced Person (Deslocados Internos)  |
| IIRSA    | Integração da Infraestrutura da América do Sul   |
| IMDH     | Instituto Migrações e Direitos Humanos   |
| MINUSTAH | Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti   |
| OIM      | Organização Internacional de Migração  |
| ONGs     | Organizações Não-Governamentais  |
| ONU      | Organização das Nações Unidas  |
| PFOL     | Português para Falantes de Outras Línguas  |
| PNUD     | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  |
| PNUMA    | Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente  |
| RedeMIR  | Rede Solidária para Migrantes e Refugiados   |
| SEED     | Secretaria Estadual de Educação  |
| SINCRE   | Sistema Nacional de Cadastramento de Estrangeiros  |
| UBS      | Unidade Básica de Saúde  |
| UNHCR    | United Nations High Commissioner for Refugees  |
| UNRWA    | The United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East (Agência da ONU para Refugiados da Palestina) |
| UPA      | Unidade de Pronto Atendimento  |

## SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....  | 14  |
| <b>1 METODOLOGIA E MÉTODOS UTILIZADOS NA PESQUISA</b> .....  | 17  |
| 1.1 GEOGRAFIAS FEMINISTAS.....   | 17  |
| 1.2 AS ENTREVISTAS NÃO-DIRIGIDAS .....   | 22  |
| <b>2 O TERRITÓRIO E AS MOBILIDADES POPULACIONAIS</b> .....   | 26  |
| 2.1 O TERRITÓRIO E SEUS PODERES .....  | 27  |
| 2.2 AS MOBILIDADES POPULACIONAIS INTERNACIONAIS .....  | 38  |
| 2.3 A MOBILIDADE INTERNACIONAL DE REFUGIADOS E OS CONTEXTOS<br>GEOPOLÍTICOS.....                   | 47  |
| 2.4. OS REFUGIADOS NO BRASIL E NO PARANÁ .....   | 51  |
| 2.4.1. A mobilidade haitiana .....   | 56  |
| <b>3 A SITUAÇÃO DE REFÚGIO, VULNERABILIDADE E QUESTÕES<br/>IDENTITÁRIAS</b> .....                  | 69  |
| 3.1. AS IDENTIDADES TERRITORIAIS.....  | 70  |
| 3.2. A SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE DE MIGRANTES E REFUGIADOS .....                                 | 73  |
| 3.3. AS MULHERES MIGRANTES E REFUGIADAS NO BRASIL.....   | 78  |
| 3.4 O QUE DEVE E O QUE TEM SIDO FEITO: POLÍTICAS E AÇÕES VOLTADAS ÀS<br>POPULAÇÕES REFUGIADAS..... | 88  |
| <b>4 AS MULHERES HAITIANAS NAS CIDADES DE CAMBÉ E ROLÂNDIA</b> 95                                  |     |
| 4.1. LONDRINA E REGIÃO COMO DESTINO DE REFUGIADOS E MIGRANTES SOB ASILO<br>HUMANITÁRIO .....       | 95  |
| 4.2. O PERFIL DOS PARTICIPANTES E SUAS TRAJETÓRIAS .....   | 98  |
| 4.3. A COMUNIDADE HAITIANA EM CAMBÉ E ROLÂNDIA.....  | 106 |
| 4.4. O PAPEL DA RELIGIÃO.....  | 109 |
| 4.5. ACESSO A SAÚDE.....   | 114 |
| 4.6. O TRABALHO.....   | 118 |
| 4.7. EDUCAÇÃO.....   | 121 |
| 4.8. A INTEGRAÇÃO E O PROCESSO DE RE-TERRITORIALIZAÇÃO.....  | 124 |

|      |   |            |
|------|---|------------|
| 4.9. | O QUE PODERIA SER FEITO.....  | 128        |
| 5    | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>132</b> |
|      | <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>  | <b>135</b> |
|      | <b>APÊNDICE A – Perfil dos entrevistados.....</b>   | <b>148</b> |
|      | <b>ANEXO A – Cartilha multilíngue entregue a imigrantes e refugiados<br/>elaborado pelo IMDH.....</b> | <b>149</b> |
|      | <b>ANEXO B – Guia de informações sobre trabalho e emprego distribuída a<br/>haitianos.....</b>        | <b>150</b> |

## 1. INTRODUÇÃO

Frequentemente, os fluxos migratórios, especialmente aqueles originários no sul global, tem sido relacionados a implicações sociais e econômicas negativas, resultando em um sentimento de estigma voltado à estas populações, que acabam indesejadas por parte das populações nos países de destino. Tais pensamentos não consideram que, além da questão econômica, as comunidades de outros países quando presentes em diferentes sociedades, podem enriquece-las culturalmente e promover espaços sociais diferentes, inclusivos e de respeito à diversidade.

No que se refere às mulheres em especial, a condição de migrante ou refugiada pode exacerbar as vulnerabilidades e a exposição a situações diversas de preconceito e violências, como acontece com as mulheres haitianas. Neste contexto, a pequena ou escassa rede de apoio social e familiar, uma conjuntura cultural desconhecida e diferente, junto a desigualdades que se alimentam de pensamentos e padrões cristalizados sobre os papéis das mulheres e dos homens na sociedade, das díspares classes sociais e da raça, nacionalidade e língua, resultam na precariedade de direitos e dificuldades no acesso aos serviços diversos (OIM, 2014), sendo importante compreender o que está sendo feito e o que ainda pode ser realizado para auxiliá-las perante esta conjuntura.

Assim, o objetivo principal da presente pesquisa é reconhecer o processo de territorialização das mulheres haitianas e quais as demandas e principais ações voltadas a elas nas cidades de Cambé-PR e Rolândia-PR. As duas cidades foram escolhidas por concentrarem os maiores grupos de haitianos nas proximidades da cidade de Londrina, que passaram a existir a partir dos anos de 2010, após uma sequência de desastres naturais no Haiti, que anteriormente já possuía um histórico socioeconômico composto por baixos índices de desenvolvimento humano e de pobreza da maior parte da população.

Os procedimentos metodológicos da presente pesquisa incluíram inicialmente a coleta de dados e informações a respeito do fluxo populacional recente de refugiados e de haitianos até o Brasil, incluindo pesquisas bibliográficas e de índices disponíveis principalmente pela Polícia Federal, Ministério da Justiça, Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e Comitê Nacional de

Refugiados (CONARE). Outras pesquisas e leituras foram feitas a respeito das metodologias utilizadas na pesquisa e nas entrevistas, sobre a metodologia proposta por Ackerly e True (2010), as Geografias Feministas propostas por McDowell (1992) e entrevistas não-dirigidas sugeridas por Poupart (2008).

A partir disto, para compreender a conjuntura das ações empreendidas e das necessidades das mulheres haitianas, foram entrevistadas sete mulheres e sete homens desta nacionalidade nos meses de outubro e novembro de 2018 e maio de 2019. Ao entrevistar os homens, objetivou-se identificar quais as desigualdades existentes nos relatos, nas situações vivenciadas, nos trajetos percorridos e nas dificuldades relatadas por meio da comparação com as narrativas femininas, obtendo uma visão mais aprofundada destas disparidades.

Também foram realizadas outras oito entrevistas entre os meses de outubro de 2018 a maio de 2019 com profissionais da saúde – sendo uma médica, uma técnica de enfermagem e duas agentes comunitárias de saúde que atendem a população haitiana; com uma professora voluntária que oferta aulas de português a não falantes da língua; com a coordenadora do projeto filantropo de doação de alimentos vinculado ao Centro Espírita Kardecista de Cambé; com a coordenadora da Pastoral do Migrante de Londrina – entidade ligada à igreja Católica e que realiza trabalhos de assistência e amparo a comunidade migrante e refugiada – coordenada pelas Irmãs Scalabrinianas da Igreja Católica, e com a idealizadora de projetos da Cáritas – entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e que atua junto a Pastoral do Migrante. Estas entrevistas objetivaram construir um panorama geral dos serviços e ações ofertadas à população haitiana, principalmente às mulheres.

Todas as entrevistas realizadas com a comunidade haitiana foram feitas a partir da metodologia de entrevistas não-dirigidas de Poupart (2008), assim como as entrevistas feitas às profissionais e voluntárias, com exceção da profissional da saúde que é técnica em enfermagem, em que a entrevista se deu por mensagens de áudio e de texto.

A escolha por estas profissionais e voluntárias se deu devido a sua proximidade e seu trabalho de contato direto com as populações haitianas, especificamente com as mulheres, seguindo as delimitações do objetivo principal da pesquisa.

Por fim, a construção do presente relatório se deu em quatro capítulos. O primeiro apresenta um pouco do arcabouço teórico por trás das

metodologias escolhidas, justificando a opção pela utilização das mesmas como uma forma de se alcançar o objetivo geral proposto.

O segundo apresenta uma abordagem sobre o território e as mobilidades populacionais, depois apresenta a mobilidade de populações refugiadas ao redor do mundo, incluindo o contexto do Haiti nos fluxos até o Brasil, e destas até o Paraná.

O terceiro capítulo trata das identidades territoriais, da condição de vulnerabilidade da população migrante e refugiada, especialmente das mulheres no Brasil, e quais as ações e políticas tem sido implementadas especificamente a estes grupos no país e no estado.

O último capítulo aborda inicialmente sobre o panorama apresentado pela Cáritas a respeito dos grupos imigrantes e refugiados nas cidades da região de Londrina-PR, e posteriormente sobre os resultados da pesquisa a partir das entrevistas e análises realizadas, apresentando as dificuldades e problemas vivenciados pelas mulheres haitianas e citados nos âmbitos da educação, saúde, trabalho, além de qual o papel da religião no processo de territorialização, e de casos relatados de xenofobia e racismo. Também apresenta sugestões sobre o que ainda pode ser feito para suprimir os problemas encontrados e percorridos pelas entrevistadas e entrevistados.

# 1 METODOLOGIA E MÉTODOS DA PESQUISA

## 1.1 GEOGRAFIAS FEMINISTAS

Historicamente, a geografia nasceu de uma base masculina, branca e naturalista, sendo, inclusive, racista, machista e homofóbica, conforme é apresentado por Silva (2009). Tal fenômeno acabou relegando as mulheres, negros, LGBTQs, entre outros, a invisibilidade, desconsiderando que as pessoas possuem suas especificidades, têm relações diferentes com o território e se posicionam de maneiras diferentes no mundo. Como resultado, tomou-se a história dos atores hegemônicos como aquela representante do total da humanidade (SILVA, 2009).

Criar um conhecimento descorporificado, neutro e universal foi uma fantasia importante para a manutenção das hegemonias, constituindo-se em uma fábula narrada e reproduzida constantemente. A ciência criou o mito da existência de um olhar que tudo vê, que tudo explica e que não pode ser visto, escapando assim a qualquer representação possível (SILVA; ORNAT; CHIMIN JR, 2017).

Os autores argumentam que a descorporificação do conhecimento e a desumanização dos sujeitos que o produzem, juntamente aos postulados científicos considerados, até hoje, como a verdade absoluta, tornaram a ciência algo dotado de credibilidade, sendo incontestável, mas que ao mesmo tempo legitimou muitos pensamentos preconceituosos durante o tempo. Historicamente, ponderações racistas e machistas foram tomados como verdade por estarem sob este manto da ciência, que é inquestionável e onipresente (SILVA; ORNAT; CHIMIN JR, 2017).

A ciência geográfica se legitimou neste contexto e até os dias atuais sua epistemologia é estudada em grande parte sem que haja uma reflexão a respeito da invisibilidade dos sujeitos que a produzem ou que são o “objeto” de estudo desta. Tendo como base os estudos de franceses e alemães, a geografia também nasceu de pensamentos eurocêntricos, e portanto, coloniais.

Estas bases eurocêntricas estão presentes nas produções científicas de toda a América Latina, e foi a partir dos anos 1990 que grupos de estudos latinos conceberam o pensamento decolonial, que critica a hegemonia eurocêntrica do conhecimento e as bases racistas em que esta se desenvolveu (SILVA; ORNAT; CHIMIN JR, 2017), principalmente a partir dos estudos de Maria Lugones (2010) ao privilegiar o ponto de vista das mulheres do Sul Global.

As metodologias feministas surgem na geografia, então, neste contexto, e são defendidas pela geógrafa Linda McDowell (1992) como uma ferramenta metodológica buscando denunciar e propor alternativas a este cenário, reivindicando a visibilidade de grupos sociais até então excluídos na produção do conhecimento hegemônico.

As metodologias feministas não são recentes, existem desde a década de 1970 (ACKERLY; TRUE, 2010). Seu movimento científico-político tem sido heterogêneo, com diferentes perspectivas temporais porém, as relações de gênero e sexualidades ainda são ignoradas nas diversas áreas da ciência geográfica até os dias atuais (SILVA, 2009).

Inicialmente, na década de 1970, de acordo com Monk e Hanson (1982) as mulheres brancas das universidades anglo-saxãs começaram uma luta pela visibilidade feminina como agentes e objetos de pesquisa do saber geográfico. Nos anos 1980, os estudos feministas são influenciados pelo marxismo e pela crítica ao patriarcado, vinculando a luta de classes às desigualdades de gênero, e já no final deste, há o advento do feminismo negro nas universidades.

Neste caso, o movimento das mulheres negras é muito anterior ao acadêmico, seus primeiros registros datam do século XIX. Elas, porém, não tinham espaço para articular reivindicações e lutar contra as múltiplas desigualdades existentes, relacionadas ao gênero e a raça, então se misturavam aos protestos masculinos lutando contra as violências cometidas contra a população negra, contra organizações racistas que se desenvolveram no interior do próprio movimento feminista (dominado pelas mulheres brancas), e contra os poderes patriarcais (SILVA; SILVA, 2011). Os pensamentos e críticas de feministas negras apenas chegam às universidades no fim dos anos 1980, sendo bell hooks hoje uma das principais expoentes.

Para Bell Hooks (2000), as privações relacionadas à opressão das mulheres podem ter significados muito diferentes para as mulheres conforme sua posição de classe. A domesticidade e os papéis desempenhados por homens e mulheres, expressos a partir das experiências das mulheres de classe média, não são equivalentes às privações materiais que incidem inteiramente na relação entre a esfera doméstica, no trabalho e na esfera pública na vida das mulheres pobres e negras. Na presente pesquisa, as mulheres haitianas fazem parte deste segundo grupo com o adicional da nacionalidade, cultura e língua diferenciadas.

As experiências e vivências espaciais das mulheres negras eram e ainda são diferentes em comparação às mulheres brancas. Além disso, o gênero utilizado como categoria para compreender as práticas sociais (SCOTT, 1995) também é temporal e espacial, pois ser mulher no Brasil é diferente de sê-la no Oriente Médio, na Europa, assim como é diferente de ser mulher no século XIX e no século XXI, e ser uma mulher negra, ou asiática, muçulmana ou cristã, também tem diferenças para quem vivencia estas identidades. Assim, a interface entre gênero, raça, etnia e demais facetas identitárias são de suma importância para os estudos feministas.

Para Valentine (2007), o ser humano é múltiplo, e em sua existência espacial e temporal, suas diferentes identidades são redefinidas, se tornando mais ou menos acentuadas. De acordo com Silva e Silva (2011), foi a vertente negra do feminismo que criticou a simplificação das vivências femininas, como se todas as mulheres vivessem os mesmos níveis de opressão. Assim, além de superar esta visão, surge também a ideia de que a unicidade das identidades deve dar espaço a ideia de múltiplas dimensões identitárias, como eixos de identidade que se cruzam em uma interseccionalidade, superando a ideia de binarismo.

Neste sentido, a Intersecção das identidades permite buscar e considerar os diferentes tipos de opressão, sendo o movimento das intersecções que resultam nas experiências e na identidade dos sujeitos (CRENSHAW, 2002).

A interseccionalidade é um conceito que permite articular os vários eixos identitários que estruturam as desigualdades sociais e geram a posição relativa das mulheres em determinado espaço-tempo. [...] Cada eixo de poder é distinto; por exemplo, a opressão por classe é diferente da opressão por orientação sexual. Contudo, esses eixos se encontram, se cruzam e criam intersecções complexas e simultâneas (SILVA; SILVA, 2011, p. 29).

Naturalmente, as pessoas vivenciam múltiplas categorias identitárias, como o gênero, a raça, a formação, a religião, a nacionalidade, entre outras, que se encontram e criam as intersecções, as quais podem ser mais ou menos aceitas pela sociedade. Como é o caso das realidades vividas por homens brasileiros, brancos, graduados, vivendo no Brasil, em uma ponta e daquelas vivenciadas pelas mulheres haitianas, negras, com baixa escolaridade, no mesmo país, em outra ponta. Tais identidades interseccionais são passíveis de ser estudadas espacialmente e temporalmente.

Considerando toda a conjuntura apresentada, a metodologia de análise proposta por Brooke Ackerly e Jacqui True (2010) busca por uma transformação social em que haja a promoção da justiça de gênero. Para as autoras não existe uma fórmula pronta a ser seguida para se realizar uma pesquisa feminista. Há na verdade um comprometimento com quatro elementos e princípios que orientam a pesquisa científica. Estas afirmam que seguir estes elementos é seguir a ética na construção de pesquisas feministas, que seria o desenvolvimento da mesma prestando atenção à: força da epistemologia, as fronteiras e limites, as relações e múltiplas dimensões da localização do pesquisador e suas interações no processo de pesquisa.

A força epistemológica se diz respeito a maneira que historicamente os campos teóricos e metodológicos criaram invisibilidades de determinados grupos sociais, sendo que, para ir contra a esta tendência, a pesquisa feminista deve questionar conceitos e métodos universalizantes, que não abordam ou até mascaram as diferentes vivências entre os diferentes grupos sociais, excluindo as percepções e dificuldades vivenciadas por determinados grupos em relação a outros e apontando os problemas relacionados aos estereótipos (ACKERLY; TRUE, 2010).

Além disso, entender que estes processos de racialização são construídos socialmente e criam espaços segregados, é uma forma de enfrentar a força epistemológica que sempre criou o silenciamento e a marginalização de grupos sociais da geografia.

As fronteiras e os limites, outro princípio a ser seguido na pesquisa feminista, se refere a construção humana das escalas a serem analisadas na pesquisa, indo na contramão do pensamento que os coloca como pré-estabelecidos, imutáveis e inflexíveis. A escala do que pode ser considerado espaço, território ou lugar é definida pelas pessoas que vivenciaram os fenômenos sociais que estão sendo estudados. É necessário sempre reinventar as formas de conceber a realidade espacial, que é humanamente construída, como por exemplo, pesquisas que seguiram estas tendências e chegaram até a escala do corpo como um espaço (ACKERLY; TRUE, 2010).

O elemento Relações corresponde a atenção que deve ser dada ao relacionamento que se tem com as pessoas que participam da pesquisa. Para as autoras, inclusive, uma preocupação importante dos estudos feministas é o estudo do poder e seus efeitos, em que os pesquisadores estão direta ou indiretamente

envolvidos nisto, sendo a pesquisa, uma forma particular de poder (ACKERLY; TRUE, 2010).

Deste modo, as autoras afirmam que é importante se ter em mente sempre que o autor e os participantes sozinhos não constroem os resultados, mas, sim, a relação entre eles, sendo importante que estes sejam sujeitos ativos no processo e que haja um cuidado com a relação de poder que o pesquisador pode ter ao utilizar as informações pessoais dos participantes na pesquisa, respeitando o lugar de fala destas pessoas e buscando a cautela na difusão de informações (ACKERLY; TRUE, 2010).

Por fim, a Localização da Posição do Investigador remete a necessária reflexão de qual é a posição do pesquisador perante ao problema que está sendo investigado, que muitas vezes é privilegiado em relação às pessoas que participam da pesquisa. Sendo também importante se perguntar de que forma a própria posição afeta a metodologia, analisando sempre as escolhas e estratégias.

As geografias feministas se diferenciam ao utilizar como base primordial estes elementos éticos nas pesquisas, ao compreender e considerar sempre e necessariamente as relações históricas de poder desiguais entre os gêneros e elementos identitários interseccionais, e a partir disto, buscar a transformação e a justiça social.

Com isto, é imprescindível que as bases aqui discutidas sejam levadas em consideração, com a preocupação na relação construída com os participantes, e uma avaliação dos privilégios e da posição de pesquisador.

Para Monk e Hanson (2016, p.47), os estudos feministas na geografia são necessários, porque é essencial a construção de uma geografia que “permita que as mulheres desenvolvam um senso de autoestima e identidade que brote da sua consciência de tradição e de relação com o espaço e uma geografia social e econômica que vá além da descrição do *status quo*.” Com isso, é possível fornecer a base necessária para políticas bem informadas e tomadas de decisão, contribuindo com a melhora das condições de vida das pessoas, principalmente das mulheres.

De acordo com Ackerly e True (2010), os instrumentos e métodos a serem utilizados para chegar até o resultado final, não são pré-estabelecidos, a metodologia está em construção, e seus instrumentos podem ser escolhidos de acordo com a análise feita pelo pesquisador, que tem a liberdade de escolher a que julgar mais eficiente.

A presente pesquisa buscou seguir tal linha de pensamento na escolha dos autores utilizados, privilegiando as mulheres e autores de fora da hegemonia do conhecimento geográfico em grande parte das discussões. Também ao reconhecer as disparidades vivenciadas por homens e mulheres no processo migratório, de integração e territorialização, em que as mulheres encontram-se em situação de maior vulnerabilidade, buscando alcançar o objetivo principal da pesquisa. Ambas considerações seguem o preceito da Força Epistemológica.

Além disso, buscou-se também preservar as identidades dos participantes para que se sentissem mais confortáveis em colaborar com a pesquisa, do mesmo modo que as entrevistas foram conduzidas objetivando que estes fossem ativos no processo, ao invés de impor e direcionar as perguntas que seriam realizadas, tentando amenizar ao máximo as relações de poder existentes no relacionamento entre o pesquisador e o entrevistado, seguindo o preceito das Relações.

Considerar e compreender esta posição privilegiada também foi um elemento presente durante as entrevistas e na aproximação com as mulheres e homens haitianos, e depois nas análises presentes no presente relatório, seguindo o preceito de Localização. Seguindo estes princípios, considerou-se que devido as inúmeras diferenças identitárias e da posição e situação privilegiada já comentada entre a pesquisadora e as (os) participantes da pesquisa, a melhor maneira de compreender as dificuldades e processos vivenciados por elas (es), sem mascarar suas vivências ou perpetuar estereótipos, seria por meio de entrevistas, nas quais as entrevistas não-dirigidas propostas por Poupart (2008) poderiam suprir as necessidades elencadas.

## 1.2. AS ENTREVISTAS NÃO DIRIGIDAS

Para atender as indagações apresentadas, a análise das realidades sociais segundo a perspectiva dos atores sociais é imprescindível. O uso do método de entrevista não-dirigida é tido como um meio de dar conta do ponto de vista dos atores sociais e de considerá-los para compreender e interpretar as suas realidades.

As condutas sociais não podem ser compreendidas nem explicadas fora da perspectiva dos atores sociais. Assim, a entrevista seria indispensável como instrumento que permite elucidar suas condutas, as quais só podem ser interpretadas

considerando-se a própria perspectiva dos atores, ao sentido que eles conferem a suas ações (POUPART, 2008).

Presenciar as atividades cotidianas dos atores sociais é importante para que se possa visualizar a sua interação com o meio e com as outras pessoas do lugar. No caso dos grupos de imigrantes e refugiados, esta ação é imprescindível, pois assim se verifica de que forma eles tem se integrado no novo território, com a população local e de que forma se interagem com esta (POUPART, 2008), mas não é suficiente, visto que muitas situações podem passar despercebidas ou não ter a mesma importância para a pesquisadora que tem para a (o) entrevistada (o).

Como é o caso das opressões vivenciadas pelas mulheres no mundo patriarcal, por exemplo, que muitas vezes são tão sutis que passam despercebidas por outros homens, que podem, inclusive, considera-las como normais, sendo necessário ouvir e dar voz ativa às mulheres para que possam expor de maneira explícita o problema. No caso da presente pesquisa, a pesquisadora, apesar de ser mulher, pode não notar ou constatar diversas situações por ter características identitárias diferentes, sobretudo por ser brasileira e branca, sendo importante ouvir e prestar atenção aos relatos acima de tudo.

A construção de diversas interpretações por meio da entrevista é sempre rica e possui muitos significados, além de demonstrar o fenômeno a partir de diferentes visões e vivências, evidencia o cotidiano de um determinado grupo de pessoas e também dá voz àqueles que muitas vezes não são ouvidos por viverem à margem e não terem suas opiniões consideradas. Assim, segue-se também os preceitos das Geografias Feministas de respeitar e valorizar o lugar de fala.

Em todo o caso, Poupart (2008) coloca a importância de obter a colaboração da entrevistada (a), mantê-la à vontade durante a entrevista, ganhar sua confiança e esperar que ela aceite se envolver e falar espontaneamente para que seu discurso seja o mais verdadeiro possível. Para que a entrevista seja feita neste sentido, é importante que haja o envolvimento da pesquisadora com as (os) participantes a serem entrevistados. Quando as entrevistas são feitas de maneira formal há um distanciamento entre os dois que prejudica a obtenção de informações.

Entrevistas não dirigidas tem a vantagem de deixar livre a (o) entrevistada (o) para expor suas vivências e trajetórias e, assim, ter maior liberdade para se expressar como quiser sobre o tema. Outra vantagem é que a (o) participante

poderá abordar questões e problemas ainda não visualizados pela entrevistadora, além de informações novas que auxiliam na compreensão do seu universo.

Além disso, a (o) participante pode falar o tempo que quiser sobre o que achar mais pertinente no assunto, e a entrevistadora teria uma saturação de informações sobre isso. Este fator é importante já que os próprios atores sociais são as melhores pessoas a indicar os caminhos e problemas mais pertinentes a serem analisados na pesquisa justamente por vivenciá-los em seu cotidiano.

Por fim, a (o) entrevistada (o), neste método de entrevista não dirigida, consegue estabelecer ligações que ela (e) julga importante, como por exemplo, as consequências que o ato de mobilidade trouxe a sua vida, família e amigos, os quais nem sempre são considerados pelo pesquisador ao elaborar uma entrevista fechada ou um questionário, além de situações de estigma vivenciadas e como tem se dado o processo de integração e territorialização na cidade em que vivem.

De acordo com a fórmula de Goffman, as estratégias para que as pessoas se sintam mais à vontade durante a entrevista, e que foram utilizadas na presente pesquisa são: fazê-la em um lugar calmo, na casa da (o) entrevistada (o) ou em seu local de trabalho; reduzir o efeito dos instrumentos de registro, como cadernetas e gravadores; dar provas de escuta, empatia e interesse pelo que a (o) entrevistada (o) diz, evitando interrompê-la (o) e julgá-la (o) durante sua narrativa; e tentar levar a (o) participante a tomar iniciativa no relato e favorecer o maior envolvimento possível dela (e) (POUPART, 2008).

Na presente pesquisa, buscou-se realizar as entrevistas nas casas das (os) participantes sempre que possível, ou, no máximo, na escola onde eram ministradas as aulas de português. Com isto, o objetivo é que as (os) participantes concedessem as entrevistas por vontade própria, não se sentindo impelidas a isto. Também foi utilizada apenas uma caderneta de registro, para que estas (es) não se sentissem intimidados, como poderiam ficar caso estivessem sendo gravadas (os). Mesmo com a utilização destes procedimentos, algumas (uns) participantes demonstraram desconfiança inicialmente, ficando mais à vontade no decorrer da conversa e da entrevista.

Ademais, no caso destes grupos, que já se sentem deslocados por terem sido forçados a emigrar de seu país natal em direção a outro com realidades, costumes e língua diferentes, falar sobre suas experiências pode ser incômodo,

portanto, quanto mais motivados e confortáveis estiverem durante a entrevista, melhor o resultado, sendo a entrevista não dirigida também uma opção útil neste sentido.

Assim, durante a análise das entrevistas buscou-se considerar e valorizar as experiências e as intersecções identitárias (gênero, classe, raça, nacionalidade, escolaridade) dos participantes para a melhor compreensão do processo de territorialização e das dificuldades, desigualdades e problemas que tem sido enfrentados pelas mulheres haitianas, seguindo, assim, os preceitos éticos e os pressupostos apresentados anteriormente sobre as metodologias de Ackerly e True (2010) e sobre as entrevistas não dirigidas (POUPART, 2008), respectivamente.

## 2 O TERRITÓRIO E AS MOBILIDADES POPULACIONAIS

As mobilidades fazem parte da história da humanidade e, atualmente, 3% da população de todo mundo é composta por migrantes internacionais, sendo que, a cada dez destes, um é refugiado (UNHCR, 2018).

Neste sentido, até 2016, 65,6 milhões de pessoas eram deslocadas forçadas, das quais 40,3 milhões eram deslocadas internas, outros dados levantados pela United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR) demonstram que ocorrem 20 novos deslocamentos forçados a cada minuto, o maior número de refugiados desde a Segunda Guerra Mundial, com ao menos metade deste contingente composto por mulheres e crianças (UNHCR, 2018).

Uma das principais razões para as mobilidades de grandes contingentes de pessoas são os conflitos armados, que resultam em crises humanitárias. Entretanto, para além disso, fatores econômicos, políticos e sociais em conjunto contribuem também para a ocorrência das migrações, principalmente quando somados à sucessivos desastres naturais, como ocorreu com o Haiti (MAMED, 2016). O contexto haitiano está inserido na conjuntura das mobilidades internacionais de refúgio no século XXI, marcadas por movimentos que compreendem, principalmente, trajetos entre os países do Sul Global (BAENINGER; PERES, 2017).

Tal entendimento sobre o significado de Sul não coincide com a divisão delimitada pela linha do Equador. Trata-se de uma divisão baseada nas considerações sobre desenvolvimento em uma escala mundial, as quais foram historicamente marcadas por critérios econômicos, como o PIB ou a renda per capita ao categorizar os países (SANTOS, ROSSINI, 2018).

Na escala relacionada ao Sul e Norte Global, existem diversas considerações e análises que atestam um desenvolvimento desigual histórico das sociedades e do espaço geográfico entre aqueles. Apesar destas distintas metodologias, o Brasil é classificado como um país de desenvolvimento intermediário, compreendido, assim, como um país do Sul Global e um dos destinos das populações que buscam refúgio (SANTOS, ROSSINI, 2018).

As restrições impostas pelos países do Norte para a entrada e permanência de migrantes internacionais consistem em um importante elemento na reconfiguração das migrações e seus destinos no mundo, assim como os fluxos

predominantemente se darem dentro do próprio continente dos países de origem (ACNUR, 2018).

Na América, tal fenômeno é perceptível em países como a Colômbia e a Venezuela, por exemplo, em que após sucessivos problemas econômicos e políticos, criou-se um significativo contingente de deslocados internos e de refugiados que se espalham sobretudo por países da América do Sul. Enquanto isso, no Haiti, recorrentes desastres naturais juntamente à históricos problemas socioeconômicos são a causa principal para as mobilidades após o ano de 2010, principalmente (BAENINGER; PERES, 2017)

Neste contexto, as questões políticas, sociais e geopolíticas do território são elementos a serem considerados, pois condicionam a integração e a territorialização das populações migrantes e refugiadas.

## 2.1 O TERRITÓRIO E SEUS PODERES

Com relação ao território como um conceito geográfico, diversos discursos têm sido elaborados na busca por sua compreensão e, conseqüentemente, utilização, pois aos poucos o território foi perdendo a “exclusividade” da sua vinculação ao domínio dos Estados e novas percepções epistemológicas foram sendo atribuídas, especialmente após os anos 1960 (HAESBAERT, 2004).

Foi com a etologia – parte da biologia que estuda o comportamento animal – que os conceitos de território e territorialidade obtiveram efetivo espaço na ciência. O primeiro era entendido como a apropriação de uma área exclusiva e delimitada com fronteiras por determinados membros de uma mesma espécie, e a territorialidade era compreendida como a conduta de tomar posse de uma determinada área e defendê-la (BONNEIMAISSON, 2002).

Em seu uso geográfico de caráter social, de acordo com Gomes (2008), o território é referente ao espaço social com fronteiras, ocupado e usado por diversos grupos sociais como consequência de suas territorialidades ou mesmo de um campo de poder exercido pelas instituições dominantes sobre o espaço. Mas, ao mesmo tempo, no momento atual é também movimentos, fluxos e redes, dotados de significado e expressividade, tanto para quem constrói como para quem usufrui.

As redes produzem uma identidade coletiva e são dotadas de uma memória comum, o que é construído a partir das relações entre os grupos e pessoas.

A articulação entre redes se dá no território de maneira que este sirva de base material, mas também expresse e contenha práticas e representações simbólicas e culturais. Ao possibilitar uma ação contígua e à distância, as redes podem mobilizar e alterar seus territórios onde possui pontos de referência e conexão (MACHADO, 1998) o que pode acontecer durante os processos migratórios, por exemplo.

Para Santos (2008), estes territórios transformam-se também em territórios da resistência, já que as redes fundam o espaço no qual os atores das migrações negociam e constroem sua identidade de migrante, sendo uma estratégia que reorganiza o território e proporciona visibilidade política aos migrantes.

O território é, então, o espaço habitado, humanizado e percorrido, é o chão apropriado por um coletivo, é sua morada, base de vida, trabalho e de diferentes trocas, materiais ou imateriais. Neste sentido, Santos (2004) defende que o território só é um conceito utilizável para a análise social quando é móvel, considerando o exercício de diálogo da sociedade com o território, o que inclui elementos naturais, heranças sociais e a própria sociedade em movimento.

Assim, os processos que ocorrem em diversas escalas, desde a local à regional, contam com a atuação de atores diversos que possuem poderes locais específicos. Para Gottman (1975), o território é como uma porção do espaço em que se acrescentam os conteúdos naturais e os conteúdos políticos, resultando em um corpo político.

Ao se referir ao poder político, pontua-se que Estado não é a única unidade de poder, pois este deriva de inúmeras fontes, em que relações sociais difusas se encontram presentes. Considerar outras variáveis, não apenas o poder político-estatal, admite a apreciação de outras fontes de poder e autoriza a análise de outros processos de dominação (MELLO-THÉRY, 2011). Além do poder do Estado, há a emergência de novos usos do território, sendo que, conforme Milton Santos (2004), são seus usos que fazem dele objeto de análise.

Ao mesmo tempo, o que acontece em um território não é resultado exclusivo de processos que estão presentes em seu interior, sejam decisões ou atuações, já que estas são afetadas também por ações e determinações exteriores ao território analisado (MELLO-THÉRY, 2011). Portanto, por mais que o Estado não seja a esfera única de poder, sua abrangência impacta nos processos de território menores que estão inseridos neste e vice-versa.

Decidir a respeito de estratégias e organizá-las no território demanda a articulação da gestão do poder, que pode ser definido como a capacidade e ação de interferir no espaço e transformá-lo, aspecto pelo qual serão caracterizadas as políticas territoriais (SANCHEZ, 1981).

Para Becker (1983), o poder, e sua relação com o território, é perceptível no sentido em que diferentes atores produzem e modificam o espaço, reestruturando o território através do poder, por meio da prática de estratégias e políticas. Interpretar o poder nesta relação significa relacioná-lo à capacidade dos atores de gerir ou implantar políticas e ações, seja por parte do Estado ou pelos múltiplos atores no poder e na participação da gestão de políticas pelos capitais privados e pela sociedade civil. De modo geral, para a autora, o território é a manifestação do poder de cada um sobre determinada área.

Um enfoque da perspectiva feminina no desenvolvimento do território, por exemplo, determina um olhar vigilante ao cotidiano, nas relações micro-sociais e aos grupos sociais excluídos do poder. Neste sentido, a abordagem voltada às mulheres demonstra as disparidades que existem e que se dão por meio das relações poder, já que a sociedade atual é marcada pelos diversos processos de exploração (SILVA, 2003).

Para Sánchez (1981), as relações de poder podem ser analisadas sob qualquer âmbito territorial, seja no tempo ou no espaço. Assim sendo, podem ser percebidas em diferentes escalas territoriais, em diferentes tempos, inclusive na escala do indivíduo.

Ao mesmo tempo, Foucault (2000) afirma que o poder não é exercido apenas em um sentido e de forma hegemônica, de cima para baixo, ou no sentido dos considerados mais fortes sob os mais fracos, mas que o poder circula entre os indivíduos. O que pode significar, por exemplo, que no interior das relações entre as pessoas socialmente excluídas, há também relações de poder.

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui e ali, nunca está em mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (FOUCAULT, 2000, p.183)

Desta maneira, as relações de poder no território não são estáticas ou

imutáveis, mas se transformam de acordo com a escala de análise, entre os diferentes indivíduos e suas realidades de acordo com o tempo.

Somada à visão de poder, o território pode ser concebido também como um espaço de identidades. O domínio de um espaço denota que este também é composto por valores éticos, simbólicos, espirituais e afetivos, além de também materiais, políticos e econômicos, e que exercem o poder (HAESBAERT, 2007).

O território, deste modo, é estabelecido por meio da dinâmica entre o edificado e o imaterial, o funcional e o simbólico. Também é consequência da apropriação do espaço, com uma valorização simbólica e identitária. Seguindo tal pensamento, Haesbaert (2007) afirma que o território é produto da apropriação de uma porção do espaço por certo(s) grupo(s) social(is), formando desde relações de controle, até relações afetivas, identitárias e de pertencimento.

Segundo Rosa Maria Medeiros (2009, p. 218), o território é espaço delimitado por fronteiras que possui uma grande força afetiva e simbólica em seus indivíduos, onde as diversas funções sociais, geográficas e políticas são impressas na memória e nos valores. Para a autora: “o território é pois, esta parcela do espaço enraizada numa mesma identidade e que reúne indivíduos com o mesmo sentimento”.

Para Bonnemaïson (2002), o território não é definido apenas pela fixação espacial, mas se aproxima a uma malha de lugares e itinerários expressas pela territorialidade, que abarca as relações que os grupos sociais possuem com estes lugares e itinerários. Assim, torna-se imprescindível o entendimento das relações cotidianas no espaço vivido apropriado pelos grupos culturais. Para o autor, o território é o espaço em que o ator convive com aqueles com quem se identifica e onde ele próprio se identifica. Tal fator pôde ser perceptível nos templos religiosos frequentados pelas (os) entrevistadas (os) na presente pesquisa, por exemplo.

Simplificadamente, percebe-se que independente das correntes teórico-metodológicas, o território é, então, analisado na geografia como a porção que possui marcadamente fronteiras, limites e demarcações, seja considerando as relações de poder dos atores sociais, das corporações ou do Estado, até as relações de identidade e pertencimento de um grupo de indivíduos com o espaço com a formação de territorialidades.

Sobre este aspecto, Dematteis (2008) pontua que a territorialidade abrange as relações dinâmicas entre os componentes sociais e elementos materiais e imateriais próprio do território onde se vive. Também implica na conquista de

autonomia, luta e resistência ao resultar de ações territorializantes dos atores locais e da busca pela construção de formas de inclusão social, sendo uma maneira de resistir às imposições de controle.

Pode-se considerar como territorialidade todas as ações diárias que realizam os agrupamentos sociais na tentativa de modificar e melhorar as condições de vida, buscando não somente o crescimento econômico, mas sim efetivando ações que possam transformar a realidade em que se encontram inseridos de maneira tal que consigam melhorias na qualidade de vida e também avanços para o local, na sua forma de inserção global

Já a territorialização refere-se ao processo de dominação e apropriação do espaço, para então, através do exercício de relação de poder, ser construído o território, este a partir de instrumentos (i)materiais, culturais, jurídicos, econômicos, simbólicos, em conjunto, ou por vezes, separados e dicotômicos, porém fundamentados na territorialidade, nos símbolos de um território (HAESBAERT, 2004).

Entretanto, para Saquet (2015), a globalização atual tende a desenraizar as coisas, os agentes, as pessoas, seja em relação a mercadoria, ao trabalho, a moeda, tradições, línguas nacionais, as quais têm a tendência de sofrer o processo de desterritorialização. Ao mesmo tempo em que o território é considerado como enraizamento, localização, área de fronteiras, estado-nação, a desterritorialização significa o fluxo, o movimento e rompimento das fronteiras

Para Haesbaert (2004), a desterritorialização basicamente é definida como um fenômeno voluntário, ou forçado e violento, de perda de território, de quebra de domínio das territorialidades pessoais ou coletivas, de ruptura no acesso a territórios simbólicos e econômicos, a recursos ou a bens. É o rompimento do controle de cada indivíduo, grupo ou conjunto sobre o seu território. No caso das populações, há a perda de vínculos, um distanciamento dos espaços de afirmação material, imaterial, simbólica, funcional.

Assim, percebe-se a desterritorialização como a ruptura dos vínculos que unem cada pessoa ao seu território. Deste modo, é uma ameaça, uma quebra entre o elo do indivíduo e o seu ambiente, pois as territorialidades funcionam como uma medição da vida social e econômica de cada pessoa.

Este fenômeno é a consequência de diversos fatores associados a problemas de desigualdade, insegurança, e atualmente, fortemente relacionados a crises sociais e econômicas. Para Haesbaert (2004), os fenômenos de

desterritorialização relacionam-se ao fim das referências espaciais – porém, não a perda de espaço – e a um desenraizamento, em que há a perda de autonomia no apoderamento funcional e simbólico do espaço geográfico, e decorrente crise social com os problemas de consolidação identitária e econômica.

Para o autor, o conceito de desterritorialização se refere sobretudo a processos em que há efetiva instabilidade ou fragilização territorial entre as populações socialmente mais excluídas, profundamente segregadas e, portanto, sem a possibilidade de consolidar e obter controle efetivo sobre os seus territórios, tanto no que se refere a dominação político-econômica, ou então a apropriação simbólico cultural (HAESBAERT, 2004).

Desta forma, para a Geografia neste caso, há a falta de territorialidades pessoais e/ou coletivas, ou seja, de acesso aos territórios econômicos e simbólicos, aos recursos, à habitação a outros lugares que constituam eixos estruturantes da identidade e da territorialidade de cada grupo ou indivíduo.

O fenômeno de desterritorialização está diretamente ligado o processo de reterritorialização. De acordo com Haesbaert (2004), estamos sempre passando de um território a outro, deixando alguns territórios e nos estabelecendo em outros. Além disso, ambos processos podem acontecer concomitantemente, sendo que, quando um indivíduo se desterritorializa, ele está se reterritorializando em outra área.

A desterritorialização é o afastamento de um território, já a reterritorialização é o movimento de concepção do mesmo, estas são ações consideradas inseparáveis. Isto porque os indivíduos são seres sociáveis, precisam se moldar aos novos contextos, cenários, territórios. Em linhas gerais, pode-se afirmar que a desterritorialização é o processo em que abandona-se o território, enquanto a reterritorialização é o movimento contrário (DELEUZE; GUATTARI, 1997).

Este processo nem sempre acontece como consequência de fatos positivos que ocorrem aos indivíduos, surgindo como causa e efeito de problemas maiores, como a pobreza, as adversidades, e a exclusão social, por exemplo. Desta forma nascem os aglomerados de exclusão. Para Haesbaert (2007), os aglomerados urbanos são uma forma de desterritorialização extrema, quando os indivíduos perdem seus laços com o território e começam a viver na mobilidade e com insegurança, o que ocorre em muitos acampamentos de refugiados e grupos de sem-teto.

Para o autor, estes são como “amontoados” humanos, vivem de forma instável, insegura e também imprevisível em seu contexto de exclusão. Outra característica evidente é a precariedade das relações entre os próprios indivíduos e deles próprios com o seu espaço (por relações funcionais, e inclusive simbólicas), além da mobilidade sem direção específica, ou a imobilidade sem domínio real do espaço. Assim, percebe-se que “os aglomerados de exclusão manifestam a face geográfica dos fenômenos máximos de exclusão social, já que são populações com territorialidades frágeis e muito suscetíveis” (HAESBAERT, 2004, p.313).

Os fluxos de refugiados evidenciam tal associação entre a perda de vínculos territoriais e a formação de aglomerados humanos de exclusão, tanto móveis, quanto fixos. Neste contexto, a desterritorialização ocorre com a migração das populações, muitas vezes por caminhos não controlados, que contam apenas com a intervenção de ONGs e da Organização das Nações Unidas (ONU), por exemplo (HAESBAERT, 2004).

Deste modo, estas comunidades muitas vezes acabam se fixando em espaços periféricos, geralmente próximos as fronteiras, e com pouca segurança e nenhuma estabilidade. Estes locais apresentam normalmente problemas de reconhecimento institucional, e são espaços difíceis para a reterritorialização graças aos contextos sociais, alimentares, ambientais, entre outros, e principalmente em casos que os imigrantes se fixam em estruturas improvisadas e precárias (HAESBAERT, 2004), um exemplo são os abrigos construídos por migrantes e refugiados vistos atualmente em cidades fronteiriças de Roraima e do Acre.

Para Haesbaert (2004), entretanto, os territórios onde haviam territorialidades contínuas têm dado espaço hoje a outros tipos, como o das múltiplas territorialidades, que são ativadas conforme os interesses, momentos e lugar que nos encontramos.

Para o autor, atualmente vive-se em uma miríade de territórios-rede, que são marcados pela descontinuidade e fragmentação, possibilitando a passagem de um território a outro e levando a uma multiterritorialidade.

O que entendemos por multiterritorialidade é, assim, antes de tudo, a forma dominante, contemporânea ou pós moderna da reterritorialização [...] Ela é consequência direta da predominância, especialmente no âmbito do chamado capitalismo pós-fordista ou de acumulação flexível, de relações construídas através de territórios-rede, sobrepostos e descontínuos, e não mais de territórios-zona, que

marcaram aquilo que podemos denominar modernidade clássica territorial-estatal (HAESBAERT, 2004, p.338)

Apesar da existência de novas configurações, as formas antigas de território não deixaram de existir, elas continuam presentes se misturando com as novas formas de organização territorial. Ou seja, continuam existindo no território os processos já discutidos de des-re-territorialização, os quais se misturam com novas formas, as de multiterritorialidade, quando um grupo de pessoas possui mais de um território, sem necessariamente se des-territorializar.

Para Haesbaert (2004), existem dois extremos na dinâmica migratória: os refugiados (grupo mais desterritorializado), e as redes de diásporas (mais territorializados). Para ele, as diásporas, um tipo de migração em massa, se configuram como uma forma contemporânea de des-re-territorialização, assim como o fenômeno de “glocalização”.

Neste caso, as diásporas são um fenômeno de multiterritorialidade, pois os migrantes vivenciam uma experiência multiterritorial quando, no país de destino, acabam formando grupos com outros migrantes do mesmo país, nacionalidade ou etnia, e visivelmente se territorializam no local de destino, como é o caso dos bairros Chinatown pelo mundo.

A migração nas redes de migrantes do tipo diáspora está longe de representar portanto um processo de desterritorialização. Embora num primeiro momento possa ter uma forte conotação “desterritorializante” o migrante acaba envolvido de tal forma na teia de relações garantida pelo grupo que mesmo em locais muito distantes acaba se sentindo “em casa”. A reinvenção do “lar” no Interior de uma diáspora globalmente estruturada é uma característica muito nítida da complexidade com que novas territorialidades vão se desenhando num mundo global-fragmentado (HAESBAERT, 2004, p.19)

A globalização no mundo técnico-informacional atual, por meio da compressão do espaço-tempo (SANTOS, 1994), também possibilitou ao migrante em diáspora fortalecer seus vínculos a distância, seja com o país de origem ou com outros migrantes pelo mundo. Ao mesmo tempo, eles participam de uma territorialidade multiescalar ao participarem nas relações com o seu bairro, onde há a forte concentração e territorialização do seu grupo, com seu país de origem e enquanto migrante de uma diáspora pela escala global em que esta se reproduz.

Como exemplo, para Jean Baptiste (2018, p. 150), pesquisador haitiano, que vive em Londrina e é mestre em serviço social e política social, a comunidade haitiana no Jardim Santo Amaro em Cambé-PR formou e desenvolveu o

que este chama de reagrupamento “nos bairros da periferia da cidade para se manter e reproduzir sua cultura”, ao “criar as referências do seu país no território”, demonstrando, segundo ele, um processo de territorialização. De acordo com a experiência pessoal do autor:

A primeira vez que eu sinto a sensação realmente de estar no Haiti desde a minha chegada no Brasil é quando um dia acompanhei as irmãs religiosas da Cáritas num domingo de manhã, nas visitas para os haitianos na região de Santo Amaro. A configuração das casas, os corredores para chegar nas portas, os quintais das casas, realmente me fizeram viajar ao meu país por pensamento (JEAN BAPTISTE, 2018, p. 150).

Conforme os apontamentos e análises do autor, neste processo os haitianos buscam se apropriar de um “novo espaço”, que, neste caso, seriam os bairros apontados, os quais se tornam o seu novo território (JEAN BAPTISTE, 2018, p. 119).

O movimento da população haitiana possui características de diáspora, sendo que um terço desta vive fora do país. Tal fenômeno se iniciou a partir de 1915, com a primeira invasão norte-americana no Haiti e, desde então, diversos países e suas cidades constituem o território dos haitianos des-re-territorializados ao redor do planeta (MARTINS, 2014).

Alguns países, principalmente europeus e os Estados Unidos, têm controlado a entrada de pessoas nestas circunstâncias (BAENINGER, 2017), sejam estas provindas do Haiti ou de outros países com grandes contingentes de população refugiada ou emigrante, como a Somália, a Síria e o Afeganistão, por exemplo (ACNUR, 2018). Tais imposições podem dificultar a saída destas populações da situação de aglomerados humanos de exclusão, ou seja, de desterritorializados, para reterritorializados, já que há um bloqueio na recepção destas pessoas nos territórios em que elas buscam viver.

As políticas públicas no território de destino destas populações e a receptividade que elas encontram são elementos importantes para que novos territórios se construam. Em alguns casos, pode-se afirmar que a exclusão e a segregação das pessoas que vivem nos países de destino em relação aos imigrantes das diásporas, favorecem e fortalecem os laços e a identidade existentes entre estes, que se reconhecem como iguais, se familiarizam, formam grupos e, conseqüentemente, territórios, além de se fortalecerem na busca por ações que o transformem.

Neste sentido, é no território que a ação política é melhor compreendida, porque é como ação territorial que os diversos atores exercem poder no espaço, ao mesmo tempo é onde os grupos de migrantes se identificam, reproduzindo ali seus interesses de realizar as estratégias econômicas, políticas e sociais para a realização dos objetivos que visam a melhora da comunidade.

Para Hannah Arendt (2009), a ação é a exterioridade humana praticada em um espaço de realização. Desta maneira, a ideia de ação como elemento político pressupõe a espacialização da mesma, a materialização dos interesses em uma porção do espaço através do poder.

Com isto, entende-se que a ação é a principal dimensão da territorialidade, é como o poder se exerce no território, e ao compreender como os territórios são construídos e ordenados, é importante compreender a ação política como transformadora de ações politicamente não declaradas e das transformações que necessitam acontecer (ARENDR, 2009) (SACK, 1986).

Em uma análise a respeito da concepção de território na gestão de políticas, Fernandes (2008) afirma que o território é melhor analisado a partir de uma significação mais ampla, como totalidade, fundamental para que o princípio de multidimensionalidade e multiescalaridade sejam considerados como atributos do mesmo. Todas as unidades territoriais formam tal totalidade por possuírem em si as dimensões do desenvolvimento, seja em âmbito político, econômico, social, etc., sendo que, a partir da concepção do território como uno, esquece-se de que este é criado socialmente e composto por vários elementos em constante conflitualidade.

No que se refere ao princípio de multidimensionalidade, este é referente às diferentes acepções do conceito sem a fragmentação e sem excluir propositalmente os diferentes tipos e concepções sobre o território, algo que também ocorre com a multiescalaridade, ao se ignorar a organização do território em diferentes escalas geográficas, desde a local até a internacional (FERNANDES, 2008).

Para o autor, a partir da multidimensionalidade é possível a socialização das tomadas de decisão, reconhecendo os territórios das diferentes classes sociais e diferentes atores sociais. Ao se excluir este elemento, o território passa a ser instrumentalizado para atender aos interesses das instituições e expressando apenas as relações de poder, “sua mais cara propriedade” (FERNANDES, 2008, p. 277)

Desta maneira, o território é uma totalidade mas não é uno, sendo que, compreendê-lo como uno é observá-lo somente como espaço de governança, ignorando outros tipos e, como isto, beneficiando uma visão reducionista que busca valorizar o interesse de empresas e corporações, em detrimento do desenvolvimento de uma comunidade (FERNANDES, 2008). Doreen Massey (2008) segue nesta compreensão ao afirmar que para a noção de totalidade é indispensável uma perspectiva relacional, resultante de inter-relações entre os diferentes espaços e que esteja em incessante construção.

Neste sentido, Fernandes (2008) pontua que é imprescindível compreender o funcionamento dos territórios da comunidade que se encontram imersos e conectados a outros: municípios, regiões e estado em que estão inseridos. Por intermédio desse princípio, há a tendência de reunir as diversidades/heterogeneidades em sua multiescalaridade em busca da constituição de políticas mais abrangentes e abertas a uma justiça socioespacial mais ampla.

Para Maria Laura Silveira (2009), o território visto como forma, como divisão político-administrativa somente, e as políticas sendo concebidas a partir de equações econômicas, juntas levam ao fracasso na promoção de ações à uma comunidade, à um território, pois tratam situações concretas e diversas como abstratas e homogêneas. Algo que pode perdurar ao se reduzir uma região ao seu status político-administrativo sem considerar que o sistema de ações e objetos ultrapassa suas fronteiras e ao desconsiderar que os atores possuem força desigual. Algo que pode acontecer em uma análise que não considere a situação de maior vulnerabilidade que migrantes e refugiados vivenciam perante o restante da população local, por exemplo.

Como exemplo, ao analisar as ações do governo brasileiro frente à entrada de migrantes haitianos no território, que se deu por meio de estruturas de acolhimento e serviços públicos, Letícia Mamed (2016) pontua que o Estado acabou sendo apenas um intermediário em todo o processo de movimento e organização da força de trabalho dos haitianos no país, favorecendo a organização desta mão de obra ao capital.

Para Silveira (2009), o território deve ser visto menos como depósito de mais-valia para as corporações e mais como um elo socioespacial integrado entre saúde, educação, cultura e informação. Menos como uma busca de soluções financeiras para alimentar um sistema criado para manter fortes limites, mas uma

valorização da identidade, do cotidiano daquele espaço, para que estas áreas não sejam apenas um depósito de investimento das corporações e um mero recurso para alguns atores.

Entender o território como produto dos atores sociais é não somente uma concepção mais generosa que insere a sociedade civil e suas práticas estratégicas na gestão pública, mas também uma possibilidade de reconhecer processos novos que tendem a construir novas territorialidades (RUCKERT, 2008, p. 133).

Desta forma, a solução encontrada pela autora é que haja uma solidariedade socioespacial, em que se busque fortalecer as identidades dos grupos com o território e cuidar da cidadania cooperando na produção de um sentido local e nacional sem impor soluções domesticadas, mas a partir de um projeto socializante (SILVEIRA, 2009), reconhecendo, assim, a multiescalaridade e a multidimensionalidade colocados por Fernandes (2008).

## 2.2. AS MOBILIDADES POPULACIONAIS INTERNACIONAIS

Os termos migrante e refugiado possuem disparidades importantes que devem ser levadas em consideração. A principal gira em torno da possibilidade de escolha, já que os refugiados migram para fugir de conflitos, perseguições, fome, miséria e outras situações intoleráveis ou perigosas, ou seja, não tem outra opção além de cruzar as fronteiras para sobreviver e salvaguardar sua existência.

Além disso, de acordo com a ACNUR (2015), os refugiados necessitam de apoio especial no país de destino, para que sejam protegidos e não devolvidos aos perigos que já foram submetidos no país de origem, sendo que os Estados teoricamente possuem responsabilidade fundamental nesta proteção.

Já os migrantes escolhem se deslocar sobretudo pela busca de melhores condições de vida por meio da educação ou do trabalho, por reunião familiar ou outros motivos. Diferente dos refugiados, os migrantes continuam recebendo proteção do governo de seu país natal, enquanto os refugiados devem ser tratados de acordo com normas e acordos internacionais (ACNUR, 2015).

Em outro contexto encontram-se os apátridas, pessoas que não tem sua nacionalidade reconhecida por nenhum país, fenômeno que pode ocorrer por diversos motivos, desde a discriminação contra minorias na legislação nacional do país em que nasceram, a falha em reconhecer todos os cidadãos quando o país se

torna independente, até conflitos de leis entre países (ACNUR, 2018).

Apátridas também podem ser refugiados, apesar de isso ser pouco frequente. Em alguns casos, a privação de nacionalidade é decorrente de um processo de perseguição de indivíduos ou grupos que são obrigados a fugir e se tornar refugiados. Porém, na maioria dos casos os apátridas não são vítimas de perseguição e não tiveram que deixar seus territórios, além disso, grande parte dos refugiados conservam sua nacionalidade (UNHCR, 2018).

Dentre estas tipificações sobre as mobilidades, os fluxos populacionais podem ter a condição de diáspora. Para o sentido clássico, a diáspora corresponde ao exílio forçado de uma porção considerável de certa população ou grupo, ideia que se baseia na dispersão dos judeus exilados na Palestina por volta do século XV. Com isto, resultou-se no entendimento da diáspora como uma experiência involuntária, traumática, em um processo que abarca o sentimento de perda em decorrência da inviabilidade de retornar a terra de origem (COHEN, 2008).

De acordo com Cohen (2008), atualmente as diásporas compreendem discussões em três versões: a sólida, que se refere a tendência inquestionável de empregar a ideia de terra natal ao se pensar e se refletir sobre o fenômeno, evidenciando-a e buscando reconstruí-la, como ocorreu com os judeus e a criação de Israel; a dúctil, mais flexível e mais complexa, em que os elos entre o país de acolhimento e a terra natal aparecem mais tênues; e por fim, a versão dos “lares líquidos”, uma explanação pós-moderna do lar virtual, assinalado pela concepção de diásporas desterritorializadas. Neste último caso, a população caribenha serviria de exemplo, por se deslocarem diversas vezes e sucessivamente suas tradições migratórias para o arquipélago caribenho em si, pela Europa e Américas.

O sociólogo jamaicano Stuart Hall (2001) pontua que a diáspora é resultado de movimentos e fenômenos singulares, sobretudo em países e composições vulneráveis às ações das grandes potências. Nestes casos é imprescindível o estudo das trajetórias e diásporas destas populações levando em consideração o contexto histórico e as violações que existiram. Neste sentido, as ideias convencionais que simbolizam o dualismo, a lógica binária que cria fronteiras entre o que é externo e interno, são difíceis de serem utilizadas quando se refere às populações do Caribe, pois esta população já é composta por pessoas “de fora”, devido à grande miscigenação e a diversidade étnica e cultural que dificulta a definição

do que é externo ou interno (HALL, 2001).

Para o autor, nesta perspectiva, quando se é referente aos caribenhos, não há a criação de fronteiras, mas se constroem novas assimilações, significações e modificações, sem definição de começo ou fim, pois a mobilidade sempre esteve presente de maneira singular (HALL, 2001).

As pessoas que vivenciam a diáspora compartilham dupla ou múltiplas perspectivas caracterizadas pelo diálogo entre os diversos costumes e formas de pensar e agir ao residirem entre línguas, histórias e identidades que se transformam de maneira constante. Desta maneira, evidencia-se a definição apresentada por Cohen (2008) de diáspora desterritorializada, que inclui experiências incomuns, assim como as aquelas vivenciadas por grupos que perderam as referências territoriais convencionais e se tornaram culturas móveis e multilocalizadas. Para o autor, alguns exemplos são os povos afroamericanos, latino-americanos e afrocaribenhos, em que a história comum de dispersão forçada é compartilhada pelos povos de descendência africana.

Neste contexto, Gilroy (2001) pontua que a diáspora funciona como uma lar fluído, em que o processo de desterritorialização institui a posição dos indivíduos entre dois ou mais lugares, nos quais as populações em diáspora reconstróem suas identidades, não sendo mais somente africanas, por exemplo, mas também não pertencendo inteiramente no outro lugar. Esta ideia de reconstrução de identidades presente nos estudos sobre diáspora abrigam o sentimento de estar “dentro e fora” simultaneamente, é uma resposta a ideia de identidade fixa e homogênea.

A diáspora corresponde a uma das tipificações das mobilidades internacionais e seus desdobramentos, normalmente referente a rápida emigração de um grupo populacional de um território, seja de um país, um Estado ou uma região, como têm ocorrido a partir de 2010 com as populações haitianas (HANDERSON, 2015), sírias (NASCIMENTO; ROBERTO, 2016) e desde 1947 com as palestinas (JARDIM, 2006), por exemplo.

A respeito das mobilidades internacionais, historicamente foram perceptíveis diferentes abordagens. Uma primeira fonte clássica é Ravenstein<sup>1</sup>, - no início do século XX – considerado pioneiro nos estudos sobre migrações. O autor

---

<sup>1</sup> Geógrafo britânico nascido na Alemanha. Seus estudos, no século XIX, foram direcionados à história e análise prática da cartografia, além da climatologia.

possuía influência determinista de Ratzel, colocando o ambiente natural como base para uma teoria geral das migrações (KING, 2012).

Neste contexto, Ravenstein concluiu que uma região de clima desagradável determinava os fluxos e correntes migratórias. Porém, mesmo se utilizando do determinismo ao explicar as motivações para as migrações internacionais na época, o autor também considerou outras causas, como: opressão, tributos sociais, motivações econômicas, entre outras. Desta maneira, seus estudos não foram totalmente refutados, pois estas causas são consideradas nas teorias atuais que explicam as migrações (KING, 2012).

Uma ênfase parecida acerca da influência do meio físico nas mobilidades populacionais é encontrada em Huntington, que apoiou-se em Ravenstein, sendo um dos primeiros a descrever o que hoje é considerado como migração das mudanças climáticas e refugiados ambientais (KING, 2012).

Percebe-se que as primeiras tentativas para explicar as migrações concordavam com um papel central para o ambiente natural como motivador para as mobilidades populacionais, uma tendência recorrente na época em que foram formuladas, colocando o meio natural como central na motivação pela migração.

Um segundo clássico da migração está em Lee (1980), para ele, todo ato de migrar abrange necessariamente o deslocamento que implica na mudança de residência. Em sua perspectiva, há uma decisão racional ou semirracional no ato migratório, baseada em fatores relacionados ao local de origem, de destino, às dificuldades no movimento de migração e à fatores pessoais. Assim, o indivíduo considera tais elementos ao migrar.

Já na América Latina, o economista Paul Singer (1998) refuta esta perspectiva ao discutir sobre as relações entre indivíduo-migração e espaço-mercado. Para o autor, a migração é um processo historicamente condicionado, em que são os grupos sociais quem devem ser analisados, pois estes vivenciam condições específicas da estrutura econômica, industrialização e dos arranjos institucionais e políticos, os quais levam a um contexto histórico particular, resultando na distribuição espacial das populações.

Singer (1998) compreende os fluxos separando-os entre áreas de repulsão e áreas de atração, ao invés de locais de origem e de destino, sendo relativos aos diferentes estágios de desenvolvimento entre ambos. Neste caso, os fatores de repulsão devem ser superiores aos de atração para que as populações saiam de seu

território e haja, assim, a migração. Neste contexto, as populações em maior situação de vulnerabilidade são levadas a migrar devido aos fatores de mudança (com a inserção de novas realidades na relação de produção) ou estagnação (que elevam a pressão populacional em áreas pouco produtivas).

Do ponto de vista sociológico, Germani (1970) aponta que as migrações acontecem em um contexto de transição da sociedade com a modernização, resultado das operações de desestabilização da sociedade tradicional, processo que ocorrem nas esferas individuais à coletivas, psicossociais à ambientais.

No contexto do trabalho, Sayad (1998) pontua que o migrante só assume sentido pelo trabalho, carregando consigo o objetivo de ser um trabalhador, na razão de ser um migrante. Para o autor, o migrante necessita ser funcional aos setores de produção, que é o espaço de integração na sociedade que o hospeda.

Entretanto, para Santos (2010) o alcance explicativo das teorias sobre migração são como ilhas de conhecimento em um arquipélago e não alcançam a compreensão plena do fenômeno com um todo. Ao mesmo tempo, nas últimas décadas, novas dimensões vem sendo consideradas, abrangendo elementos da vida social, cultural, questões ambientais e indo além de análises homogêneas.

Nos anos 1990, Hogan (1998) apresentou a necessidade de incorporar as variáveis ambientais de maneira mais profunda e ressignificar as mobilidades neste sentido. Com o advento das discussões ambientais na década de 1960 e a crescente compreensão dos recursos naturais como limitados, novas considerações e novos paradigmas foram construídos a respeito da relação entre mobilidade e ambiente. Assim, para o autor, todas as mobilidades populacionais teriam uma dimensão ambiental.

A pauta das mudanças climáticas ganhou força neste contexto a partir do início do século XXI. Os impactos destas sobre as mobilidades envolveriam tópicos relacionados a governança, adaptação, riscos e vulnerabilidade, ampliando os alcances da temática. Para Warner (2010), as migrações indicam um mecanismo de adaptação e também de representação do fracasso perante as mudanças e eventos climáticos. A melhora na condição das pessoas que vivenciaram tais eventos ocorreria quando o movimento se dá como uma maneira capaz de mobilizar o uso dos ativos e capitais destas pessoas. Além disso, as questões ambientais estariam também imersas em pressões políticas e sociais que resultariam nas mobilidades.

Em meio a esta questão, Renaud et al. (2007) buscam diferenciar os

migrantes ambientais forçados de outros, motivados por questões ambientais. Aqueles teriam que sair de seu território por necessidade irremediável, enquanto estes possuem um leque de escolhas em relação ao deslocamento. O primeiro caso aparenta o status de refúgio ambiental, porém, para a ACNUR (2018), refugiado é aquele que se desloca por medo de perseguição em razão de raça, nacionalidade, religião, pertencimento a um grupo social ou com opinião política particular, além de temores relacionados a conflitos armados e grave violação dos direitos humanos. Assim, as razões ambientais como causa para os movimentos em busca de refúgio não envolvem estes elementos e, deste modo, há o questionamento da existência da categoria refugiado em razão de questões ambientais.

Ao mesmo tempo, coloca-se que em muitos casos as condições ambientais são os elementos principais e irremediáveis que forçam as pessoas a deixarem seus territórios, os refugiados ambientais não são perseguidos, mas se sentem obrigados a fugir do mesmo modo para garantir sua existência, entretanto, não possuem proteção legal em termos de direitos humanos.

Para Renaud et al. (2007), o refugiado ambiental é aquele compelido ao deslocamento de forma rápida para salvaguardar sua existência, lidando com transformações ambientais amplas, intensas e velozes, diferente do migrante motivado por questões ou alterações ambientais, em que a escolha de quando migrar é ampla, já que as ameaças não são efetivadas instantaneamente.

Para o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), os refugiados ambientais são aqueles que se veem obrigados a abandonar definitivamente ou temporariamente, o espaço em que vivem em decorrência de declínio do ambiente, perturbando a sua existência de maneira que a subsistência desta população entra em perigo. Ao declínio do ambiente são atribuídas diferentes causas, desde calamidades naturais como ciclones e terremotos, ou aquelas causadas por transformações do ser humano no ambiente, como a construção de barragens, contaminações do ambiente ou inundações e secas devido às mudanças climáticas (ACNUR, 2015).

Neste contexto, a mobilidade dos refugiados ambientais inclui três elementos considerados importantes: os conflitos, pois os aspectos ambientais são considerados como parte de processos sociais mais amplos; o desenvolvimento de políticas públicas e grandes projetos ligados às infraestruturas necessárias para realocar as pessoas; os desastres, naturais ou não, sejam como consequência de

mudanças ambientais ou não (JAGER, 2009).

Os desastres naturais são relacionados a processos amplos e diferentes demandas, desde a constituição envolvendo dinâmicas naturais e sociais, até as tendências climáticas locais e as globais, que exigem uma resposta local (MARQUES, 2014), assim como casos de refúgio, em que as ações em escala local são essenciais para auxiliar na integração das populações em um novo território.

Além das pautas ambientais, na geografia historicamente tem-se dividido a análise das migrações em dois campos de pesquisa distintos. De acordo com Castles e Miller (2009), há a investigação nos determinantes, padrões e processos de migração, e outra vertente mais voltada a análise da recepção e incorporação dos migrantes nos territórios de destino.

O norte-americano Wilbur Zelinsky<sup>2</sup> desenvolveu a hipótese da transição da mobilidade, procurando relacionar as regularidades e padrões da sociedade com a evolução dos diferentes tipos de migração (KING; SKELDON, 2010). Ao contrário de Ravenstein, este baseava-se em generalizações históricas sobre transformação social, modernização e desenvolvimento que haviam ocorrido na América do Norte e na Europa.

A hipótese de Zelinsky estabelecia um padrão dividido em cinco fases históricas, denominadas pelo autor de: Sociedade Tradicional Pré Moderna, Sociedade de Transição Precoce, Sociedade de Transição Tardia, Sociedade Avançada e Sociedade Super avançada, sendo que, para cada uma dessas etapas, haveria um padrão nas mobilidades populacionais (KING; SKELDON, 2010).

De acordo com o pesquisador, a primeira fase, denominada por ele de Sociedade Tradicional Pré Moderna, seria marcada pela pouca ocorrência de migrações reais, onde existem movimentos limitados a práticas tradicionais de comércio e uso da terra majoritariamente. Posteriormente, surgem as migrações em massa das áreas rurais para as cidades no segundo período, fase em que este chama de Sociedade de Transição Precoce, em que há um movimento de colonização das fronteiras, emigração para destinos no exterior, início da imigração de trabalhadores especializados e variados tipos de circulação (KING; SKELDON, 2010).

A terceira fase na hipótese de Zelinsky, seria a chamada Sociedade de Transição Tardia, quando começa o enfraquecimento das migrações campo-

---

<sup>2</sup> Foi um geógrafo cultural norte-americano. Além de pesquisa sobre cultura popular, o autor também fez contribuições importantes para a geografia da população.

cidade, de colonização de fronteiras e da emigração, e o crescimento da circulação populacional, que se intensifica durante o período denominado de Sociedade Avançada, em que há um movimento forte entre cidades e aglomerações urbanas e a emigração de trabalhadores não qualificados saídos de países pouco desenvolvidos economicamente (KING; SKELDON, 2010).

A última fase, para o autor, seria a da Sociedade Super-Avançada em que a maior parte das migrações não são de longa distância, mas intraurbanas e interurbanas, há a aceleração das formas de circulação populacional e também um controle rigoroso das políticas de imigração devido a emigração de mão de obra não qualificada vinda de países periféricos (KING; SKELDON, 2010).

Com isto, a teoria de Zelinsky se mostrou importante ao considerar as migrações combinadas com componentes de mudança demográfica e sua incidência nas fases de desenvolvimento socioeconômico. Também incorporou o seis tipos de mobilidade humana (intraurbana, interurbana, rural-urbana, colonização de fronteira, emigração e imigração, e circulação interna) (CHAMPION, 1991).

Entretanto, o padrão proposto pelo autor havia sido elaborado a partir de avaliações históricas em países economicamente avançados e industrializados, assim, a proposta de aplicá-lo em outras partes do mundo atual é falha (não é aplicável às migrações norte-sul e sul-sul, por exemplo). Além disso, ele também não previu a contraimigração, que envolve a mobilidade de pessoas de países desenvolvidos de volta aos países subdesenvolvidos de origem, como ocorre no Brasil (CHAMPION, 1991).

Outro geógrafo que ganhou importância na discussão a respeito das migrações foi o nigeriano Akin Mabogunje<sup>3</sup>, quem criou a teoria sobre a análise de sistemas de migração. O autor indicou seu enfoque sistêmico como uma maneira de modelagem descritiva das emigrações rural-urbana em regiões da África (KING, SKELDON, 2010).

Esta conta com cinco componentes: o ambiente em que as migrações ocorrem e onde os sistemas estão inseridos (condições econômicas, fatores sociais, políticas públicas, etc); o próprio migrante, que se desloca entre estes sistemas; os subsistemas de controle, que determinam quem parte do local de origem e como estas

---

<sup>3</sup> Geógrafo nigeriano e primeiro africano a presidir a União Geográfica Internacional. O pesquisador atua principalmente nos estudos sobre a urbanização dos países em desenvolvimento e de população e demografia.

peças são incorporadas no local de destino; os mecanismos de ajuste nos locais de chegada e partida, que ocorrem para lidar com estas transformações nos lugares; e os ciclos de feedback, quando os migrantes retornam ou entram em contato com pessoas de seu local de origem e relatam sobre seu sucesso ou seu fracasso (KING, SKELDON, 2010).

O autor também considera importante a ligação entre os elementos macro e micro, desde a pequena até grande escala, das migrações internas com as migrações internacionais, demonstrando como estes fenômenos reagem entre si no espaço.

A abordagem dos Sistemas de Migração de Mabogunge é abrangente, e vai além dos modelos lineares tradicionais nos estudos de migração, enfatizando as dinâmicas de fluxos, interligações e feedback.

Por fim, Hägerstrand (1975), geógrafo sueco, criticava as análises estáticas sobre as migrações e buscava pensar os fenômenos em um mundo em movimento com a teoria do percurso de vida e campos de informação. Seguindo esta perspectiva, o ato de migrar não envolve apenas as escalas espaciais, mas também as temporais (percurso semanal, anual, de uma vida) e que se relacionam em rede.

O autor considera, assim, uma terceira dimensão: o tempo, já que acredita que os processos migratórios estão em movimento, não são estáticos, mas ocorrem em fluxos contínuos. Uma das formas de cartografar esta dimensão é a partir da anamorfose, em que o tamanho e o polígono da região ou do lugar estudado se transforma de acordo com a dimensão da variável estudada (HÄGERSTRAND, 1975).

Além disso, Hägerstrand também busca colocar o foco no indivíduo que migra, em suas motivações, objetivos e experiências na tentativa de considerar o percurso de vida, pensando em uma biografia do sujeito migrante para compreender quais foram seus estímulos e como se adaptou ao novo lugar em que chegou.

Outra abordagem também é pensada pela geografia cultural. Neste caso leva-se em consideração as modificações da paisagem como um resultado da impressão de diferentes culturas no espaço.

Um dos principais autores e pilares conceituais da vertente cultural, Vidal de La Blache mantinha foco sobre ideias culturais. Sobre os migrantes, o autor pontuou que estes transportam consigo seus hábitos por meio da técnica, com possibilidades de aperfeiçoamento (CLAVAL, 1999), a partir disto, esta cultura se edifica na paisagem, muitas vezes de misturando com o que já existia e se fazendo

presente ou deixando seus resquícios.

Além disso, diversos estudos dentro da dinâmica populacional e migratória começaram a ser feitos por geógrafos a partir de abordagens que envolviam emoções, críticas as desigualdades de raça e gênero, e à heteronormatividade. Segundo King (2011), os estudos sobre gênero e migração apareceram a partir da década de 1980 pelos artigos feministas de Phizacklea em 1983 e Morokvasic em 1984, e nos anos que se seguiram as mulheres passaram de "assuntos marginais" a "atores sociais" no processo de migração.

Nos anos 1990 até 2000, novas contribuições surgiram com estudos de geógrafas sobre as questões de gênero e a migração em países em desenvolvimento, em municípios desenvolvidos e na migração internacional na Europa, o que introduziu a questão em teorias políticas de migrações europeias contemporâneas, sobretudo em relação ao emprego, bem-estar social, política e cidadania. O papel destas autoras foi importante na feminização das análises de migração e na forma que os conceitos geográficos foram incorporados em estudos feministas a respeito (KING, 2011).

Para King (2011) existem lacunas nas abordagens de gênero dentro dos estudos de movimentos populacionais, entre elas está a noção de que o gênero supera todas as outras dimensões da existência social, obscurecendo classe, raça, idade, religião e assim por diante. Contudo, a análise das questões de gênero através da interseccionalidade de dimensões identitárias busca suprir este problema, considerando que os indivíduos possuem estas múltiplas identidades e, com isto, são alvo de diferentes níveis de opressão (VALENTINE, 2007) (SILVA; SILVA, 2014).

### 2.3. A MOBILIDADE INTERNACIONAL DE REFUGIADOS E OS CONTEXTOS GEOPOLÍTICOS

Pensando nas questões individuais e coletivas dos indivíduos inseridos em todo o sistema atual das migrações internacionais, as situações de refúgio humanitário possuem um caráter diferenciado por envolverem questões de temores em relação a situações de guerras, desastres ambientais, perseguições, entre outros.

Por estarem mais próximos aos países de saída destas pessoas – quatro em cada cinco refugiados vivem em países vizinhos aos seus – e por suas

fronteiras serem mais vulneráveis, há o aumento do contingente populacional nestes países em desenvolvimento, o que é um problema, pois a maioria destes países conta com pouco apoio ao receber estas populações, como é o caso da República Dominicana, que após 2010 passou a receber um grande contingente de haitianos por ser o país fronteiriço (MAMED, 2016).

Entre as pessoas que foram obrigadas a sair de suas casas, quase dois terços se deslocam internamente no país, os chamados IDPs (Internally Displaced Person, ou Deslocados Internos, em português – Figura 1). Em 2017, 5 milhões puderam retornar ao seu local de origem, o qual, porém, se encontra em condições precárias e em contextos frágeis muitas vezes.

Figura 1 – Deslocados Internos pelo mundo em 2017



Fonte: Adaptado de UNHCR, 2018

De acordo com Carranca (2014), os conflitos entre os guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e seus rivais, resultaram na mobilidade interna de populações colombianas, tornando a Colômbia o país com maior número de Deslocados Internos no planeta. A principal face destes deslocamentos é de mulheres (80%), negros e pobres, pois a violência sexual se configura como uma arma de guerra, seja para delimitar territórios ao abusar sexualmente destas, roubar suas terras e expulsar a população, ou para humilhar gangues rivais. Assim, em casos como este, a condição de ser mulher determina

primordialmente a mobilidade interna de pessoas fugindo de seus territórios para sobreviver.

Já entre os refugiados, que cruzam a fronteira de outros países, 58% vivem em áreas urbanas, em vez de acampamentos ou áreas rurais e 53% são crianças, incluindo as desacompanhadas ou separadas de suas famílias. Além disso, há uma concentração dos países que recebem estas pessoas, sendo que mais da metade dos refugiados vive em somente dez países (ACNUR, 2018) (Figura 2).

Figura 2 – Distribuição de Refugiados e pessoas em situação de refúgio pelo mundo em 2017



Fonte: Adaptado de UNHCR, 2018

Dos pouco mais de 25 milhões de refugiados reconhecidos da história recente, mais de um quinto são palestinos, que se refugiam principalmente no Líbano e se encontram aos cuidados da Agência da ONU para Refugiados da Palestina (UNRWA), própria para cuidar do caso que dura quase 60 anos. O restante, sob cuidados da ACNUR, vem principalmente de cinco países: Síria, Afeganistão, Sudão do Sul, Mianmar e Somália. Todas estas nações vivem historicamente conflitos internos, sendo que o fim destas guerras poderia influenciar significativamente os deslocamentos globais (UNHCR, 2018).

Este movimento é a solução encontrada pelas populações para garantir sua sobrevivência, é um ato de desespero de quem deixa o que possui para trás para lutar pela própria vida. Os locais de destino destas pessoas muitas vezes

são influenciados pelos ciclos de feedback descritos por Mabogunge (KING, SHELDON, 2010), impulsionados pela globalização, que tende a fortalecer este processo.

Neste caso, entende-se que a globalização ao mesmo tempo que renunciava maior mobilidade aos múltiplos movimentos populacionais, igualmente implantava diversas formas de “retenção” (especialmente no caso de pessoas em situações sociais mais precarizadas), por meio das “paredes”, “cercos” e dos “campos”. Deste modo, “não é por vivermos hoje aquilo que muitos denominavam de ‘sociedade em rede’, dos fluxos e da ‘virtualidade’, que desapareceriam os movimentos de relativa fixação e ‘enclausuramento’ territorial” (HAESBAERT, 2007, p.3).

É possível perceber tais cercos em países da Europa a partir de 2014, principalmente, durante uma das maiores crises migratórias do continente, em que os refugiados, vindos de países do Oriente Médio e da África, tentavam adentrar o continente por diversas rotas (Figura 3), especialmente pelo mar Mediterrâneo, saindo da Líbia, onde houve um crescente aumento da violência e exploração dos refugiados já vulneráveis.

Os países europeus, sobretudo do Leste Europeu, introduziram controles em suas fronteiras em meados de 2015 para receber poucas ou nenhuma remessa destes refugiados – que adentravam pela Itália e Grécia – gerando conflitos internos na própria União Europeia. A Alemanha abriu suas fronteiras neste período, recebendo um grande contingente de pessoas com pedidos de asilo humanitário, porém, devido a estes conflitos, voltou a se fechar (FRANCE PRESSE, 2018).

Figura 3 – Principais rotas migratórias de refugiados na Europa a partir de 2014



Fonte: Folha de São Paulo, 2015.

Concomitantemente, a rota de refugiados pelo Mediterrâneo foi interrompida depois de acordos entre a Itália e as autoridades e milícias líbias, além do fechamento da rota dos Balcãs para a passagem dos refugiados, diminuindo drasticamente a entrada de migrantes na Europa a partir de 2016 (FRANCE PRESSE, 2018).

Os governos europeus e dos países do Norte Global vinham adotando posturas mais rígidas que seriam justificadas na opinião pública, levantando, assim, barreiras físicas, como muros e cercas que impedissem a entrada de populações refugiadas, uma política antiga. As instalações construídas na divisa da Espanha com o Marrocos e na fronteira dos Estados Unidos com o México, foram feitas antes da atual crise de refugiados, por exemplo (RODRIGUES; SALA; SIQUEIRA, 2018).

Assim, a alternativa encontrada pelos refugiados a partir destas ações é o deslocamento para países periféricos, dentro do contexto das migrações Sul-Sul, em que está incluso o caso brasileiro como destino destas pessoas, além de países como a África do Sul e Turquia, os principais países em número de pedidos de refúgio e asilo humanitário (RODRIGUES; SALA; SIQUEIRA, 2018).

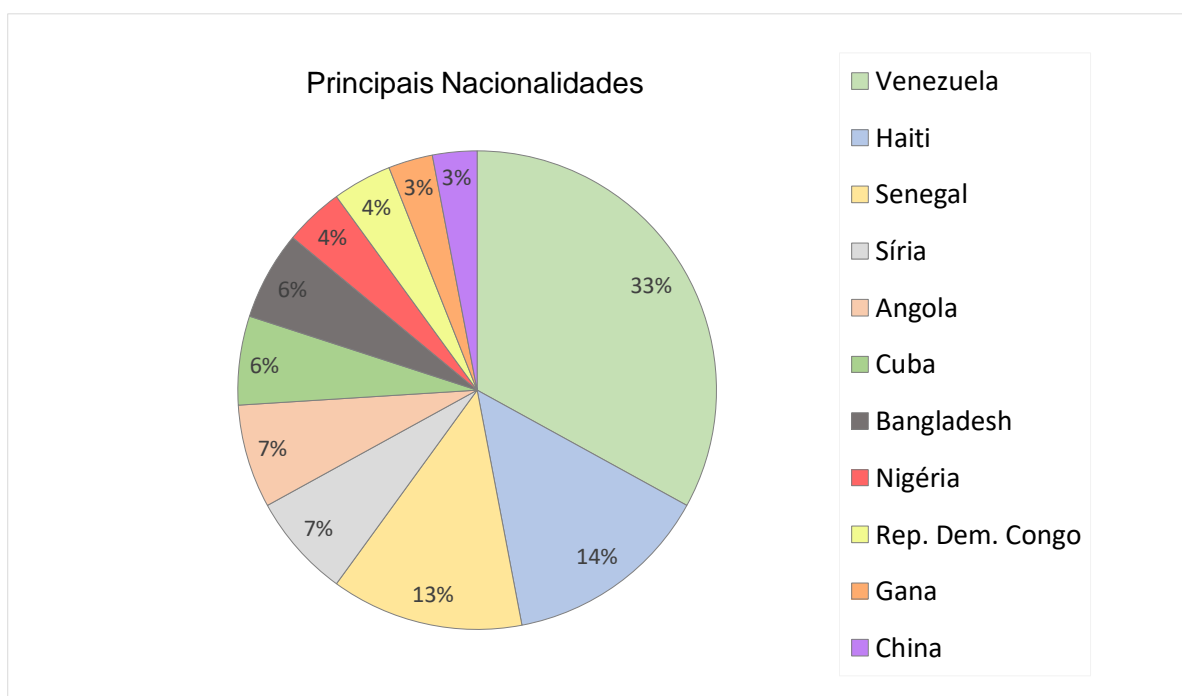
#### 2.4. OS REFUGIADOS NO BRASIL E NO PARANÁ

De acordo com a Secretaria Nacional de Justiça (2018), somente em 2017, venezuelanos, cubanos e haitianos foram as principais nacionalidades a solicitar refúgio no Brasil. Porém, os sírios, congolezes e angolanos foram as principais nacionalidades reconhecidas pelo governo brasileiro, especialmente por serem casos resultantes de guerras e conflitos armados.

No mesmo ano, em 2017, existiam no Brasil 10.145 refugiados reconhecidos, 13.639 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado, e apenas 719 solicitações deferidas. Destes, 71% eram homens e 44% tinham idades entre 30 a 59 anos (SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, 2018). Tais dados demonstram que a entrada das populações refugiadas no país é majoritariamente de homens em idade economicamente ativa.

Considerando um intervalo de tempo maior, entre os anos de 2007 e 2017, 126.102 solicitações foram realizadas no país, sendo 33.866 apenas em 2017. A Síria, a República Democrática do Congo e a Colômbia foram as principais nacionalidades de refugiados reconhecidas. Entretanto, entre as solicitações de refúgio em trâmite no Brasil no ano de 2018, as principais nacionalidades são de venezuelanos, haitianos e senegaleses (gráfico 1) (SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, 2018).

Gráfico 1 – Solicitações de refúgio em trâmite no Brasil por nacionalidade – 2018



Fonte: Secretaria Nacional de Justiça, 2018. Elaborado por: Jéssica C. Pizaia.

A maioria das solicitações de refúgio deferidas são de pessoas vindas de países da África e Ásia, principalmente. Ao mesmo tempo, chama atenção o fato de que as nacionalidades que mais pedem refúgio não são as que mais possuem solicitações aprovadas.

A legislação migratória no Brasil é uma das causas, apesar da nova Lei de Migração (nº 13.445 de novembro de 2017) entrar em vigor. Além disso, o processo para se obter uma resposta do CONARE (Comitê Nacional de Refugiados) sobre a solicitação de refúgio, é demorada, e alguns casos leva-se quase cinco anos até que seja haja a decisão (SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, 2018).

Uma tentativa de amenizar o problema foi a elaboração da Resolução Normativa 126 pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg) no primeiro trimestre de 2017, permitindo a aprovação de Residência Temporária para pessoas que se deslocam ao Brasil por via terrestre e que tenham a naturalidade de países fronteiriços com o Brasil, como é o caso dos venezuelanos e colombianos, apenas. Entretanto, problemas junto à Polícia Federal em relação à documentação e as taxas cobradas, fez com que o pedido de refúgio continuasse a ser a saída mais adotada para regularização da situação no Brasil.

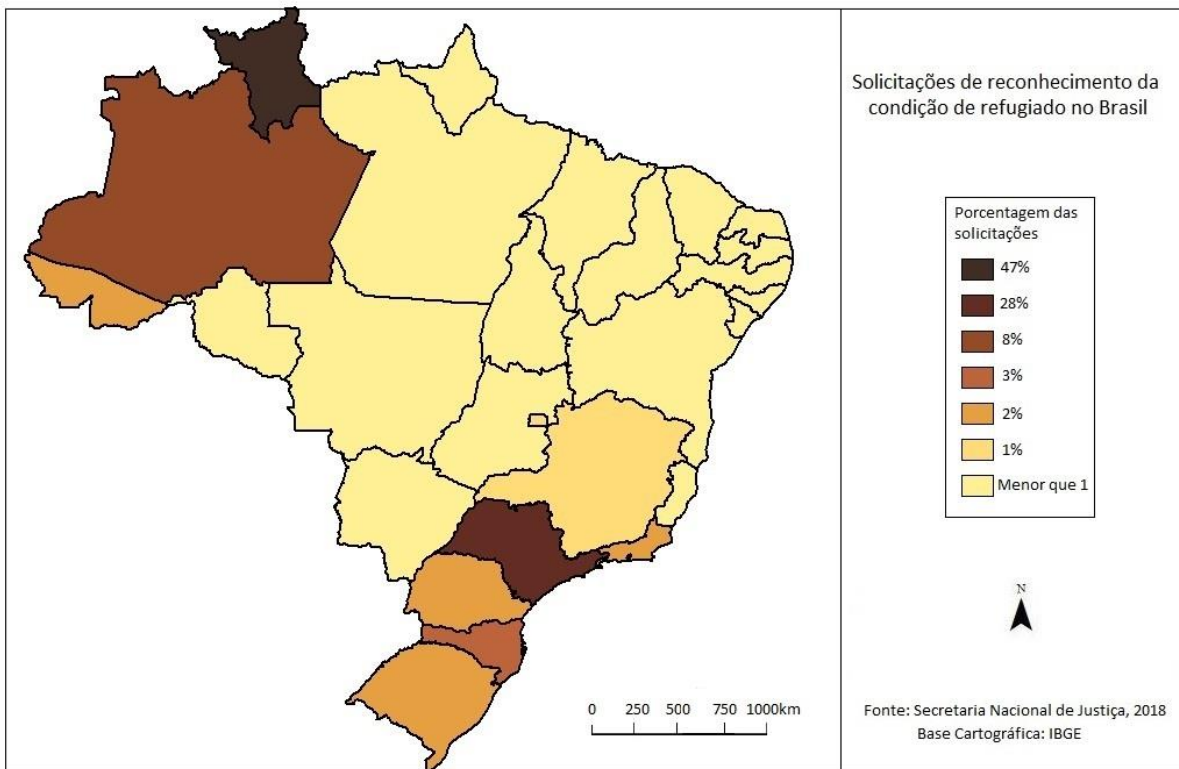
A nova Lei de Migração (nº 13.445 de 2017) que substitui o estatuto do estrangeiro de 1980, juntamente as Resoluções Normativas do CNIg, pôde facilitar a regularização dos migrantes ao alterar certas categorias de visto em comparação ao estatuto anterior. Assim, acredita-se que em médio e longo prazo, o pedido de refúgio pode deixar de ser utilizado como forma de permanência no Brasil por imigrantes e populações que desejam sair de seus países mas não se enquadram na categoria de refugiados, já que têm direito de permanecer no Brasil enquanto o pedido é julgado.

As causas para os pedidos de refúgio no Brasil são resumidas por: uma proximidade geográfica dos refugiados com o país (caso dos venezuelanos), pela facilidade de ter o mesmo idioma (como os angolanos) e devido a redes migratórias estabelecidas com o tempo (haitianos e sírios), além das expectativas econômicas, como a possibilidade de conseguir um trabalho, mesmo que informal, expectativas jurídicas, com a facilidade de conseguir o visto, e a visão de conseguir uma melhor qualidade de vida, sendo estes os atrativos em um momento que tende ao controle migratório e a criminalização das migrações em grande parte do planeta (ACNUR,

2018).

Neste contexto, as maiores solicitações de refúgio no Brasil foram realizadas em Roraima em 2017, em consonância com a entrada da população venezuelana no país através deste estado, seguido de São Paulo, onde se encontra a maior população refugiada do país (figura 4).

Figura 4 – Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado por Unidade Federativa em 2017



Fonte: Secretaria Nacional de Justiça, 2018.  
Elaborado por: Jéssica C. Pizaia

As regiões que apresentam a maior concentração de solicitações são aquelas onde ocorre o fluxo de entrada e permanência dos imigrantes e refugiados venezuelanos e haitianos em território brasileiro, como os estados da região Norte (Roraima, Amazonas e Acre) ou então as que servem como destino destas populações em busca de emprego e renda, localizadas no Sul e Sudeste do país (São Paulo, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná).

Em escala local, somente em Curitiba, 158 refugiados obtiveram o processo deferido, enquanto outras 360 pessoas ainda aguardam julgamento ou tiveram a solicitação negada, segundo processos tramitados no CONARE até abril de

2016. Segundo informações do relatório de 2015 do Observatório das Migrações Internacionais do Ministério do Trabalho, Curitiba foi a segunda cidade do país em que as empresas mais admitiram imigrantes em 2014, atrás apenas de São Paulo (CAVALCANTI et al, 2017).

De acordo com dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública (BRASIL, 2018), até abril de 2016 a maior parte das solicitações de refugiados reconhecidos no Paraná se deu no Oeste paranaense, sobretudo em Foz do Iguaçu e Barracão, duas cidades fronteiriças do Paraná com a Argentina e o Paraguai, e na capital Curitiba.

A cidade de Foz do Iguaçu recebeu no período muitas pessoas sírias, pois a comunidade árabe na cidade é consideravelmente alta, o que direciona o fluxo desta população. Assim como Curitiba, que também conta com uma grande comunidade árabe, é a capital do estado e uma das maiores cidades do país, o que favorece esta concentração (BRASIL, 2018).

Londrina e Maringá, apesar de serem a segunda e terceira cidades maiores do Paraná em termos populacionais, não receberam um contingente considerável de refugiados reconhecidos no período, entretanto, a mesorregião geográfica em que se encontram é um dos principais destinos de populações haitianas e bengalesas no estado (BRASIL, 2018).

No caso da Microrregião Geográfica de Londrina, Cambé e Rolândia são as cidades que concentram as populações haitianas, sobretudo no Jardim Santo Amaro e Parque Residencial Ana Rosa em Cambé, que contam com cerca de 300 habitantes desta nacionalidade (JEAN BAPTISTE, 2018), além dos bairros Santiago e Novo Horizonte em Rolândia.

As motivações para a mobilidade forçada são variadas entre os países, envolvendo desde o advento de guerras civis até problemas relacionados a desastres ambientais e pobreza extrema, situações intimamente ligadas com os contextos geopolíticos vivenciados por cada país durante a história.

Tais contextos geopolíticos nem sempre se restringem ao poder do Estado como o principal ator ou agente da política, das guerras e do controle hegemônico ao redor do mundo. As geopolíticas que nascem no período da globalização, levando em consideração novos atores e sujeitos, incluindo as grandes civilizações, as culturas de massa, as empresas transnacionais, as organizações internacionais, entre outros, se utilizam de inúmeras ferramentas para intermediar as

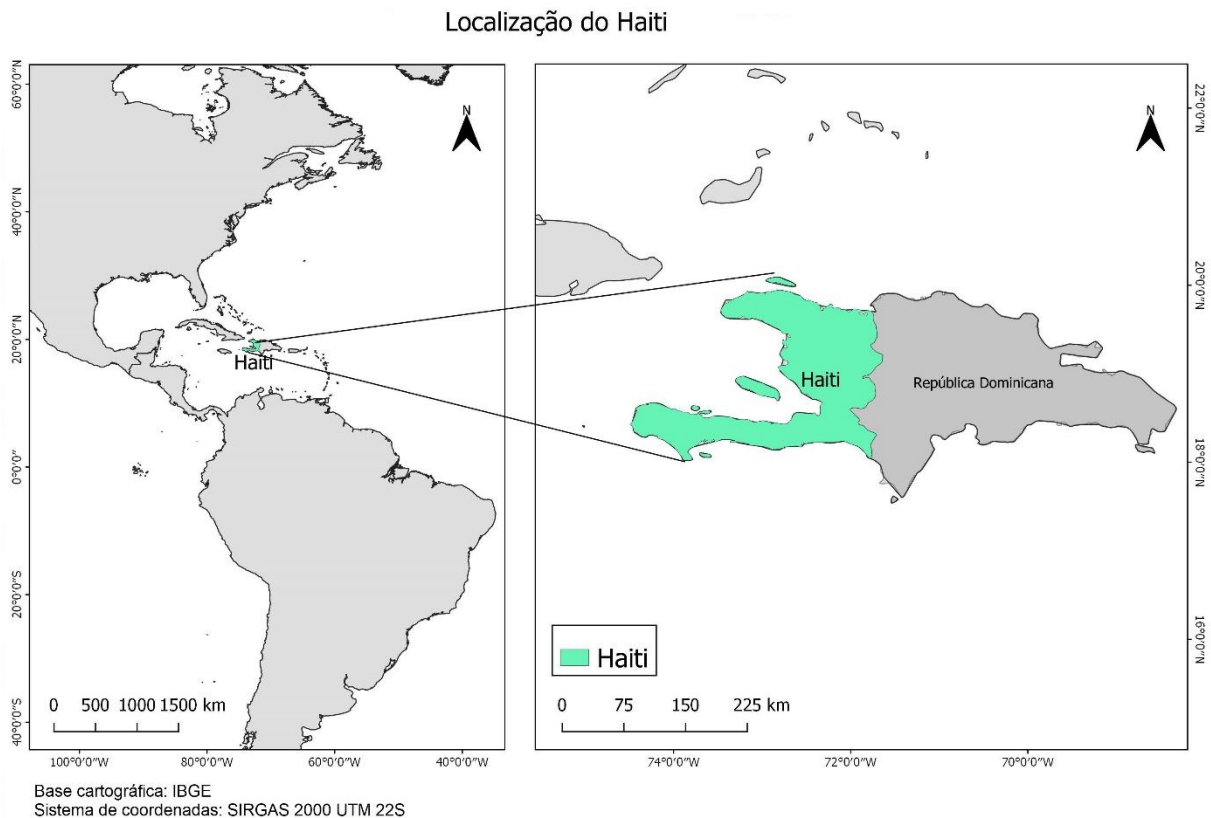
relações de poder no espaço mundial (COSTA, 2013) como ocorre no Haiti.

#### 2.4.1. A mobilidade haitiana

Historicamente, o Haiti apresenta uma trajetória de migração constante de suas populações. As causas são relacionadas às condições geográficas em que o país se insere, onde há a ocorrência de desastres naturais, como terremotos e furacões, além de seu contexto histórico de instabilidade do Estado, após a influência francesa em seu período colonial e a influência norte-americana a partir do século XX. Neste contexto, o país se tornou um dos mais pobres da América e do mundo, levando suas populações a buscarem abrigo e oportunidades em outros países (BAPTISTE, 2015).

O Haiti encontra-se inserido na Ilha de Hispaniola – composta pelo Haiti e pela República Dominicana na América Central (figura 5) –, e é dividido em dez comunas.

Figura 5 – Localização do Haiti na Ilha de Hispaniola



Elaborado por: Jéssica C. Pizaia.

O país possui uma conjuntura histórica de mobilidade populacional, em que a diáspora assumiu importância essencial na realidade socioeconômica, educacional e política do país. Com uma população de aproximadamente 10,4 milhões, o país conta com 4 a 5 milhões vivendo fora de seus territórios, grande parte nos EUA, França, Canadá e países caribenhos como a República Dominicana. O fenômeno é bastante comum, e os haitianos utilizam da palavra “diáspora” para designar os compatriotas que vivem em outros países e que na maioria das vezes enviam remessas de dinheiro, objetos e bens aos familiares e conhecidos no Haiti. Neste cenário, se tornar uma “diáspora” é uma decisão, um compromisso e um investimento que abrange toda a família, decorrendo de uma tradição (HANDERSON, 2015).

Diversos contextos históricos e econômicos no país resultaram em tais fatores. Os problemas econômicos e sociais do Haiti refletiram em seus dados sobre desenvolvimento humano e qualidade de vida, com o IDH do país variando entre 0,335 em 1980 e 0,451 em 2009, índices considerados pela ONU como baixo desenvolvimento humano (COUNTRY ECONOMY, 2018), em uma época ainda anterior aos desastres naturais pelos quais passou o país após 2010.

Entre as causas para tal conjuntura econômica e social, segundo Baptiste (2015), estão: a indenização cobrada pela França para reconhecer o país após a independência; A dificuldade de se reconhecer uma classe dirigente que se impusesse legitimamente, defendendo os interesses nacionais; O legado escravocrata, já que as massas recém-libertadas não tiveram o acesso à posse dos meios de produção, especialmente a terra; A herança monocultora, levando a falta de diversificação da economia para que o mercado interno fosse sustentável.

A independência do Haiti aconteceu em 1804, e o país se tornou a primeira república negra das Américas. Simplificadamente, desde então, o país contou com uma série de governantes ditadores, golpes militares e intervenções de outros países, o que comprometeu seu desenvolvimento social (BAPTISTE, 2015).

Após a independência, surgiram conflitos de ordem governamental, pois, ao ser colonizado pela França, o país conheceu apenas a forma da metrópole de conceber relações hierárquicas e de governança, o que inicialmente levou a um conflito a partir da emergência dos mulatos (mestiços) no poder. Com isto, houve uma primeira estratificação social no país a partir da separação entre os pardos e os

antigos escravos (negros), resultando na noção de falta legitimidade dos governantes mestiços (FIGUEIREDO, 2006).

Ao mesmo tempo, para reconhecer a independência do Haiti, a França exigiu uma grande indenização e, desde que se tornou independente, o país sofreu forte bloqueio econômico, o que o impossibilitou de possuir meios para os cultivos sobretudo de cana de açúcar e de café (FIGUEIREDO, 2006).

Mais tarde, entre os anos de 1915 e 1934, o Estados Unidos ocupou o país, e sua intervenção agravou as condições sociais da população haitiana através da expropriação de terras, da inserção de corporações e apropriação de recursos. Uma das consequências seria troca da agricultura de subsistência pela monocultura com foco nas exportações (COTINGUIBA; PIMENTEL, 2014).

Após a saída dos EUA, e do extenso legado negativo que deixaram, houve a instauração do sistema ditatorial no país, com políticas repressoras e o agravamento da condição socioeconômica. Mas, mesmo após a ascensão do regime democrático em 1990, o Haiti teve uma série de sucessões presidenciais, em que os mandatos eram interrompidos após golpes militares, protestos populares e substituições por interinos (SAMORA, 2015).

Deste modo, em meio a histórica instabilidade política, embargos econômicos, dependência financeira e intervenções externas, o país acabou em uma situação em que a maioria de sua população encontra-se na pobreza, contando com inúmeros problemas sociais. Somado a isto, os recorrentes desastres naturais na Ilha de Hispaniola também agravaram a situação.

O Haiti está localizado em uma região onde há uma série de fenômenos extremos, como furacões, tempestades tropicais e abalos sísmicos. A Ilha de Hispaniola está situada sob o encontro transformante das placas tectônicas Norte-Americana e Caribenha, que originam um sistema de falhas. A falha Enriquillo-Pantain Garden (Figura 6), gerou abalos sísmicos nos anos de 1751, 1770 e 1860. Além disso, o país está situado sobre a microplaca de Gonave, que faz limite com outras falhas, resultando em tremores ainda mais frequentes (FARIA, 2016).

Figura 6 – Falhas geológicas próximas a Ilha de Hispaniola

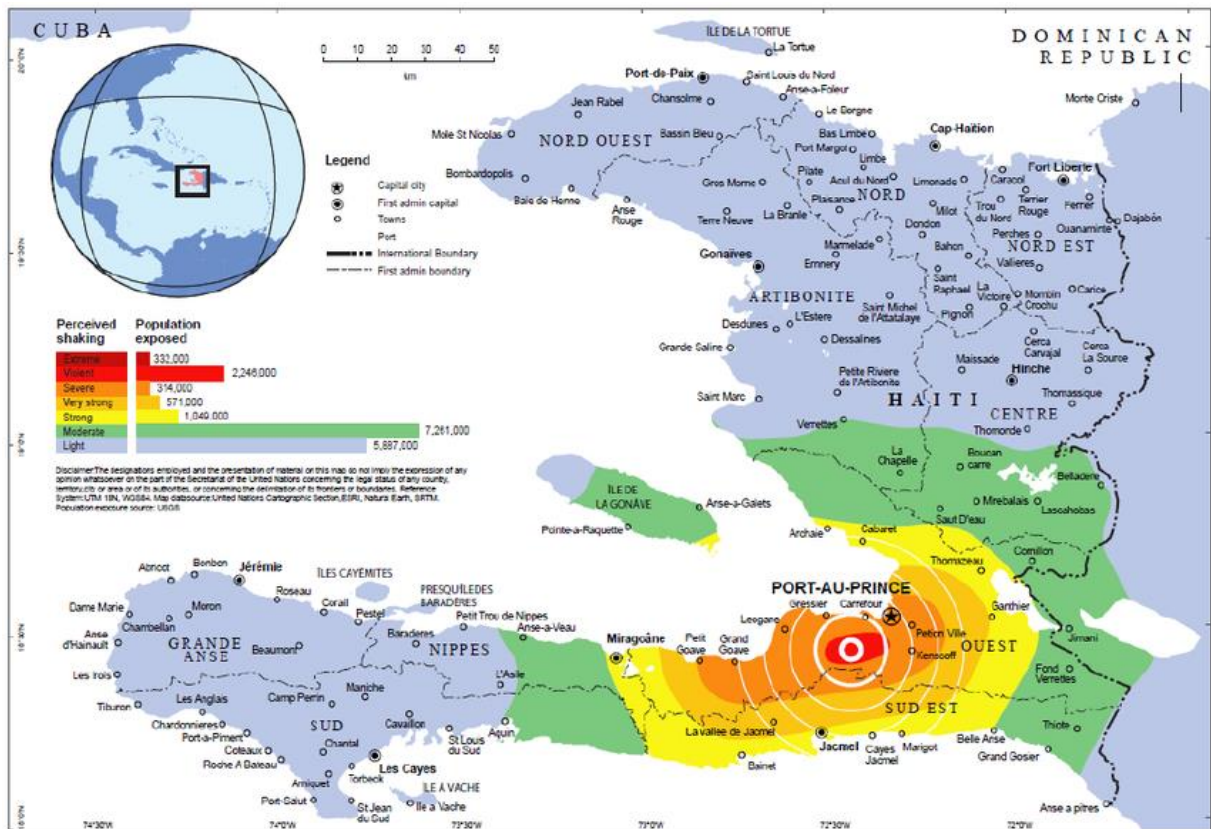


Fonte: adaptado de US Geological Survey.

A partir de 2008 uma série destes fenômenos passou a atingir o Haiti recorrentemente, quando dois furacões e duas tempestades tropicais de grande intensidade passaram pelo país. Em 2010, abalos sísmicos de magnitude 7,0 graus na escala Richter, causaram grande destruição na capital Porto Príncipe e em grande parte da comuna Oeste, com mais de 230 mil mortos (ALESSI, 2013), como é demonstrado na figura 7.

Estima-se que após o terremoto principal e suas réplicas, 1,3 milhões de pessoas passaram a morar em acampamentos temporários na região metropolitana da capital, e 600 mil pessoas abandonaram as regiões afetadas e se tornaram deslocados internos no país (OLIVEIRA, 2010) (RESERVE, 2013).

Figura 7 – Epicentro do terremoto de 2010 e as regiões e comunas mais afetadas



Fonte: RAMACHANDRAN & WALZ, 2015.

No ano de 2012 estimava-se que aproximadamente meio milhão de pessoas ainda viviam nos acampamentos improvisados (BARANYI, 2012). Não obstante, em 2012, 2016 e 2017, foram, consecutivamente, os furacões Sandy, Matthew e Irma que atingiram o país. Neste contexto, a população que antes de 2008 já vivia em situação vulnerável e de extrema pobreza, buscou a sobrevivência em outros países, pois a sequência destes fenômenos naturais destruiu parte da infraestrutura e também da agricultura, das produções e da vida no campo, sendo o setor primário da economia o principal para o país.

Em decorrência destes fatores, a mobilidade populacional de haitianos, consequência de tais desastres naturais, sobretudo dos abalos sísmicos, se adequa na tipologia de refúgio com o qualitativo adicional ambiental, principalmente porque o motivo para o deslocamento é a sobrevivência, – já que crises agudas destruíram parte das infraestruturas coletivas do país – e não simplesmente uma razão econômica, por trabalho e renda (CORREIA, 2014). Deste modo, os haitianos que chegaram ao Brasil a partir de 2010 não devem ser considerados simplesmente

como migrantes em busca de melhores condições de vida, já que o contexto para a saída de seu país vai além disto.

A entrada de haitianos no Brasil e sua distribuição espacial no país após os recorrentes desastres naturais, foi norteadada por três elementos principais. Em primeiro lugar, o terremoto que atingiu a América Central mobilizou diversas frentes, inclusive as bases para a entrada de diversos países com o ensejo de ajuda humanitária, na qual o Brasil, desde 2004, já participava como líder do projeto: Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) (SEGUY, 2014).

A MINUSTAH foi criada por uma resolução da ONU em 2004, tendo o objetivo de buscar a garantia de paz, segurança e estabilidade do Haiti. A missão atuou em ações relacionadas a saúde e segurança pública, como na tentativa de reconstrução da ordem política e segurança após o terremoto de 2010 (ONU, 2017), resultando no contato entre brasileiros haitianos e missionários de diversas partes do mundo, incluindo o Brasil, além disso:

A presença militar brasileira na origem do fluxo migratório foi fator determinante para – no destino migratório – o governo brasileiro criar resoluções normativas e documentar imigrantes do Haiti com o visto humanitário e carteira de trabalho para entrarem, permanecerem e circularem de forma regularizada no país. No campo social dessa migração as relações de poder se estabelecem fortemente entre os Estados (BAENINGER; PERES, 2017).

Como segundo elemento, ainda em 2010, os governos do Brasil e do Peru concluíram a rodovia binacional Interoceânica, obra que interliga os oceanos Pacífico e Atlântico via Amazônia, um dos projetos principais para a Integração da Infraestrutura da América do Sul (IIRSA). Após a integração física do território pela IIRSA, por meio de dez eixos envolvendo toda América do Sul, no fim de 2010, as cidades de Assis Brasil, Brasileia e Epitacolândia, fronteira entre o estado do Acre com a Bolívia e o Peru, registraram a chegada do primeiro grupo de 37 haitianos, chegando a 37 mil em 2015. Neste período de cinco anos, essa tríplice fronteira se configurou como a principal entrada de imigrantes indocumentados no Brasil, desde populações caribenhas, da América do Sul, até populações africanas (CASTRO, 2012).

O terceiro elemento consiste na importância progressiva da agroindústria da carne brasileira, quando, após 2010, o país se fortaleceu no mercado internacional devido aos baixos custos de produção. Neste período, com a adoção de técnicas modernas referentes ao controle genético e saúde dos animais, o Brasil

conquistou certificações internacionais, diferentes consumidores e se fincou entre os principais fornecedores de proteína animal do planeta. Assim, o país já se posicionava entre os dez maiores produtores e exportadores do mundo, ocupando a segunda posição na produção de carne bovina e a terceira em carne de frango (AIBEC, 2010) (USDA, 2009).

O crescimento da indústria frigorífica está intimamente relacionado com divisão internacional do trabalho. O lucro destas corporações é maior quando a produção se dá em regiões ou países com força de trabalho barata e extensa, especialmente por ser um setor altamente poluidor e responsável por causar lesões físicas e psicológicas, com índices altos de afastamento de trabalhadores por incapacitação. Deste modo, com o Brasil se estabelecendo como um dos principais produtores globais de proteína animal, houve a necessidade crescente de contratação de trabalhadores. Com a intensificação do ritmo de trabalho, longas jornadas e condições de trabalho precárias, associados ao alto índice de doenças laborais, os frigoríficos tinham dificuldade em firmar os trabalhadores. Neste contexto de escassez de mão de obra, tais corporações passaram a recrutar os haitianos recém chegados ao Brasil (NELI; NAVARRO, 2013).

Para Baptiste (2015), o fluxo da população haitiana direcionado ao Brasil é explicado também por fatores como: o endurecimento da legislação migratória nos países mais desenvolvidos, a imagem positiva do Brasil na época, como um país economicamente estável, e a porosidade das fronteiras na região Norte do país.

Após o sismo de 2010, a entrada de haitianos no Brasil deu-se por meio do Equador. Desde 2007, a constituição deste último país viabilizou este padrão migratório, já que o governo deixou de exigir vistos a cidadãos de qualquer nacionalidade que entrassem e permanecessem em território equatoriano por até três meses. Apesar de não fazer fronteira com o Brasil, isto condicionou o Equador a ser a principal porta de entrada para a América do Sul por ser o único país a não exigir visto e comprovação de condição econômica para o ingresso de estrangeiros (MAMED; LIMA, 2016).

Entretanto, o Equador não se caracterizava como destino final por estas populações por ser considerado um país com trabalho escasso e precário, com dificuldades para a integração de estrangeiros, além da discriminação e vulnerabilidade crescentes

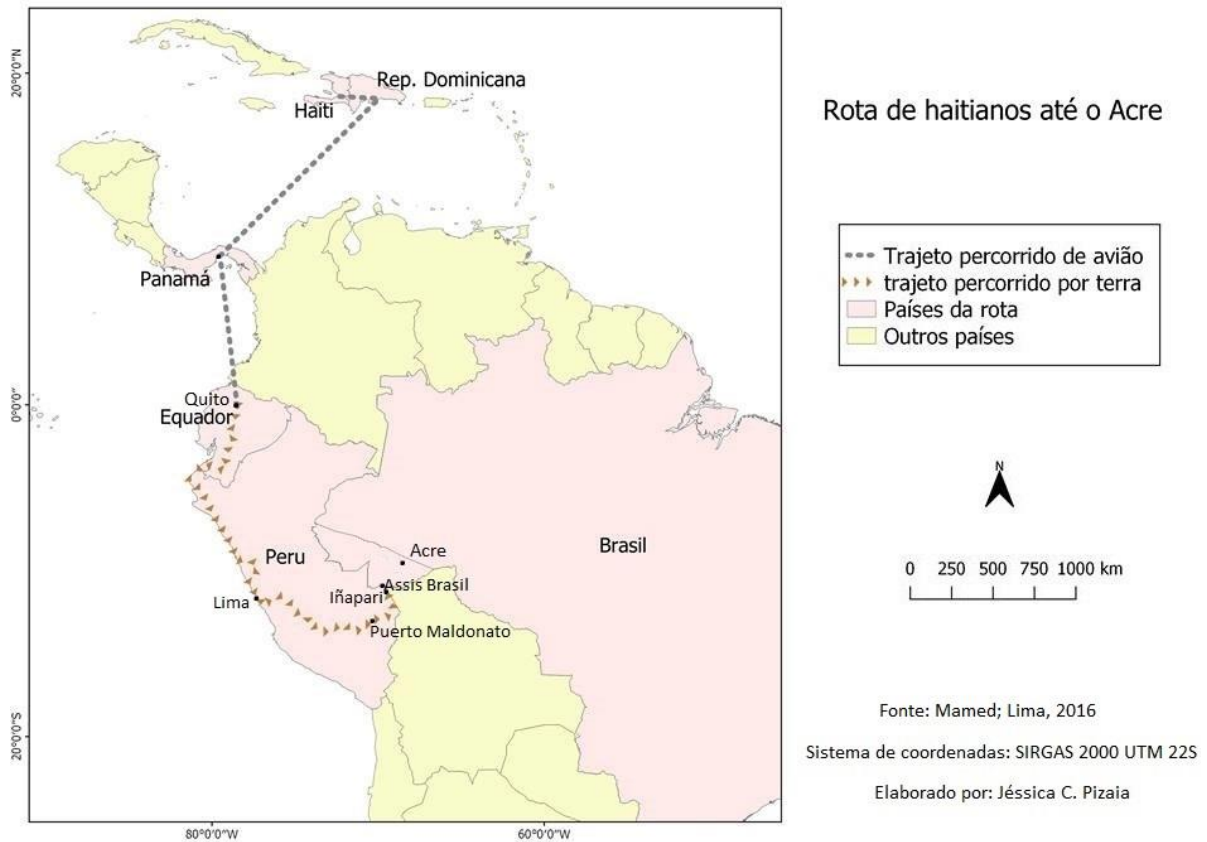
Além disso, grande parcela de haitianos se movimentou até o Brasil via Equador devido a concessão de vistos humanitários em meados de 2013. Ao autorizar representações diplomáticas na República Dominicana, Peru e Equador a oferecerem aos haitianos este tipo de visto especial, o governo brasileiro objetivou conter o fluxo indocumentado e desarticular a atuação das redes, porém, apenas o Equador manteve a medida, já que o Peru exigia visto para o ingresso de estrangeiros e na República Dominicana havia o risco de sobrecarregar o escritório consular. Desta forma, o escritório brasileiro no Equador se tornou referência na oferta deste tipo de serviço na América do Sul, apesar de nunca conseguir alcançar toda a demanda de haitianos que queriam entrar no país (MAMED; LIMA, 2016).

O visto humanitário concedido aos haitianos foi a maneira encontrada pelo CNlg de para regularizá-los no país, já que as solicitações de refúgio não poderiam ser ofertadas pelo caso não se enquadrar como perseguição política, étnica ou religiosa no país de origem. O visto de permanência provisório por motivos humanitários é instituído pela resolução normativa nº 97/2012, possui validade de cinco anos, podendo ser renovada mediante a comprovação de trabalho regularizado no país. Foi concedido em razão da situação de pobreza e vulnerabilidade vivenciada pela população haitiana, agravada a partir de 2010 (SILVA, 2015).

Do Equador, os haitianos faziam a travessia para o Peru, e partir de Quito, o trajeto até este país levava em torno de dois dias. Neste contexto, imersos em um circuito de controversas informações e em situação vulnerável, a tendência dos haitianos era a de recorrer às redes, que driblavam os caminhos oficiais e negociavam com os agentes de fiscalização em troca de altos preços para viabilizar a passagem (MAMED, LIMA; 2016).

Os haitianos seguiam o trajeto até Lima, no Peru, em uma viagem terrestre que podia ser por ônibus, taxi ou veículo fretado, em alguns casos, eles percorriam também os rios da região, a pé ou a nado, durante a noite. Seguindo pela rodovia Pan-americana no Peru, eles chegavam em Lima após 30 horas de viagem, e seguiam pela rodovia Interoceânica por mais 25 horas até Puerto Maldonado, onde eram definidos os últimos detalhes do trajeto até o Brasil. Em táxis ou carros alugados por agentes das redes, os haitianos viajavam por mais quatro horas até Iñapari, fronteira com Assis Brasil, a primeira em território brasileiro (figura 8) (MAMED; LIMA, 2016).

Figura 8 – Rota de populações haitianas para o Brasil a partir de 2010



Fonte: MAMED; LIMA, 2016. Elaborado por: Jéssica C. Pizaia.

O trecho entre Puerto Maldonado até o Brasil era considerado o mais perigoso e onde os haitianos sofriam mais com as práticas de extorsão em que estavam envolvidos motoristas, agentes da polícia peruana, coites e informantes. Muitos deles acabavam sem dinheiro para continuar a viagem e esperavam remessas de dinheiro da família ou trabalhavam na cidade. Muitos eram vítimas de roubo, cárcere, espancamento ou estupros neste momento, situação agravada por desconhecerem o idioma e por serem indocumentados, o que é agravado no caso das mulheres (MAMED; LIMA, 2016).

De acordo com entrevistas realizadas por Mamed e Lima (2016), os haitianos desconheciam a maior parte do trajeto por terra que seria percorrido, muitos apenas sabiam como seria o caminho até Quito, razão pela qual se tornavam vulneráveis e sensíveis às redes. Também eram surpreendidos pela geografia da região andina e amazônica, as quais também desconheciam.

Já no Brasil, o governo do Acre em conjunto com o governo federal e entidades religiosas, oferecia acampamentos improvisados aos haitianos, similares aos existentes para refugiados na Europa destinados a refugiados sírios, se tornando

a maior referência para onde eles deveriam se encaminhar após chegar ao Brasil e a principal porta de entrada destas pessoas entre 2010 e 2015. Neste período, foram recebidos em torno de 37 mil haitianos no abrigo oficial (SEDS; SEJUDH, 2015) (MAMED; LIMA, 2016).

Durante a estadia no acampamento eles recebiam as instruções para retirar a carteira de trabalho e regularizar sua situação no país. Grande parte destes haitianos aguardava no próprio acampamento o dia de viagem nos ônibus fretados pelo governo para encaminhá-los ao centro-sul do país, ou pelo recrutamento das empresas que os levariam (MAMED; LIMA, 2016).

O fluxo mais intenso destas populações se deu em direção ao sul e sudeste do Brasil, devido à grande demanda por mão de obra sem exigência de qualificação, principalmente em Santa Catarina e São Paulo, sobretudo nas indústrias deste primeiro estado (BERNARTTE et al, 2015).

Entre 2010 e 2014, as empresas se dirigiam até o Acre para realizar o processo de recrutamento, já que o Ministério do Trabalho e Emprego na época estabeleceu redes de contato com empresários divulgando a disponibilidade dos haitianos que viviam nos acampamentos e incentivando a contratação destes trabalhadores. A partir disto, o setor agropecuário se destacou neste processo, e empresas do centro-sul do país passaram a contratar os haitianos, principalmente homens jovens e solteiros (SEJUDH, 2014).

Após a seleção, os trabalhadores partiam em ônibus fretados ou com passagens pagas pelas empresas em direção aos seus locais de trabalho. Em muitos destes casos, os haitianos eram abrigados em residência administrada pela própria empresa que os contratou, de forma que a rotina de vida era controlada e ordenada diretamente por eles.

O deslocamento do empresariado para recrutamento ocorreu até meados de 2014, período em que o acampamento se situava na cidade de Brasileia (AC). Posteriormente, com a transferência deste para Rio Branco, a tendência passou a ser o deslocamento das pessoas até as empresas e o próprio governo do estado passou a organizar as viagens em ônibus fretados com recursos federais para algumas das principais capitais do país, como Cuiabá, São Paulo, Curitiba e Florianópolis.

Entre 2010 até 2018, os haitianos passaram a ser a principal nacionalidade no mercado de trabalho formal interno, chegando ao ápice em 2017

com 35.658 pessoas contratadas. Grande parte dos haitianos empregados no Brasil encontra-se em ocupações relacionadas com o final da cadeia produtiva do agronegócio, sobretudo a agroindústria da carne (CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M, 2018).

No contexto do trabalho, por mais que os haitianos e brasileiros participem da mesma classe trabalhadora nas indústrias, a situação daqueles é agravada pela condição de ser um estrangeiro, sem conhecimento da língua, da burocracia e legislação trabalhista, conjuntura que os torna vítimas dos circuitos de empregabilidade e superexploração. Também sem possuir moradia própria e redes de contato, eles acabam se tornando alvos da especulação imobiliária e, por fim, ainda precisam resistir a cultura do preconceito racial e social do país (MAMED, 2016).

Nos últimos anos, o fluxo de haitianos para o Brasil tem perdido força, seja em resposta à situação econômica do Brasil ou à abertura das fronteiras de outros países. Ao mesmo tempo, mobilidades relacionadas a remigração se fortalecem em sentido noroeste, induzindo a população haitiana para o Chile, México, Estados Unidos e Canadá e abarcando outros países da América Central (DE SÁ, 2017).

Dos haitianos que adentravam o Brasil no início dos fluxos, em meados de 2012 a 2014, 84% eram homens e apenas 16% eram mulheres (CORREIA, 2014), uma disparidade consideravelmente alta. Porém, acredita-se que foi modificada a partir de 2015, com novos padrões migratórios que incluem as mulheres e as crianças, filhos dos haitianos que já realizaram o movimento até o Brasil (BERNARTTE et al, 2015).

Ao mesmo tempo em que as mulheres haitianas representam 52% dos habitantes do país, elas vivenciam os piores indicadores de saúde, condição de vida e abusos de direitos fundamentais, depois das crianças. Em âmbito socioeconômico, antes da ocorrência do terremoto de 2010, de 65% a 70% das mulheres haitianas já viviam abaixo da linha de pobreza (IHSI, 2003).

As mulheres são as mais afetadas pelo desemprego e, quando vivem nas áreas urbanas, recorrem ao comércio informal ao se tornarem chefes das famílias, além de exercerem o papel tradicional de cuidadora e única responsável pelos trabalhos domésticos. Uma prática recorrente das famílias é também enviar as meninas ainda crianças para a capital do país para servirem de empregadas domésticas, exercendo o trabalho infantil. Ao mesmo tempo, quando o orçamento familiar não cobre todas as despesas escolares de todos os filhos, são os meninos

que acabam sendo os escolhidos para usufruir do investimento (REGIS, 2018).

O Haiti apresenta um índice de mortalidade infantil de 359 óbitos a cada 1 mil nascidos-vivos, e esperança de vida de 66,4 anos para as mulheres. O índice de desigualdade de gênero é de 0,592, o que coloca o país em 127º lugar entre 148 países no ano de 2012. A participação feminina na política do país é quase inexistente, e até 2015 o Código Penal do país não tipificava casos de estupro como crime. O a legislação, inclusive, ainda é vaga a respeito da definição de violência doméstica e de outros atos da mesma natureza, o que resulta na equiparação equivocada a qualquer forma passiva de agressão (UN, 2016).

O acesso à saúde no país é dificultado por dois fatores principais: o beneficiário do atendimento muitas vezes não consegue pagar pela consulta, e a cobertura às pessoas do país é dificultada pela distância entre os hospitais e postos de atendimento e os habitantes que vivem fora das áreas urbanas do país (REGIS, 2018).

A respeito da saúde das mulheres haitianas que imigram ao Brasil, pontuam-se as desigualdades entre a qualidade de vida e de saúde entre estas minorias e as mulheres brasileiras. Aquela população gestante utiliza com menor frequência os serviços públicos de saúde e por vezes desconfiam dos profissionais que as atendem, não buscando o acompanhamento de pré-natal no momento adequado (ALLENBRANDT; DAMBRÓS; WINCK, 2017).

Estas mulheres também apresentam uma taxa menor na utilização de métodos contraceptivos e muitas vezes não possuem informações a respeito da aquisição de suplementos nutricionais, vivenciando uma gravidez de risco para elas e os recém-nascidos (ALLENBRANDT; DAMBRÓS; WINCK, 2017).

As dificuldades de comunicação entre esta população e os profissionais da saúde são frequentemente indicados como fatores cruciais que impedem realizar as ações de promoção à saúde, além de hábitos socioculturais diferentes que resultam na não adesão as ações preventivas, já que grande parte desconhece os métodos contraceptivos até receber as informações no Brasil (ALLENBRANDT; DAMBRÓS; WINCK, 2017).

Um ponto a ser focado sobre a saúde no contexto dos indivíduos em processo de migração, é que este não se deslocam somente entre fronteiras físicas e costumes e culturas diferentes, mas também entre sistemas de saúde organizados sistematicamente e territorialmente de formas diferentes. Deste modo,

para Sargent e Larchanché (2011), a lacuna na procura pelos serviços de saúde por parte dos haitianos e haitianas é uma prática existente no país de origem. No Brasil, a falta de informação, de contato humanizado e de estratégias específicas e personalizadas à esta população podem impactar negativamente nos indicadores de saúde da comunidade haitiana.

### 3. A SITUAÇÃO DE REFÚGIO, VULNERABILIDADE E QUESTÕES IDENTITÁRIAS

O crescimento das mobilidades forçadas representa uma complexa relação entre a vulnerabilidade destas pessoas, as tentativas de sobrevivência em um novo território e a reconfiguração da economia. Ao mesmo tempo, há a concepção e a pluralização de identidades que se materializam no espaço e constroem novos territórios (CORREIA, 2014).

Entretanto, o aprofundamento do nacionalismo e dos discursos de proteção soberana em resposta a estes fenômenos prejudicam ainda mais a situação de vulnerabilidade vivenciada por estas populações.

Neste sentido, Baeninger e Peres (2017) colocam que há uma aceitação seletiva nos locais de maior recepção de refugiados no Brasil atualmente, pois, segundo a autora, o imaginário brasileiro em relação ao imigrante é composto por uma representação de indivíduos brancos que emigraram da Europa ao Brasil no início do século XX e final do século XIX. Desta maneira, ao se depararem com a atual tendência das mobilidades internacionais no Brasil nas últimas décadas, as quais são compostas por refugiados em grande parte negros e advindos de países pobres, cria-se uma situação de estigma em torno desta situação.

A xenofobia contra estrangeiros que buscam abrigo no Brasil existe e tem se dado mais explicitamente nas cidades fronteiriças, geralmente pequenas e com pouca e insuficiente infraestrutura para atender aos estrangeiros. O caso mais marcante de xenofobia no país ocorreu contra refugiados venezuelanos em Pacaraíma, Roraima, em 2018, decorrente da demora de ação das autoridades em um momento em que 800 pessoas vindas da Venezuela chegavam diariamente ao atravessar a fronteira com o Brasil. Neste contexto, um grupo de brasileiros destruiu os acampamentos improvisados de centenas de refugiados, situação motivada por um assalto a um comerciante brasileiro (MENDONÇA, 2018).

Além disso, algumas nacionalidades de refugiados sofrem mais com estes problemas, atingindo ainda mais as mulheres que os homens, especialmente durante o processo de mobilidade entre o país nativo e aquele em que se espera viver, porque mesmo quando estes já estão estabelecidos no país de destino, no Brasil são as populações negras e as mulheres que tendem a ter mais dificuldade de se

estabelecer economicamente (CARNEIRO, 2003), principalmente se forem de outras nacionalidades, como ocorre com as mulheres haitianas.

### 3.1. AS IDENTIDADES TERRITORIAIS

As identidades são relacionais, nascem e dependem das diferenças e de marcas simbólicas que as distinguem das demais, como a linguagem, a escrita, a religião, o vestuário, entre outros (WOODWARD, 2007).

Para Milton Santos (2010, p. 21), em meio à globalização, a mistura de povos, raças, culturas e filosofias por todo o planeta, produzem uma “verdadeira sociodiversidade”, historicamente “mais significativa que a própria biodiversidade”, principalmente quando se encontram aglomeradas nos territórios. Acredita-se que a partir desta “sociodiversidade” são construídas também as identidades.

Neste sentido, as identidades territoriais são elaboradas por meio da influência cultural, contexto no qual os movimentos populacionais exercem um papel importante. As mobilidades configuram-se como um processo significativo na dispersão das culturas, influenciando inteiramente a constituição das territorialidades, já que a cultura possui materialidade mesmo sendo composta de elementos impalpáveis, seja no local de seu exercício, na abrangência espacial de sua influência ou na sua localização de origem.

Este processo, tanto no campo individual como no coletivo, remete a como o ser humano vai se desenvolvendo como sujeito único, com suas características próprias, durante seu trajeto de vida. Como ser social, ele transita por diversas situações e diferentes grupos, seja no meio familiar, no lazer, no trabalho, o que permite a troca de vivências com outras pessoas e grupos, e por meio da identificação com os mesmos, constrói o sentimento de pertencimento (ANDRÉ, 2008). Para Cruz (2007), os dois elementos essenciais da identidade territorial são o território de referência identitária e a consciência social de pertencimento.

Os grupos sociais possuem grande importância na constituição das identidades, pois a partir do momento em que o sujeito socializa com outros, partilhando experiências e cultura, existem as trocas de caráter emocional, intelectual, motor, etc. Estas experiências moldam-no como um ser social e, portanto, moldam também seu processo identitário, porque é através destas interações que os sujeitos são identificados e reconhecidos na sociedade (ANDRÉ, 2008).

Nesse sentido, os indivíduos precisam de uma base concreta para construir suas identidades. Assim, pontua-se mais uma vez que o poder e as fronteiras definem o território, mas a cultura e as fontes de recursos também são relevantes e fazem parte de sua constituição (SOUZA, 2013), ao mesmo tempo, a territorialidade não é apenas uma simples ligação com o território, mas também uma relação, mesmo que diferenciada, com outros atores (RAFFESTIN, 1993). Desta maneira, as socializações, as manifestações culturais, a fonte de recursos, entre outros aspectos, regula o território, e conseqüentemente, os grupos que nele vivem. Suas territorialidades influem na diferenciação entre os grupos e no surgimento de identidades, assim, adquirem o status de identidades territoriais.

Estes territórios de referência são como a base para sua construção identitária, em alguns casos possuem tanta relevância que acabam garantindo a consolidação de uma identidade coletiva, que é sobretudo territorial (HAESBAERT, 2007).

Assim no que estamos denominando aqui de identidades territoriais, escolhem-se (ou, concomitantemente, reconstróem) espaços e tempos, geografias e histórias para moldar uma identidade, de modo que os habitantes de um determinado território se reconhecem de alguma forma, como participantes de um espaço e de uma sociedade comuns (HAESBAERT, 2007, p. 44).

De acordo com Haesbaert (2004), uma das propriedades fundamentais da identidade territorial é o aspecto histórico, do imaginário dos indivíduos, possuindo como referência o território. Assim sendo, a memória igualmente é uma ligação fundamental na apropriação e sustentação de um conjunto de pessoas em um território durante a construção da identidade.

Para Hall (2001), a identidade não é unificada, os sistemas de reprodução cultural são multiplicados, e diversas identidades são elaboradas, com as quais nos identificamos. Os deslocamentos populacionais, inclusive, podem ter um caráter que gera a desarticulação de identidades antigas, proporcionando novas articulações e novos componentes identitários. As identidades historicamente construídas e modificadas na relação espaço-tempo, como acontece com os atores das mobilidades, em uma dinâmica de desterritorialização e reterritorialização, redefinem as diversas identidades e resultam em uma pluralização identitária.

As mobilidades e fluxos populacionais levam a esta pluralização e diversidade identitária. Algumas pessoas reproduzem características de seus

antepassados, ou mesmo de seu país de origem, por meio das memórias, e procuram se inserir na cultura de um novo país, pela necessidade de interação com outras pessoas que possuem costumes diferentes. Os diferentes fluxos migratórios, portanto, se reterritorializam nas cidades de destino e deixam um legado cultural que é perceptível e que foi disseminado por estas mobilidades. A chegada de refugiados e imigrantes provindos de diversos fluxos migratórios e trazendo consigo suas culturas, evolui para uma diversidade identitária, sobretudo entre as crianças, que ainda estão em processo de formação e que tem maior facilidade em aprender outras línguas, um dos elementos marcantes da identidade.

Entretanto, a chegada de refugiados e imigrantes muitas vezes sofrem com situações de estigma justamente por possuírem identidades diferentes, o que abrange diferentes elementos, como a linguagem, os modos de vida, a etnia, religião, entre outros, devido ao desconhecimento e o preconceito dos nativos em relação a isto.

O estigma, segundo Erving Goffman (1988), é uma propriedade que causa um largo descrédito ao indivíduo. Suas características são, desta maneira, designadas como defeitos, falhas e como uma desvantagem em relação ao outro. Como resultado, aos estigmatizados a sociedade restringe oportunidades e esforços, não confere valor e atribui a perda da identidade social, determinando e gerando uma imagem deteriorada conforme os modelos que convêm à sociedade.

Para a autora, o conceito é relacionado aos casos em que um atributo observável é proeminente e considerado como “uma falha oculta, iniquidade ou torpeza moral proporcionando ao indivíduo um sinal de aflição ou um motivo de vergonha” (GOFFMAN, 1988, p. 12-13). A partir desta aceção, pode-se afirmar que o portador desta característica é prontamente identificável como indesejável, inferior e ruim. O conceito aponta, assim, a inferioridade e a fraqueza moral da pessoa que possui esse predicado, designação conferida pelos demais membros da sociedade.

O que estabelece se uma condição é passível de ser estigmatizada ou não é a representação que possui na conjuntura das relações e dos distintos grupos nos quais a pessoa estigmatizada convive e constrói relações. Como define Goffman (1988), o estigma é uma forma composta de relação entre a característica (ou o que é próprio e característico de alguém) e os estereótipos, resultando em expectativa, crítica, julgamentos ou generalizações.

Desta maneira, certa característica passível de sofrer com o estigma

entre um grupo, pode significar a normalidade em outro. Se em certa localidade assumir uma identidade não gera nenhum tratamento pejorativo ou reação negativa, em outras adotá-la significa compactuar com nocivo, e se constituir como um ser depreciado e que, deste modo, deve ser evitado e excluído, como ocorre entre os migrantes e refugiados, que por vezes possuem identidades diferentes daquelas existentes no destino em que se estabelecem, as quais são tidas como normais em suas culturas e territórios.

De acordo com Bauman (2017, p. 38-46), a situação de estigma gera a expulsão, o banimento e a repulsa em relação aos estigmatizados. Esta situação é corroborada pela tendência atual dos governos de endossar o “pânico da segurança”, ao dar enfoque na entrada das vítimas refugiadas no país e em seus desdobramentos, ao invés das raízes globais do processo de mobilidade. Como consequência, este enfoque acaba colocando as populações migrantes “além dos domínios e fora dos limites da responsabilidade moral – e, acima de tudo, fora do espaço da compaixão e do desejo de ajudar”.

O autor também pontua que a chegada destas pessoas cria circunstâncias que recuperam o sentimento de autoestima das populações nativas em um momento que acreditariam ter chegado “ao fundo do poço”, já que a “descoberta de outro fundo abaixo daquele que eles próprios foram lançados é um evento que redime sua dignidade humana”. Isto explicaria o advento cada vez maior de casos de xenofobia, racismo, nacionalismo e do sucesso eleitoral de partidos e líderes que compactuam com tais atos (BAUMAN, 2017, p.18), após uma forte crise econômica sentida em diversos setores do país, como o que ocorre atualmente na relação entre parte dos brasileiros, venezuelanos e haitianos.

À situação de estigma é somada a vulnerabilidade já vivenciada por estas pessoas por estarem na condição de refugiados. Prejudicando ainda mais a conjuntura em que vivem estas pessoas.

### 3.2. A SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE DE MIGRANTES E REFUGIADOS

Naturalmente, os refugiados estão mais expostos a situações de vulnerabilidade social, não somente no país de origem, mas também após sua chegada e estabelecimento em um país de destino. No caso migrante, em sentido amplo, existem abordagens que retratam uma segregação espacial e residencial

como em Ron Johnston (2018), além de dificuldades enfrentadas por estes ao se integrar no território (BOSWELL, 2004; MÁRMORA, 2003). Os grupos migrantes quando chegam nos países de destino comumente são marcados pela precariedade em trabalhos informais, limitações de renda, entre outras incertezas e riscos (SCHIERP, ALUND, LIKICBRBORIC, 2014).

Os estudos que envolvem o conceito de vulnerabilidade social demonstram que este é multifacetado em decorrência das inúmeras situações que podem atingir as populações, famílias e indivíduos. Segundo Nery (2009), a vulnerabilidade engloba diversas dimensões, entre elas estão as sociodemográficas, ambientais, afetivas, entre outras.

Os grupos considerados socialmente vulneráveis são aqueles que enfrentam, graças a algum fenômeno ou contexto, circunstâncias que dificultam a inserção social, o desenvolvimento pessoal, ou alguma característica, como a condição étnica e identitária, por exemplo, que as exponha a riscos ou empecilhos para a adoção de estratégias de desenvolvimento.

Para Katzman e Filgueira (1999), a vulnerabilidade abrange três categorias. Na parte mais inferior da estrutura social, estão os marginalizados, que não possuem força para alcançar investimentos que possibilitem a melhora no nível de vida. Na segunda categoria encontram-se os vulneráveis por consequência da pobreza, abrangendo pessoas que, mesmo obtendo baixa renda, mantêm a confiança e iniciativa de participação social, almejando a melhora de seu nível de bem-estar por meio da qualificação. A terceira categoria é referente aos vulneráveis à exclusão posta pela modernidade.

A análise da realidade de migrantes e refugiados em países da América Latina demonstra diversos fatores que indicam vulnerabilidades, não apenas no local de partida, o que constituiu a razão do processo migratório, mas também se manifesta nos países de destino destas pessoas. As desigualdades de gênero, a segregação espacial, os preconceitos raciais e étnicos e a baixa renda auferida estão entre os fatores principais relacionados à vulnerabilidade dos grupos de mobilidade populacional (SANTOS, ROSSINI, 2018).

Os refugiados são considerados mais vulneráveis por terem maiores chances de serem atingidos em suas dimensões constitutivas durante o próprio ato de mobilidade, ou durante sua condição de ser refugiado em um lugar e uma realidade em que este ainda não é familiarizado e onde ainda possui escassas relações

personais, sociais e trabalhistas, sem falar na barreira linguística, muitas vezes. Este cenário resulta em limitações relacionadas às possibilidades de reagir, obter autonomia, e articular estratégias de inserção e sobrevivência no novo país.

Entretanto, a interpretação do que é a vulnerabilidade social pode ser mal compreendida ou até perigosa, pois há o risco de se transmitir o pensamento de que o refugiado seja uma pessoa mais fraca ou mais frágil que os demais, sendo que a realidade demonstra o oposto, já que estes são justamente os indivíduos mais audazes ao sair de seu território e tentar sobreviver em um novo espaço que é desconhecido (LUSSI; MARINUCI, 2018).

Neste sentido, quando se percebe a prática social em conjunto aos refugiados como assistencialista, pode-se resultar em uma visão de vulnerabilidade intrínseca a fragilidade e um tratamento de “vitimismo” a estas pessoas, em vez de impulsionar uma visão de confiança em suas capacidades e possibilidades.

É importante pontuar, assim, que a vulnerabilidade não é referente aos refugiados enquanto indivíduos, mas à situação na qual estes vivenciam durante o movimento migratório. Assim, em vez de afirmar que há uma vulnerabilidade, é melhor que se compreenda que os refugiados vivem em situação de vulnerabilidade, evidenciando, desta forma, que a vulnerabilidade não é inerente a eles, mas ao momento em que se encontram (LUSSI; MARINUCI, 2018).

Além disso, dentro de todo o contexto migratório, as pessoas em situação de refúgio se encontram sempre em pior situação. Ao serem obrigados a fugir de seus lugares de origem, os refugiados muitas vezes passam por situações sofrimentos e estresse, já que as condições que os fizeram se deslocar são traumáticas, sejam elas as guerras, os desastres ambientais ou a fome. Diante da situação em que se encontram, muitas vezes só levam consigo os pertences que podem carregar, saindo, assim, sem nada que possa garantir sua sobrevivência ou resistência ao frio e a fome.

Os subprodutos inevitáveis da mobilidade nestes casos são as perturbações emocionais, o mal-estar psicossocial, o estresse pessoal, traumas e conflitos familiares. A mudança de localização geográfica para um território desconhecido e diferente implica sobretudo no abandono e desprendimento de vários segmentos da rede pessoal de amigos e familiares, com a ruptura de relações que são frequentemente centrais, como filhos, pais e irmãos (SLUZKI, 1997).

As circunstâncias vivenciadas por estas pessoas e que as obrigaram

a viver em um território desconhecido, também afetam a sociabilização, incluindo as estratégias de sobrevivência de antes.

Para se manter como ser social, os sujeitos que vivenciam um desastre necessitam se reinventar daquilo que restou para sobreviver, ressignificando seu entendimento de alimentação, moradia, trabalho e ter garantida uma expectativa de resposta positiva do outro, frente as suas demandas por sobrevivência e recuperação. Em virtude da desagregação instaurada, o desastre incita – além das perdas materiais – um empobrecimento ou restrição das possibilidades de sociabilização, pois há uma quebra dos sentidos e das estratégias de relações consolidadas em um ambiente em que o sujeito elaborou seu *habitus* (CORREIA, 2014, p.83-84).

Dentre estes, estão as crianças, que são mais da metade do contingente de refugiados do planeta (ACNUR, 2018). As crianças já são mais vulneráveis se considerarmos somente a sua condição de ser humano em processo de desenvolvimento físico, mental e psicológico. Deste modo, é importante reconhecer a criança refugiada como em dupla situação de vulnerabilidade.

Uma criança ainda não possui capacidade de falar por si mesma ou decidir os rumos de sua vida, e em situação de refúgio, não consegue se defender de todo processo difícil e muitas vezes degradante, o qual frequentemente viola os direitos fundamentais e a liberdade, além da infância e do direito de ser criança.

Justamente por suas capacidades de escolha serem menores, e devido à falta de recursos para se auto gerir, o que é inerente ao seu ser, as crianças refugiadas são expostas a muitas situações de risco e outras ainda piores, como a violência física, sexual, o tráfico de drogas, de pessoas, o trabalho infantil e outras gravíssimas infrações aos seus direitos fundamentais, sua condição de ser humano em desenvolvimento, que necessita de atenção e de proteção (CHELOTTI; RICHTER, 2016).

Neste sentido, as meninas, adolescentes e mulheres se encontram na maior posição de vulnerabilidade. Para a geógrafa Susan Cutter (2006), que analisa espacialmente a ocorrência de desastres e vulnerabilidades, este grupo possui maior vulnerabilidade social e biofísica e são mais suscetíveis aos distúrbios ambientais locais, regionais e globais, por mais que os riscos e desastres sejam distribuídos uniformemente por toda a sociedade. A autora pontua que as mulheres em situações precárias e vulneráveis sofrem com a falta de acesso aos serviços de saúde e com a desnutrição, o que gera a continuação de altas taxas de mortalidade infantil e muitas vezes as impede de ter filhos saudáveis.

A autora também discorre a respeito do problema da dependência de estudos de percepção de risco baseados exclusivamente em uma população masculina ou mista, o que leva a um potencial fracasso da comunicação dos riscos, onde os interesses das mulheres, que podem estar desproporcionalmente mais envolvidas em uma série destas questões, são amplamente ignorados. De acordo com seu estudo, descobriu-se que as mulheres são mais propensas que os homens a ponderar os riscos como mais catastróficos em potencial, mais temidos e mais fatais (CUTTER, 2006).

Padrões históricos de discriminação de gênero também se manifestam na diferença entre os índices de mortalidade infantil masculina e feminina, em que esta é a mais alta. Incluindo os casos de aborto infantil, os vieses de gênero são ainda mais pronunciados (CUTTER, 2006). Além disso, uma criança nascida em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento tem sete vezes mais chances de morrer em seu primeiro ano de vida que uma criança nascida em países “do norte global”. E mesmo dentro dos países do “sul”, existem certas desigualdades.

Entre os países com as maiores diferenças de gênero nas taxas de mortalidade infantil entre os 2 e 5 anos de idade, estão alguns que fazem parte das rotas de mobilidade populacional de refugiados ou possuem alto contingente de deslocados internos: o Paquistão, Haiti, Bangladesh, Síria e Colômbia (Tabela 1).

Tabela 1 – Maiores disparidades na mortalidade infantil por ano a cada 1000 habitantes entre 2 e 5 anos

| Países     | Meninas | Meninos |
|------------|---------|---------|
| Paquistão  | 54,4    | 36,9    |
| Haiti      | 61,2    | 47,8    |
| Bangladesh | 68,6    | 57,7    |
| Tailândia  | 26,8    | 17,3    |
| Síria      | 15,6    | 9,3     |
| Colômbia   | 24,8    | 20,5    |

Fonte: CUTTER, 2006.

Tais padrões são piores quando se considera os abortos, pois há uma preferência, sobretudo em países da Ásia, em ter filhos do sexo masculino, tendência que está se espalhando também pelo Leste Europeu. Com isto há um déficit da

população feminina em relação à masculina em muitos países da região.

A situação de vulnerabilidade feminina também é perpetuada devido a atitudes e costumes culturais e religiosos, fazendo com que a igualdade de direitos ainda não seja uma realidade. Leis discriminatórias contra as mulheres persistem em muitas partes do mundo, em que as mulheres são impossibilitadas de possuir terras ou recursos, obter seu próprio crédito e são muitas vezes legalmente impotentes para impedir a violência doméstica contra si próprias ou contra seus filhos. Em outros lugares, há poucas chances para as mulheres alcançarem a autossuficiência econômica (CUTTER, 2006).

Em vez disso, as mulheres são mais visíveis no setor de trabalho informal, onde a compensação é obtida através de troca de bens e serviços não em moeda forte. A segregação no local de trabalho ainda persiste quando as mulheres enfrentam diversos problemas ao buscar posições que são vistas comumente como "empregos masculinos". A participação do trabalho feminino no setor econômico formal é mais alta nas áreas urbanas da América Latina, Caribe e no mundo desenvolvido, no setor agrícola é maior na África e na Ásia, sendo que raramente elas recebem remuneração (CUTTER, 2006).

Como resultado dessas barreiras econômicas, há uma tendência global crescente em direção à feminização da pobreza e de sua situação de vulnerabilidade.

Com a liberdade reprodutiva somada ao acesso aos serviços de saúde, as altas taxas de fertilidade poderiam cair, reduzindo as demandas de recursos. Porém, esses direitos básicos não estão disponíveis para muitas mulheres devido a normas culturais ou tabus, ou limitações econômicas (CUTTER, 2006).

Assim, as mulheres vivenciam diversos empecilhos que as impedem de alcançar a equidade social, o que é agravado no caso das mulheres migrantes e refugiadas, que passam por diversas dificuldades na tentativa de sair da condição de vulnerabilidade.

### 3.3. AS MULHERES MIGRANTES E REFUGIADAS NO BRASIL

As mobilidades populacionais vêm sempre acompanhadas do processo de des-re-territorialização, em que o migrante se vê em uma reconstrução de seus territórios e de suas relações com o seu lugar de vivências. Neste caso, os

refugiados são considerados como migrantes forçados a se mudar e se estabelecer muitas vezes de forma precária em outros espaços.

Neste sentido, para Silva (2009) Baeninger e Peres (2017), durante toda a construção do conhecimento confundiu-se a história dos homens como aquela do total da humanidade, sendo que homens e mulheres constroem o espaço de maneiras diferentes, sendo imprescindível uma abordagem que considere tais diferenças.

Para Monk e Hanson (2016), temas de pesquisa que abordam diretamente a vida das mulheres faz mais do que enriquecer uma parte da ciência geográfica que ainda é muito escassa neste tipo de análise, mas proporcionam também um entendimento importante a respeito da diversidade de experiências e necessidades das mulheres.

No contexto das mobilidades populacionais, Santos e Rossini (2018) chamam atenção para a abordagem excludente das experiências migratórias presente na literatura, em que se desconsideram as características de gênero, raça/cor, classe social, orientação sexual, dentre outros elementos identitários das pessoas que se deslocam. As autoras afirmam que são tomados como norma e referência os homens, brancos, heterossexuais, geralmente mais privilegiados economicamente, e tornando invisíveis os demais sujeitos sociais que compõem a complexidade do fenômeno e os problemas que os cercam.

Assim, as principais diferenças são visualizadas – no caso dos imigrantes que já estão em seu processo de (re)territorialização –, principalmente nos espaços de trabalho e no uso do tempo. Estes seguem uma mesma tendência de acordo com a raça e nacionalidade dos imigrantes.

É importante pontuar que no processo migratório e de refúgio tem ocorrido um aumento da presença feminina, o que pode ser considerado como a “feminização das migrações” – conceito usado por teóricos da migração para descrever as transformações nas quais as mulheres estão envolvidas e que refletem no contexto migratório contemporâneo (PERES, 2012).

Tal fenômeno não está desprendido dos problemas que recaem sobre as mulheres atualmente e que estão relacionados à inserção no mercado, ao acesso à educação, saúde e redes de informação, além falta de autonomia e a vulnerabilidade aos diversos tipos de violência e à pobreza (RAMOS, 2014).

Segundo dados da ONU Mulheres entre os anos de 2015 e 2016, há mais desemprego feminino que masculino e, mesmo trabalhando, as mulheres recebem salários inferiores realizando a mesma tarefa. Somente metade das mulheres participa da força de trabalho em comparação a três quartos dos homens. Em média, as mulheres recebem 24% a menos que os homens, índice que aumenta quando se considera as mulheres com filhos. Ao mesmo tempo, as mulheres trabalham em média 2,5 vezes mais em tarefas domésticas e em trabalhos remunerados em comparação aos homens. Entre os trabalhadores domésticos ao redor do mundo, 83% são mulheres e quase metade não tem direito ao salário mínimo, além disso, 75% das mulheres trabalham na informalidade, em setores que não são atingidos pelas leis do trabalho e proteção social. Entretanto, os índices positivos têm crescido, como a representação das mulheres nos conselhos executivos das seis instituições mais influentes, que variou de 4 a 20% em 2014 (UN WOMEN, 2015).

O relatório também pontua que a igualdade perante a lei é imprescindível para a busca de uma equidade de gênero, mas não é a única garantia desta igualdade na prática. Os direitos das mulheres não podem estar separados das condições políticas, econômicas e sociais que moldam os meios de subsistência e as relações sociais (UN WOMEN, 2015).

Neste contexto, muitas mulheres, especialmente haitianas que migram sozinhas, veem no trabalho doméstico a fonte (e muitas vezes a única alternativa) para o sustento no novo país em que se estabelecem (MEJIA; CAZAROTTO, 2017). O problema é que esta é a função que possui as menores remunerações entre os refugiados empregados no Brasil (CAVALCANTI et al., 2017).

De acordo com Hirata e Kergoat (2007), na Europa estas oportunidades de trabalho doméstico remunerado já eram recorrentes para as mulheres imigrantes. Processo que agora ocorre no Brasil graças a maior inserção das mulheres brasileiras no mercado de trabalho, as quais buscam terceirizar o trabalho doméstico que é delegado a elas.

A divisão sexual do trabalho que delega às mulheres a responsabilidade por tarefas relacionadas ao cuidado e limpeza dos espaços domésticos e de trabalho é histórica, assim como a assistência de crianças e idosos. Desta forma, por serem consideradas como obrigações femininas, quase a totalidade dos trabalhadores empregados em áreas domésticas são mulheres (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2000), o que também é perceptível entre os refugiados, pois enquanto

os homens se concentram em áreas relacionadas à construção civil, as mulheres estão presentes principalmente em trabalhos que envolvem o trabalho doméstico (CAVALCANTI; et al., 2017).

Ao mesmo tempo, índices da Organização Internacional do Trabalho demonstram que o trabalho doméstico é a principal fonte de vagas de emprego para as mulheres da América Latina, sendo exercido por mais de 15% das mulheres empregadas (MEJIA; CAZAROTTO, 2017).

Saskia Sassen (2000) escreveu sobre a importância da migração feminina destacando como as mulheres, através de seus trabalhos em segmentos do mercado global - sobretudo como trabalhadoras domésticas - apoiaram suas famílias e comunidades nos países de origem, através do envio de remessas de dinheiro, ou nos países de acolhimento, sendo a cola social que mantém suas comunidades étnicas unidas.

A invisibilidade e o pouco reconhecimento do trabalho doméstico remunerado delimitam o pleno exercício das mulheres em seus direitos, além de serem alvos de preconceitos por exercerem uma profissão de baixo prestígio e remuneração.

Neste contexto, a maioria das pessoas que exercem o trabalho doméstico na América Latina estão na informalidade, resultando em empregos sem um contrato escrito, delimitação de horários, folga durante a semana, recebimento por horas extras, etc. A jornada semanal destes empregados pode estender-se para além das 45 horas quando estas não possuem o cargo de diaristas ou faxineiras, demonstrando a precariedade do ofício. (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2000).

A informalidade acaba sendo uma opção para as mulheres refugiadas pela escassez de ofertas de trabalho específico para elas, pela situação de estigma sofrida pela população refugiada, como já comentado, e pelas dificuldades enfrentadas pelas mulheres que possuem filhos, devido à falta de vagas em creches e escolas integrais (BRANDÃO; TAVARES, 2018).

A relação entre este tipo de contratação informal e a situação migratória das mulheres não está relacionado a problemas de documentação, já que a maior parte das trabalhadoras possui o visto (BRANDÃO; TAVARES, 2018). Deste modo, pode-se afirmar que, por já viverem em uma condição de maior vulnerabilidade e especialmente por estarem em um processo de des-re-territorialização, estas mulheres são prejudicadas nos espaços de trabalho, onde não são formalizadas.

Assim, ao atravessarem as fronteiras, e conseqüentemente se tornarem mais vulneráveis por não estarem em seu próprio território, as mulheres refugiadas podem ser confrontadas com fragilidades que agravam sua condição no destino que passarão a viver.

A exclusão do trabalho formal também condena especialmente aquelas que têm baixa escolaridade (RAMOS, 2014), pois as disparidades nos níveis de ensino formam hierarquias de poder refletidas no mundo social e do trabalho. Este problema leva a diversas conseqüências negativas nas condições de vida das mesmas além daquelas já vivenciadas por serem imigrantes, quando são vítimas de discriminação e xenofobia.

Já a situação das mulheres refugiadas empregadas no mercado de trabalho formal no Brasil, está centrada em um panorama mundial no qual as mulheres geralmente têm dificuldade em se inserir no mercado de trabalho, tendo, inclusive, maiores chances de serem desempregadas do que os homens (MEJIA; CAZAROTTO, 2017).

As principais dificuldades para que estas adentrem no trabalho formal, e permaneçam empregadas, envolvem a discriminação pela condição de serem mulheres (NUSSBAUM, 2010), e caso sejam mães, por serem responsáveis pelas tarefas de cuidado que culturalmente lhe são impostas, as quais são pouco compartilhadas com os homens da família, o que ocupa muito tempo no dia a dia.

Além disso, mesmo que no setor operacional das empresas homens e mulheres tenham as mesmas ocupações, a preferência é dada a contratação de homens devido a inserção das mulheres significar o risco de ter que lidar com a licença-maternidade. Nesses casos, após um ano do início da licença, 48% das mulheres foram desligadas de seus empregos e encontram-se fora do mercado de trabalho (MACHADO; NETO, 2018). Tal relação entre as esferas doméstica e pública, e suas conseqüências, é discutida por Flávia Biroli (2014) ao afirmar que tal fenômeno dificulta a aproximação e participação das mulheres nas tomadas de decisão e na adoção de políticas públicas, o que resulta em um círculo vicioso.

Quando a organização das relações na vida privada constitui barreira à participação paritária das mulheres e homens na vida pública, fica reduzida a possibilidade que as questões que se definem como relevantes a partir da experiência das mulheres na vida doméstica, como o cuidado com as crianças e os idosos e a violência e a dominação de gênero na família ganhem visibilidade na agenda pública e nos debates políticos (BIROLI, 2014, p. 34).

Para dificultar a permanência em empregos formais, pode-se afirmar que na experiência migratória há uma acentuação das atribuições tradicionais de gênero entre os homens e as mulheres, em que cabe à mulher o papel de “cuidadora” da família. Apesar de um aumento da participação masculina nas responsabilidades entre o casal, principalmente no que se refere aos filhos, o mesmo não acontece na esfera doméstica (PIPPER, 2005).

A desigualdade presente na divisão sexual do trabalho está presente na vida cotidiana dos imigrantes e não migrantes, e pode ser apontada como um dos principais fatores que impedem uma maior participação das mulheres na vida fora da esfera doméstica, limitando o tempo que poderia ser investido na sua profissão (BANCO MUNDIAL, 2011).

Isto vai de encontro com a tendência brasileira de uso do tempo, pois quando considerada a dupla jornada de trabalho (remunerado e não remunerado), as mulheres trabalham mais que os homens, despendendo mais horas de trabalho não remunerado que eles (MEDEIROS; PINHEIRO, 2018).

Neste sentido, é possível considerar que as mulheres sofrem com uma dupla exploração. Além da exploração da mais-valia nos espaços de trabalho há a exploração da reprodução da força de trabalho: o trabalho de cuidado e criação dos filhos, não remunerado e empenhado por elas, que resultará na reposição de mão de obra entregue ao mundo.

A execução de tarefas no âmbito familiar é vista pelos homens como trabalho feminino apropriado, não-remunerado, obrigação “natural” feminina, “ato de amor” para com o esposo e os filhos, sendo pouco valorizado na sociedade de mercado (SILVA, 2009, p. 34)

A proposição da autora coloca que os papéis femininos de gênero surgem da ideia de que as mães e esposas devem cuidar de seus respectivos lares, filhos e família como uma obrigação que é sua por natureza. Estes papéis são culturais mas também são econômicos, pois se empenhar neste ofício significa criar a mão de obra de reposição para o mundo do trabalho futuramente e não receber nada em troca. Assim, por trás de toda base produtiva, há também um trabalho (essencialmente) feminino não pago.

Ou seja, a intersecção de reprodução e trabalho no capitalismo beneficia a exploração de mão de obra das mulheres não apenas pela força de trabalho nos espaços formais de produção, mas ao mesmo tempo nos setores

informais com o cuidado e criação dos filhos, porque as atividades desempenhadas pelas mulheres no âmbito familiar garantem a manutenção dos futuros trabalhadores no trabalho assalariado, a força de trabalho disponível para o capital (NOGUEIRA, 2010).

A respeito dos espaços públicos e privados neste sentido, Biroli (2014) pontua ainda a necessidade de abandonar tal dicotomia:

[...] é impossível descolar a esfera política da vida social, a vida pública da vida privada, quando se tem como objetivo a construção de uma sociedade democrática. Faz sentido, assim, abandonar a visão de que a esfera privada e a esfera pública correspondem a “tempos distintos” na vida dos indivíduos, passando a discuti-las como um complexo diferenciado de relações, de práticas e de direitos permanentemente imbricados, uma vez que os efeitos dos arranjos, das relações de poder e dos direitos garantidos em uma das esferas serão sentidos na outra (BIROLI, 2014, p. 33).

Tais desigualdades existem dentro do processo migratório das pessoas que aqui chegam, como já exposto, inclusive relacionadas às perspectivas que os migrantes possuem. Entre os haitianos, a principal nacionalidade empregada no país, os homens objetivam obter a independência financeira por meio do acesso a um emprego em que sejam reconhecidas as habilidades e conhecimentos adquiridos no país em que viviam (MEJIA; CAZAROTTO, 2017).

Também procuram possuir autonomia nas decisões a respeito do seu futuro e o de suas famílias e ampliar sua formação educacional, dando continuidade aos estudos de acordo com o grau de escolaridade que já possuem, o qual não é o mesmo entre toda a população imigrante. Alguns possuem formação universitária, já outros têm formação escolar completa ou somente o ensino fundamental (MEJIA; CAZAROTTO, 2017).

Entre os homens casados, é quase unanimidade o processo de se instalar, adquirir estabilidade financeira, e trazer a esposa e os filhos. Neste caso, a migração feminina objetiva a reunião da família.

Já para as mulheres, o movimento é feito por outros interesses. Para elas, é uma alternativa para tentar sair da pobreza e desviar dos obstáculos ao tentar obter um emprego em seu país de origem. Migrar pode trazer novas possibilidades de recursos a elas e a seus familiares, sobretudo aos filhos, que podem viver com mais conforto e qualidade de vida (MEJIA; CAZAROTTO, 2017).

Porém, a mobilidade não as deixam livres das repressões familiares, algo que é perceptível entre os casais. Incluindo as refugiadas sírias (que são maioria

entre os refugiados reconhecidos), além das haitianas, estas mulheres dependem da aprovação dos homens que convivem para quase todas as ações que desejam fazer, seja sair, estudar, conseguir um emprego, etc. A voz das mulheres possui menor impacto que a dos homens em deliberações sobre suas vidas (SOARES, 2005).

As questões raciais também se configuram como mais um problema para as mulheres refugiadas no Brasil, principalmente as haitianas e africanas (vindas da República Democrática do Congo e Angola, principalmente).

Bell Hooks descreveu sobre como a identidade de raça e classe gera as diferenças nos status sociais e qualidade de vida entre mulheres negras pobres, e as brancas de classe média e alta, nos EUA, as quais são dificilmente transcendidas (HOOKS, 2015), algo que existe também no Brasil.

De acordo com Sueli Carneiro (2003), o racismo historicamente promove a visão de inferioridade dos segmentos negros perante a sociedade em geral, e das mulheres negras em particular, operando como um fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que são instituídos para as mulheres brancas.

A estas variáveis devem ser acrescentadas as já comentadas segmentações das ocupações, que envolvem também questões identitárias relacionadas a nacionalidade, local de origem, idade, o domínio do idioma, escolaridade, dentre outras. Desta maneira, percebe-se que, além de sofrerem com as diversas desigualdades de gênero relacionadas ao mercado de trabalho, uso do tempo e outras questões, as mulheres negras refugiadas ainda têm que enfrentar no Brasil a discriminação por sua cor de pele e a xenofobia por seu local de origem. Diferentemente das mulheres árabes, por exemplo.

Este problema pode resultar em casos de violência, dificultar a conquista de um emprego e prejudicar o processo de reterritorialização destas mulheres em um novo território. Deste modo, percebe-se que a busca por proteção, sobrevivência e estabilidade financeira é o objetivo principal de quem busca refúgio em outro país, sendo mais difícil para as mulheres obterem sucesso graças às desigualdades de gênero historicamente construídas, que as prejudicam em relação à remuneração, à possibilidade de conquista de um trabalho formal, e a disponibilidade de tempo para se dedicar em seus planos individuais, já que é ela a principal (muitas vezes única) responsável pelo cuidado da casa e da família.

Neste contexto, ser mulher converge com problemas associados à xenofobia, racismo, desinformação e preconceitos em geral contra os refugiados,

especialmente os negros e pobres. Assim, percebe-se que os problemas e preconceitos contra as mulheres já existentes no país são acentuados contra os imigrantes e refugiados, os quais necessitam de proteção, auxílio e solidariedade nos novos territórios adentram.

Os estereótipos e os papéis impostos às mulheres pesam sobre a condição de migrante, já que foram consideradas como agentes passivos nos processos migratórios, tidas como dependentes, com evidência sempre ao papel desempenhado como esposa e mãe (MORALES, 2007). O que contribui para o distanciamento entre homens e mulheres nas áreas educacionais, políticas e econômicas, a divisão sexual do trabalho e o acesso a serviços públicos (BIROLI, 2014).

Muitos aspectos da experiência migratória pela condição de gênero, seja para os homens ou para as mulheres, influenciando nas motivações para as migrações, a decisão de migrar e quem migra, as redes utilizadas para realizar a mobilidade, as vivências de inserção e integração para o trabalho nos países de destino e as relações deixadas no país de origem.

Um ponto a ser evidenciado a respeito das vivências das mulheres refugiadas são as altas taxas da fecundidade durante os primeiros anos de asilo ou refúgio. Durante a década de 1980 pesquisas apontaram altos índices deste tipo entre famílias de refugiadas Indochinesas, vindas de Laos, Vietnã e Camboja, que se estabeleceram em cidades da Califórnia, nos Estados Unidos, durante este mesmo período (WEEKS; RUMBAUT, 1986) (WEEKS et al, 1989) ou entre as mulheres cambojanas que se refugiaram na Tailândia, principalmente aquelas vindas de áreas rurais e com pouca ou nenhuma escolaridade (MCGINN; 2001) (HOLCK; CATES, 1982). O mesmo ocorre entre refugiadas da Ruanda, em que a alta fecundidade é recorrente de altas taxas de mortalidade infantil, sobretudo das meninas (VERWIMP; BAVEL, 2005). Nos últimos tempos também foram observadas altas taxas de natalidade entre as mulheres sírias refugiadas no Líbano, sendo maiores em comparação aos os índices deste país de destino e aos índices da Síria antes da guerra civil que se instaurou no país (SELEME, 2016).

Nestes casos apresentados, as altas taxas de fecundidade se concentram sobretudo entre as populações rurais, mais pobres, e entre aquelas menos escolarizadas (WEEKS et al, 1989) (VERWIMP; BAVEL, 2005) (SELEME,

2016), podendo ter a idade também como um elemento determinante (MCGINN, 2001).

Já entre as refugiadas moçambicanas que vivem na África do Sul, percebeu-se uma diminuição da fecundidade ao considerar um período de tempo maior, entre os anos de 1993 e 2009. Durante este tempo, os índices das moçambicanas decaíram e praticamente se igualaram ao das mulheres nascidas na África do Sul, além de ser o principal fator para a queda do índice na região do país em que se estabeleceram. A fecundidade total das mulheres sul-africanas diminuiu principalmente no início dos anos 90 e oscilou em torno de 2,5 de 1995 até 2013. O declínio da fecundidade também foi mínimo para as mulheres moçambicanas desde o ano de 2002 (WILLIAMS et al, 2013).

Neste caso, houve a adaptação das famílias refugiadas moçambicanas aos padrões de fertilidade da comunidade anfitriã. A exposição a normas culturais e custos locais da gravidez levaram-nas a transformar seus padrões de natalidade e a se igualar com aqueles dos nativos do destino (WILLIAMS et al, 2013).

O acesso à contracepção por meio do sistema de saúde sul-africano foi um elemento importante na diminuição de fecundidade neste caso dos moçambicanos, assim como a melhoria das condições socioeconômicas, atribuíveis sobretudo ao acesso à educação e a subsídios sociais do governo local (WILLIAMS et al, 2013).

Para Weeks (et al, 1989) esta era uma hipótese nas pesquisas a respeito dos refugiados indochineses na Califórnia, em que a residência continuada nos Estados Unidos poderia levar ao desejo de limitar o tamanho da família devido à influência e adaptação cultural, e à melhora nas condições financeiras. Neste caso, os autores afirmam que estas populações haviam saído de áreas com alta fecundidade e ainda não haviam adaptado seu comportamento reprodutivo àquele existente no país de destino. Esta possibilidade era reforçada por uma preferência generalizada pelo gênero masculino (o que podia resultar em inúmeras gestações até que houvesse o nascimento de um menino) e exacerbada pelo fato de que, embora a maioria das mulheres conhecesse os métodos de controle de natalidade, o acesso ainda era limitado por barreiras culturais e financeiras, e pela baixa motivação em buscar um planejamento familiar.

Com relação aos moçambicanos na África do Sul, a partir da redução da desvantagem econômica dos refugiados e a integração em programas e serviços locais, houve o estímulo a adaptação e a amenização de outros fatores que poderiam aumentar a fecundidade dos mesmos, como a pobreza, a falta de acesso à educação e à serviços de saúde reprodutiva. A integração entre os refugiados e o país de destino também encorajou a adaptação e beneficiou as comunidades, diminuindo estes índices (WILLIAMS et al, 2013).

Assim, tais pesquisas demonstram que as altas taxas de fecundidade nos primeiros anos de refúgio são comuns, mas que tal fenômeno tende a diminuir após a integração destas pessoas com as comunidades receptoras, incluindo também o conhecimento a respeito dos serviços públicos ofertados, incluindo o acesso à saúde, aos métodos contraceptivos e à educação.

#### 3.4 O QUE DEVE E O QUE TEM SIDO FEITO: POLÍTICAS E AÇÕES VOLTADAS ÀS POPULAÇÕES REFUGIADAS

A importância de considerar as desigualdades entre homens e mulheres nas mobilidades, abrange a criação de políticas, programas eficazes e adaptados às suas realidades, também induz ao aproveitamento e avanço na efetivação do terceiro objetivo do milênio proposto pela ONU, referente à promoção da igualdade de gênero e empoderamento feminino.

Estabelecer a igualdade de direitos entre mulheres e homens é uma importante base para alcançar a equidade na prática. Os instrumentos legais podem servir como um ponto de referência para diversas iniciativas políticas e culturais, impulsionando transformações nas regras socialmente aceitas e nas atitudes sociais, assim como nas políticas adotadas. Entretanto, para tornar os direitos das mulheres uma realidade é imprescindível buscar além da reforma jurídica, pois, em países onde foram adotadas leis de equidade entre homens e mulheres, as desigualdades cristalizadas na sociedade, as normas sociais discriminatórias e os padrões de desenvolvimento econômico dominante, prejudicaram sua eficiência e impediram os efeitos positivos (UN WOMEN, 2015).

O reconhecimento de que o avanço e o progresso são compatíveis com a noção de equidade entre os gêneros é crescente, entretanto, nem todo processo de desenvolvimento impulsiona esta equidade. Para alcançá-la, é

necessária a atuação em três esferas que se relacionam entre si, sendo: a erradicação das desvantagens socioeconômicas das mulheres, a luta contra os estereótipos e estigmas voltados a ambos os gêneros, e fortalecer o poder de ação e de participação das mulheres. Deste modo, juntamente à reforma jurídica, é importante avançar em políticas sociais com esta perspectiva nos âmbitos social e de trabalho, pensando políticas baseadas nos direitos humanos (ALVES, 2016).

A eficácia dos Estados de gerar a equidade entre as mulheres varia de acordo com seu nível de desenvolvimento. Os tratados de direitos humanos pontuam que estes devem exercer certas obrigações de forma imediata, como a não discriminação e a garantia mínima de direitos, assegurando-os de forma progressiva com o tempo e cuidando para que não se deteriorem. Neste contexto, os países possuem autonomia para definir seus caminhos e adotar medidas compatíveis a suas conjunturas particulares, permitindo alcançar a real equidade para as mulheres (UN WOMEN, 2015).

Alcançar a equidade a partir de ações do Estado se dá através do estabelecimento de um conjunto de prioridades para intervenção pública, como a diminuição da segregação ocupacional, o fim das diferenças salariais entre homens e mulheres, reconhecimento e redistribuição do trabalho doméstico e daqueles não remunerados, adicionar a perspectiva de gênero nos serviços e políticas, destinação de recursos à equidade substantiva, apoio às organizações de mulheres que exigem seus direitos e influenciar a agenda pública neste sentido, utilizar as normas dos direitos humanos para planejar as políticas e buscar as transformações, e por fim, buscar evidências empíricas que permitam avaliar os avanços nas esferas dos direitos econômicos e sociais das mulheres (UN WOMEN, 2015).

Em 2018, a ONU instituiu o Pacto Global para as Migrações, em que, pela primeira vez, mais de 160 Estados-membros estabeleceram um acordo sobre o aprimoramento no gerenciamento das migrações internacionais, fortalecendo os direitos dos migrantes. O Pacto objetiva expressar o compromisso dos países em melhorar a cooperação nas mobilidades internacionais ao considerar que a migração faz parte da experiência humana, pode ser uma fonte de prosperidade, inovação e desenvolvimento no mundo globalizado e está enraizado na Carta das Nações Unidas e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, buscando a colaboração internacional (ONU BRASIL, 2018).

O texto é composto por princípios e recomendações, propõe que não sejam realizadas deportações coletivas ou discriminação durante a análise dos vistos, e defende que os países concedam saúde, educação e informação. Também afirma que nenhum Estado pode abordar a migração sozinho, mas reconhece sua soberania ao mesmo tempo que suas obrigações sob a lei internacional, trabalhando ao nível nacional, regional e global e buscando o crescimento dos benefícios da migração e reduzindo seus aspectos negativos (ONU BRASIL, 2018).

Nesta conjuntura, o Brasil votou a favor do pacto em 2018, mas saiu do rol de signatários em 2019, seguindo o sentido contrário da tradição brasileira de acolhimento humanitário.

Porém, nos últimos anos o país aprimorou a legislação a respeito das migrações internacionais. A sociedade civil organizada junto ao Ministério da Justiça elaborou uma alternativa ao Estatuto do Estrangeiro, e o Poder Legislativo acelerou a tramitação de um projeto de lei que resultou na aprovação da Lei 13.445/2017, a nova Lei das Migrações (BRASIL, 2017).

De acordo com o Ministério da Justiça (2017), a lei 13.445 percebe a migração como um fenômeno da humanidade, não apenas por motivações econômicas ou de deslocamento forçado, e tenta simplificar diversos processos administrativos para os imigrantes. A nova lei também cria o visto humanitário na tentativa de atender demandas como o de pessoas apátridas e de populações que buscam o Brasil devido a problemas de conflitos armados e violação dos direitos humanos, por exemplo.

Já a Lei de Refúgio (nº 9.474 de 1997) foi considerada importante para desenvolvimento no processo de proteção das populações refugiadas no Brasil. O marco normativo dispõe de uma definição ampla sobre o conceito de refugiado, além de agregar elementos que abrangem a integração destas pessoas no lugar em que se estabelecem, como o acesso ao mercado de trabalho, inclusive quando ainda há somente a solicitação de refúgio, e o reconhecimento da importância da sociedade brasileira no asseguramento dos direitos dos refugiados.

Expandindo a definição clássica sobre o que é o refúgio, a lei 9.474/97 apresenta avanços necessários nos marcos legais da proteção de refugiados (BRASIL, 1997). O pensamento difundido após a Segunda Guerra procura considerar os refugiados como aqueles que possuem um fundado temor de perseguição, a partir de uma das cláusulas de inclusão concebidas pela Convenção de 1951.

Inspirando-se na Declaração de Cartagena de 1984, a Lei nº 9.474/97 prevê a possibilidade de reconhecimento da condição de refugiado a pessoas fugindo de situações de grave e generalizada violação de direitos humanos, acompanhando as mudanças que se seguiram no pós-Segunda Guerra, mas ampliando a definição de refugiado para também abarcar pessoas que, mesmo não sofrendo perseguição individualizada, são merecedoras da proteção internacional (BRASIL, 1997).

Desde o ano de 1997, a lei nº 9.474 criou o órgão nacional para tratar da política de recepção dos refugiados, composto pela ACNUR, por representantes de ONGs e do governo federal, e propondo a extensão do termo refugiado, abrangendo as situações de grave e generalizada violação aos direitos humanos. A mesma lei alterou a identificação do imigrante na Carteira de Trabalho, eliminando o termo “refugiado” e utilizando a expressão “estrangeiro com base na lei 9.474, buscando não fomentar a discriminação e exploração destas pessoas ao procurarem por trabalho (MILES, CARLET, 2006).

Algumas ações foram realizadas pelo Brasil dando maior efetividade ao que propõe a legislação, garantindo proteção à dignidade dos migrantes e a seus direitos básicos. Desde 2005 o país destina certo orçamento para a acolhida dos refugiados e com relação à saúde, no Rio de Janeiro, por exemplo, há o Centro de Referência para a saúde dos Refugiados, resultante da junção entre os governos federal, municipal, estadual e a sociedade civil (ACNUR, 2014). Em São Paulo, núcleo de maior concentração desta população, até o fim de 2014 foram construídos um centro de acolhida sob responsabilidade municipal, uma casa de passagem e um centro de integração com gerenciamento estadual.

Com a intensificação da entrada de haitianos e venezuelanos no país, desde 2010 o país destina recursos aos estados do Acre e, mais recentemente, à Roraima, para a construção de abrigos temporários, unidades de apoio, manutenção, alimentação e transporte daqueles que almejam a mobilidade até outros estados do Brasil. Em 2018, houve a criação do Comitê Federal de Assistência Emergencial ligado ao antigo Ministério do Desenvolvimento Social (hoje, Secretaria ligada ao Ministério da Cidadania), composto por 13 pastas, para organizar o gerenciamento da entrada de imigrantes venezuelanos no Brasil, incluindo a recepção, identificação e ações voltadas à saúde a partir da atuação do Sistema Único de Assistência Social e com o apoio do ACNUR (BRASIL, 2018).

No Paraná, em 2014 foi instituído o Comitê Estadual para Refugiados e Migrantes (CERM), composto por representantes das secretarias estaduais e coordenado pela Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos e por outros colaboradores da sociedade civil, sendo a primeira instância de discussão no estado para articular e desenvolver políticas públicas a esta população.

Conforme o artigo 2º do Decreto Estadual nº 4.289/2012, referente ao Comitê, os objetivos do CERM são:

[...] orientar os agentes públicos sobre os direitos e deveres dos solicitantes de refúgio e refugiados, bem como promover ações e coordenar iniciativas de atenção, promoção e defesa dos refugiados no Paraná, junto aos demais órgãos do Estado que possam provê-los e assisti-los através de políticas públicas (PARANÁ, 2012).

Cabe ao CERM a incumbência de:

Elaborar, implementar e monitorar o Plano Estadual de Políticas de Atenção a Refugiados e Migrantes, visando facilitar o acesso por parte de estrangeiros às políticas públicas; Coordenar ações em colaboração com órgãos federais, estaduais, municipais e organismos internacionais e organizações não governamentais (PARANÁ, 2012).

As ações realizadas pelo Comitê compreenderam o apoio ao acolhimento emergencial humanitário, a organização de conferências, seminários e cursos, as articulações feitas sobre a Inserção Laboral da população imigrante e refugiada, e a elaboração do Plano Estadual de Políticas de Atenção a Refugiados e Migrantes, que se divide em seis eixos: Educação, Família e Desenvolvimento Social, Saúde, Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Segurança Pública e Trabalho, a serem trabalhados entre os anos de 2015 e 2018 (PARANÁ, 2014).

No âmbito da Educação, as ações e metas eram voltadas à inserção da temática migrante nos espaços de formação, o desenvolvimento de programas de ensino da língua portuguesa aos não falantes da língua, e de língua estrangeira aos profissionais que atendem os imigrantes e refugiados, e o acesso pleno destas pessoas em todos os níveis de ensino (PARANÁ, 2014).

Uma das ações desenvolvidas neste sentido se deu pela Secretaria Estadual de Educação (SEED), com a oferta de aulas gratuitas de Português para Falantes de Outras Línguas (Pfol), através do Centro de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEM), ministradas em escolas estaduais de diversas cidades do Paraná, como em Londrina, Cambé, Rolândia e Curitiba, por exemplo.

As demais ações visam buscar a adaptação dos serviços existentes à demanda criada pelos imigrantes e refugiados, como o de acolhida em abrigos, acesso a serviços e benefícios socioassistenciais, à saúde de acordo com suas especificidades, a ampliação do conhecimento sobre o tema, sensibilização dos profissionais que terão ou já tem contato com estas populações e o estabelecimento de convênios com órgãos da sociedade civil e do governo federal. No caso do eixo definido como Trabalho, há o objetivo de inclusão dos imigrantes e refugiados “nos mesmos direitos dos nacionais”, nos programas de qualificação profissional como o Pronatec e a capacitação de funcionários que atendem nas Agências do Trabalhador para oferecer um atendimento diferenciado (PARANÁ, 2014).

Percebe-se que o Plano paranaense não aborda as questões específicas das mulheres imigrantes e refugiadas, ou aquelas relacionadas à raça e etnia destas populações, ignorando as questões de maior vulnerabilidade feminina neste processo e os casos de preconceito e racismo na elaboração das metas e do planejamento do estado.

Para Miles e Carlet (2006), ações voltadas à integração dos imigrantes são de suma importância, pois os refugiados chegam ao Brasil com dificuldades de comunicação – por não falarem o português – além de traumas psicológicos como decorrência de guerras e violências diversas. São casos que demandam mais atenção na acolhida, sensibilidade no trato das condições emocionais destas pessoas e consideração pelos profissionais da saúde.

Porém, é perceptível que a recepção e acolhida dos imigrantes é de responsabilidade principal das igrejas, como a igreja católica, e dos próprios grupos organizados de migrantes que se encontram no país.

Grande parte da assistência voltada aos refugiados no Brasil é realizada pela sociedade civil, como é o caso do Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH) em Brasília, a Rede Solidária para Migrantes e Refugiados (RedeMIR) que atua em âmbito nacional, é vinculada a Confederação das Irmãs Scalabrinianas, composta por mais de 40 entidades que atuam em todo o país e que são ligadas à igreja católica, como a Confederação dos Bispos do Brasil (CNBB), à ACNUR, o CONARE e o Ministério da Justiça. Outras iniciativas individuais também existem e buscam ampliar os esforços para a integração de migrantes e refugiados no Brasil por meio de diversas ações, articulações com o Poder Público, contatos com empregadores e entidades para a inserção destas pessoas no mercado de trabalho,

aulas de português e a difusão de informações a respeito dos direitos e deveres dos imigrantes no Brasil (ACNUR, 2014).

Contudo, ainda há lacunas que precisam ser supridas, como a ampliação dos serviços de saúde – com a implantação de políticas moldadas à realidade local –, das vagas de trabalho, de cursos de português para não falantes da língua, entre outros. Em relação à educação, há a indispensabilidade da criação de formas que agilizem o processo de revalidação de diplomas e outros documentos comprobatórios de escolaridade, para que as pessoas possam continuar exercendo suas profissões regularmente no país (MILES; CARLET, 2006).

Além disso, são importantes medidas que garantam o acesso a estes imigrantes aos programas e benefícios do Sistema Único de Assistência Social e na Política Nacional de Assistência Social, e com o envolvimento do poder público, elaborar e executar políticas efetivas e específicas de inserção na sociedade. Também é importante instituir estratégias que possibilitem a denúncia de exploração no trabalho ou de casos de discriminação e desenvolver campanhas na mídia voltadas à sensibilização a respeito da temática do refúgio, seja humanitário ou ambiental, e a situação vivenciada por estas pessoas (MILES; CARLET, 2006).

Por fim, para Baeninger e Peres (2017), é necessário fortalecer institucionalmente a elaboração, uso e dispersão de informações a respeito das diversas modalidades migratórias, realizados por registros administrativos, censos e pesquisas amostrais, imprescindíveis para a implantação de políticas regionais, fronteiriças, nacionais e locais, para garantir os direitos de migrantes na consecução de políticas públicas que considerem sua presença.

## 4. AS MULHERES HAITIANAS NAS CIDADES DE CAMBÉ E ROLÂNDIA

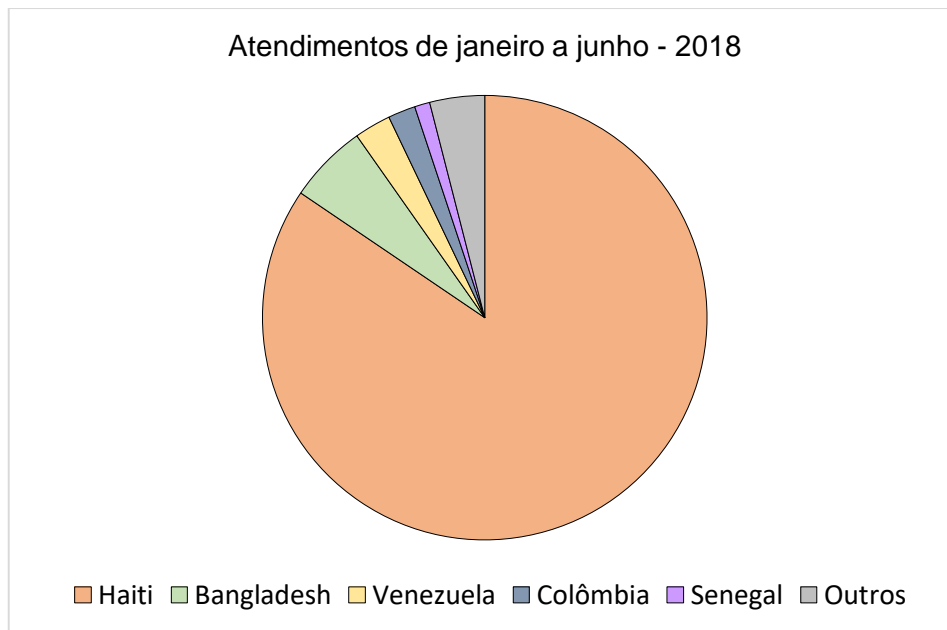
### 4.1. LONDRINA E REGIÃO COMO DESTINO DE REFUGIADOS E MIGRANTES SOB ASILO HUMANITÁRIO

Na intenção de obter um panorama geral da atual situação da cidade e das proximidades em relação a chegada de migrantes e refugiados, além do que tem sido feito para auxiliá-los e ampará-los, em março de 2019 foi realizada entrevista na Cáritas Arquidiocesana de Londrina. A Cáritas de Londrina é uma entidade-membro da Cáritas nacional, um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

De acordo com a idealizadora de projetos, Fabrícia Pagaiani, a entidade atende migrantes e refugiados de todas as cidades da região metropolitana do município, principalmente Cambé, Rolândia, Jaguapitã, Araçongas e Apucarana. A organização é a responsável pelo atendimento destas pessoas e pela solicitação de documentos junto a polícia federal e outras entidades, incluindo o CNIg e as embaixadas do Brasil em outros países.

Só na primeira metade de 2018, foram 530 documentos enviados à polícia federal. Contando com os documentos enviados ou solicitados para outras instituições, a soma foi maior que 800 até junho deste mesmo ano. As principais nacionalidades atendidas neste período foram: haitianos, bengaleses, venezuelanos, colombianos e senegaleses, que somam 433 atendimentos presenciais, além de outras nacionalidades (gráfico 2). Além disso, pessoas de cidades mais distantes e que não conseguem comparecer presencialmente na Cáritas, são atendidas por meio digital, não sendo contabilizadas entre estes atendimentos.

Gráfico 2 – Países das pessoas atendidas presencialmente na Cáritas de Londrina no primeiro semestre de 2018



Fonte: Cáritas Arquidiocesana de Londrina. Org.: Jéssica C. Pizaia.

Pode-se observar pelo gráfico 2, que os haitianos foram, de longe, os mais atendidos pela entidade. Muito se deve a vinda dos filhos daqueles que já estão estabelecidos no Brasil e a necessidade de solicitar os documentos de residência no país, seja de refúgio ou acolhida humanitária a estas crianças, porém, ainda há a chegada de pessoas que buscam o Brasil como destino por influência de amigos e familiares que já se encontram aqui.

Os padrões migratórios das pessoas desta nacionalidade se modificaram durante os anos, e muitos já entram no Brasil e chegam às cidades de Cambé e Rolândia com o visto temporário, porém, ainda há a entrada de pessoas no país por terra. Inicialmente, a entrada se dava predominantemente pela cidade fronteiriça de Brasileia no Acre, agora, parte destas pessoas vai para o Chile, de lá atravessa a Bolívia e entra no país pelo Mato Grosso, outra, desce até o Paraguai e ingressa no país por Foz do Iguaçu, há também aqueles que descem na Guiana e entram por Roraima.

Muitos já possuem o visto temporário que dura por dois anos e podem conseguir a autorização de residência por mais cinco, isto se o (a) solicitante estiver trabalhando no tempo em que estiver no Brasil, seja como empregado ou como

autônomo, não tiver praticado nenhum crime, ter morado somente no Brasil nos anos anteriores e estiver com os documentos regularizados.

Os bengaleses, por exemplo, possuem emprego fixo e registrado devido ao mercado de carne exportada a países árabes, já que muitos frigoríficos da região são especializados na técnica de abate *halal*<sup>4</sup>, exigida por consumidores islâmicos e que deve ser feita por muçulmanos, o que resulta na contratação de bengaleses para realizar o trabalho. Assim, muitos estão vivendo em Rolândia e em Jaguapitã, municípios onde existem frigoríficos que fazem este tipo de abate de animais.

Segundo a Cáritas, todos os bengaleses atendidos são homens, não verificando-se a vinda de mulheres. Este padrão é decorrente da cultura desta população, na qual os homens, provedores da família, é que são os encarregados de sair do país para trabalhar e enviar as remessas de dinheiro, enquanto as mulheres ficam no local de origem cuidando da família do marido, quando casadas, ou com a própria família, quando ainda solteiras.

Parte dos imigrantes de Bangladesh conseguem o status de refugiado deferido no Brasil, assim como os venezuelanos, dependendo de cada caso isolado. No caso dos venezuelanos, a Cáritas faz o pedido de refúgio de todas as crianças menores de nove anos, pois, na Venezuela, os documentos com foto só são expedidos a partir desta idade, e estas crianças chegam ao país apenas com a certidão de nascimento, o que é insuficiente para solicitar outros documentos aqui.

Além disso, a entidade tem enfrentado dificuldades para se comunicar com a embaixada brasileira na Venezuela devido os recentes problemas econômicos, sociais e políticos do país, que impactaram as redes de comunicação com o exterior. A caritas também têm solicitado refúgio ao restante dos venezuelanos que estão chegando a Londrina, por considerar que a saída do país não foi uma escolha, mas uma questão de sobrevivência, o que deve ser analisado pelo CONARE e pelo CNIg.

Tirar os documentos no Brasil é mais fácil para as populações do Mercosul, o qual a Venezuela não faz parte, mas que é o caso dos colombianos. Muitos também conseguem o status de refugiado devido à problemas internos e à

---

<sup>4</sup> Somente os alimentos *halal* podem ser consumidos pelos muçulmanos. Estes são definidos conforme as normas definidas pelo Alcorão e pelos preceitos islâmicos. Bovinos, caprinos, ovinos e frangos podem ser considerados *halal*, desde que sejam abatidos seguindo estes preceitos.

violência na Colômbia e, mesmo quando é necessário se regularizar no país de outra forma, a burocracia é menor.

Ademais, no segundo semestre de 2018 cresceu o número de atendimentos de venezuelanos e de cubanos na Cáritas. Após a saída de Cuba do programa Mais Médicos<sup>5</sup> do governo federal, muitas pessoas queriam continuar no Brasil e regularizar sua situação, seja com pedidos de refúgio ou não. No caso dos venezuelanos, a crise no país tomou maiores proporções neste período, o que aumentou a entrada de pessoas no Brasil, levou à interiorização destas populações e a chegada delas em Londrina.

De acordo com a Cáritas, a Mesorregião Norte Central Paranaense, onde se encontra Londrina, continua sendo a terceira do estado em número de imigrantes e refugiados, atrás da Metropolitana de Curitiba e da Mesorregião Oeste Paranaense, respectivamente. Curitiba ainda é a cidade que mais concentra pessoas nesta situação e, no interior, são: Foz do Iguaçu, Cascavel e Maringá, que mais as abrigam. Londrina, portanto, não concentra muitos destes imigrantes e refugiados, pois muitos estão dispersos por outras cidades próximas dentro da própria mesorregião e da microrregião nas quais o município está inserido.

Além disso, é difícil mensurar quantos destes ainda estão vivendo em Londrina ou até mesmo em outros municípios do Paraná, pois muitos dos imigrantes e refugiados transitam por cidades e até estados em busca de melhores condições e da estabilização de suas vidas, sendo migrantes internos no país.

#### 4.2. O PERFIL DOS PARTICIPANTES E SUAS TRAJETÓRIAS

Para a construção da pesquisa, a população haitiana e as demais participantes foram entrevistadas por meio da metodologia de entrevistas não-dirigidas de Poupart (2008), conduzidas com o objetivo de alcançar os princípios elencados pelas metodologias feministas ao privilegiar o discurso dos (as) participantes, considerar a segregação e as desigualdades de gênero e de raça existentes e a interseccionalidade de identidades, ao invés de favorecer estereótipos

---

<sup>5</sup> O Mais Médicos é um programa do governo federal brasileiro que se iniciou em 2013 com o objetivo de suprir a escassez de médicos em municípios do interior e periferias das metrópoles do Brasil. O programa conta com o trabalho profissionais de medicina brasileiros e estrangeiros.

e homogeneizar as experiências vividas pelas mulheres haitianas e homens haitianos, considerando que ambos vivenciam diferentes níveis de segregação e opressão.

Em Cambé, os participantes da pesquisa foram indicados pela Pastoral do Migrante da Igreja Católica de Londrina<sup>6</sup>, e durante os meses de outubro e novembro de 2018, foram entrevistados dez participantes. De acordo com a Pastoral, a maior concentração de refugiados desta nacionalidade está situada no jardim Santo Amaro, bairro da região sudeste da cidade de Cambé.

Já em Rolândia, a pesquisa contou com quatro participantes, apresentados por agentes de saúde da Unidade Básica de Saúde (UBS) do Jardim Novo Horizonte, na região Oeste da cidade. As entrevistas foram realizadas em maio de 2019, e também seguiram os pressupostos de entrevistas pontuados por Poupart (2008) e das metodologias feministas.

O Jardim Santo Amaro, especificamente, apresenta características de um sub-centro urbano, que de acordo com Sposito (2002), se refere a uma das expressões espaciais do processo de centralidade, a qual revela a atração que uma área exerce sobre outros espaços adjacentes. No caso, os sub-centros são áreas em que há os mesmos tipos de atividades do centro principal, com diversidade comercial e de serviços, mas em uma proporção menor e menor incidência de atividades especializadas (SPOSITO, 1991).

Por ser um bairro periférico, relativamente distante do centro principal de Cambé, mais próximo de Londrina, inclusive, o Santo Amaro se desenvolveu com estas características, e seus moradores raramente se locomovem até outras localidades para obter produtos ou serviços quando necessitam.

O Jardim Novo Horizonte, em Rolândia, é também um bairro periférico da cidade, e se localiza próximo ao frigorífico que já empregou ou, ainda emprega, três dos quatro haitianos entrevistados e muitos dos que vivem no bairro.

Os participantes da pesquisa, naturais do Haiti, possuíam entre 25 e 48 anos, sendo sete mulheres e sete homens cujos perfis podem ser visualizados na tabela em apêndice (Apêndice A). Algumas entrevistas foram feitas em suas próprias casas, outras realizadas na Escola Municipal Padre Symphoriano Kopf, em Cambé,

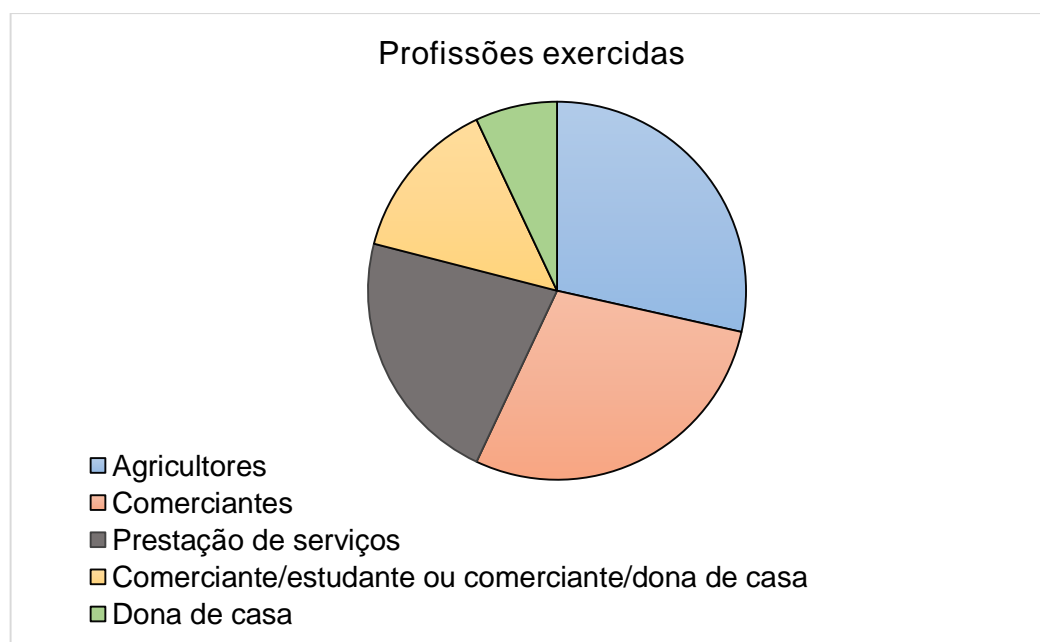
---

<sup>6</sup>A Pastoral do Migrante de Londrina é uma entidade da Igreja Católica. Esta auxilia, acompanha e promove atividades de apoio e auxílio a migrantes e refugiados em seu dia a dia, atuando junto à Cáritas Arquidiocesana.

nos sábados à tarde, onde são ofertadas aulas gratuitas de português para não falantes da língua – o que é coordenado pela Pastoral do Imigrante de Londrina –, ficando a escolha dos participantes qual lugar eles preferiam conversar.

Percebe-se que o perfil geral dos entrevistados corresponde a pessoas em idade adulta e economicamente ativa, sendo 64% casados (as), 29% solteiros (as) e 7% divorciada. Dentre as profissões desempenhadas no Haiti, 28,5% viviam em áreas rurais sendo agricultores (as), 28,5% eram comerciantes, 14% se dividia entre a casa ou a escola e o comércio (duas mulheres) e 22% exerciam outras profissões na prestação de serviços, e apenas uma participante (7%) não exercia trabalho remunerado, sendo dona de casa (gráfico 3).

Gráfico 3 – Profissões desempenhadas pelas (os) participantes antes da mobilidade até o Brasil



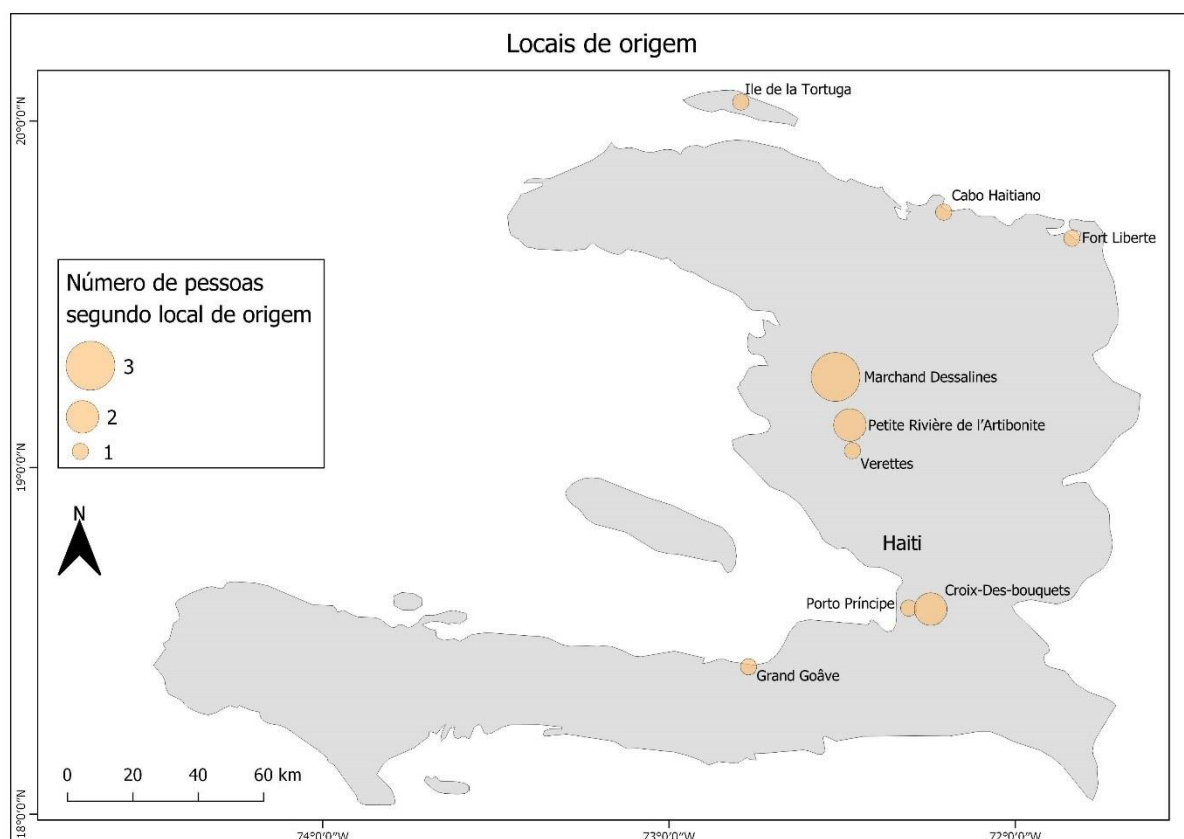
Fonte: Entrevistas realizadas com haitianos residentes em Cambé (PR) e Rolândia (PR). Out/Nov. 2018 e Mai. 2019.

Elaboração e organização: Jéssica C. Pizaia.

Grande parte dos participantes possui pouca escolaridade, somente 21,42% alcançou o ensino médio e apenas 28,57% finalizou o ensino fundamental, todos estes com menos de 35 anos nos dias da entrevista. Tal fato é reiterado por uma professora de português entrevistada, quem afirmou que parte da dificuldade em ensinar a língua era devido à problemas de leitura e escrita apresentados pela maioria dos haitianos, diferente de outras nacionalidades que tem chegado até a região de Londrina, como os venezuelanos.

Percebe-se a partir da figura 9 que as regiões centrais do Haiti são os principais locais de origem dos participantes entrevistados, incluindo as comunas Arbonite e Oeste. Esta concentra também as maiores densidades demográficas do país e é onde o terremoto de 2010 foi mais sentido.

Figura 9 – Locais de origem antes da mobilidade até o Brasil



Sistema de coordenadas: SIRGAS 2000 UTM 22S

Fonte: Entrevistas realizadas com haitianos residentes em Cambé (PR) e Rolândia (PR). Out/Nov. 2018 e Mai. 2019.

Fonte: Entrevistas realizadas com haitianos residentes em Cambé (PR) e Rolândia (PR). Out/Nov. 2018 e Mai. 2019.

Elaborado por: Jéssica C. Pizaia

A língua falada pelas populações haitianas é o Créole<sup>7</sup>, e todos os participantes disseram também conhecer o francês, ambas línguas oficiais do país. Todos os entrevistados já falavam o português, especialmente aqueles que moravam há mais tempo no Brasil, e tal fato tornou possível as entrevistas, apesar de que, em alguns casos, ainda existiram certas barreiras linguísticas e a compreensão se tornou mais difícil.

<sup>7</sup> A participante Hooks afirmou que o créole nasceu derivado da língua francesa, sendo uma criação dos escravos para que pudessem se comunicar entre si sem que os demais conseguissem compreender o que conversavam.

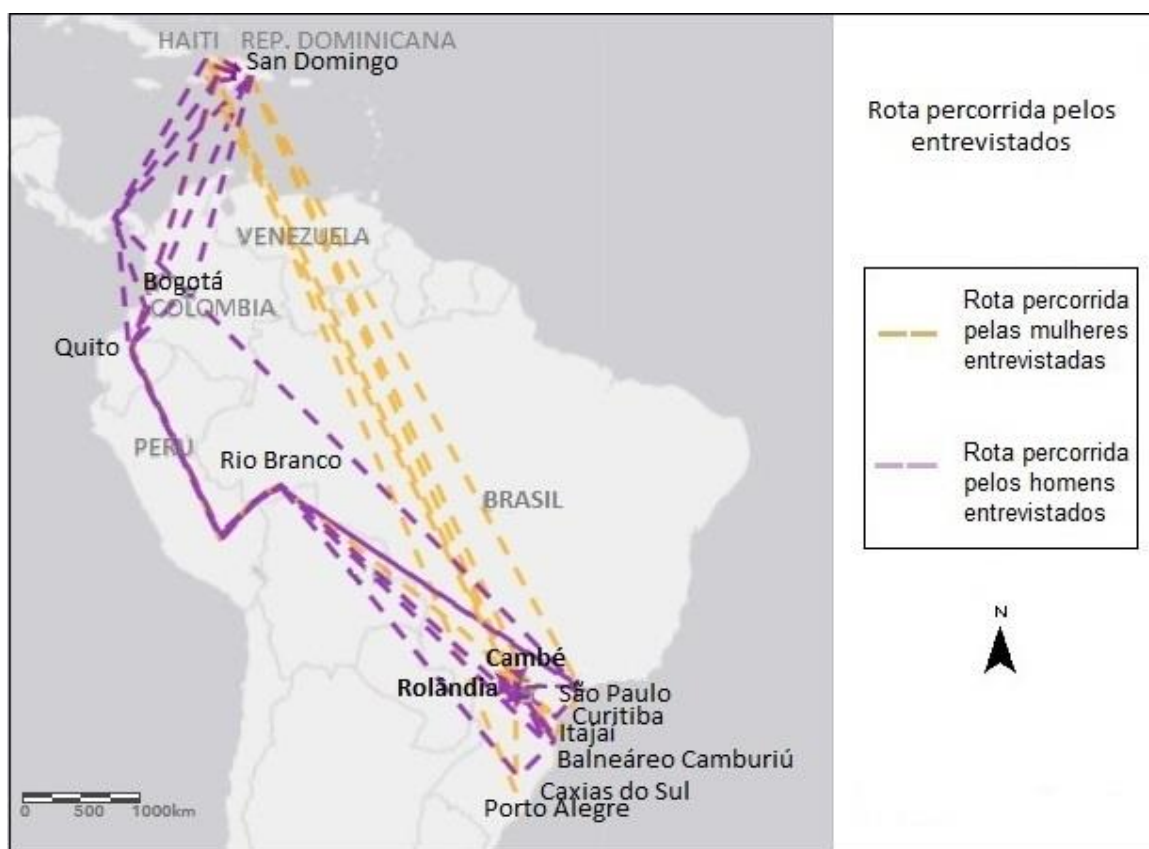
Até chegarem ao país, 42,85% dos participantes viveu por alguns anos na República Dominicana com suas famílias após o terremoto de 2010, seguindo uma tendência das mobilidades por refúgio, que é buscar a sobrevivência em países limítrofes daquele no qual se reside. A respeito dos padrões de mobilidade após este período, percebeu-se que, inicialmente, entre os anos de 2012 e 2015, os homens chegaram sozinhos ao Brasil, sendo um movimento majoritariamente masculino.

A entrada deles no país ocorreu sobretudo pelo Acre, por meio do contato com atravessadores, após passarem por diversos países da América Central e do Sul. Chegando ao Brasil, os participantes da pesquisa afirmam que foram enviados em ônibus para outras partes do país, chegando a ficar até quatro dias na estrada para chegar em cidades de Santa Catarina, onde dormiram na rua durante dias até encontrarem um emprego e o auxílio da Cáritas.

Após se estabelecerem aqui e auferirem renda por meio de seu trabalho, a maioria deles, que é casada, garantiu a vinda das esposas diretamente ao Brasil, algo que ocorreu entre 58% das participantes da pesquisa, algo perceptível na figura 10, que demonstra a vinda das mulheres diretamente ao encontro dos homens.

Tal fenômeno aconteceu a partir do ano de 2015, momento em que os ciclos de feedback já haviam se firmado, e os locais de destino destas mulheres, juntamente com os maridos, passou a ser definido pelos contatos que ambos possuem e que os incitam a morar próximos a eles, pois há a busca por regiões que oferecem mais oportunidades de prosperar. Foi o que aconteceu com cinco das sete mulheres entrevistadas, que saíram de cidades em Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, para viver em Cambé, pois familiares e conhecidos indicaram a cidade.

Figura 10 – Trajeto percorrido pelos entrevistados de cidades do Haiti até Cambé-PR e Rolândia- PR



Fonte: Entrevistas realizadas com haitianos residentes em Cambé (PR) e Rolândia (PR).  
Out/Nov. 2018 e Mai. 2019.  
Elaborado por: Jéssica C. Pizaia.

Pelo mapa é perceptível que o fluxo populacional dos participantes teve como destino único as cidades do sul do Brasil e a cidade de São Paulo, localizadas na região centro-sul do país.

Um fator interessante é que a vinda para Cambé ou Rolândia acabou sendo direcionada pelos homens. No caso das mulheres, por seguir o destino do marido, de algum familiar ou do pai de um dos filhos. E entre os homens, o movimento foi direcionado principalmente pela procura de vagas de emprego, pela indicação de amigos de que na região encontrariam trabalho.

Tal fenômeno explicita a existência dos papéis a serem desempenhados pelos homens e pelas mulheres dentro das famílias patriarcais, em que o homem é quem migra primeiro em busca do trabalho e é o principal provedor. A situação de vulnerabilidade feminina, cercada de incertezas e medos, inclusive, é também um indicativo para que os homens movimentem-se primeiro e em maior

número ao Brasil, enquanto as mulheres cuidam da família e só saem do país quando veem maior segurança neste ato, explicitando porque, inicialmente, apenas 16% dos haitianos que entraram no Brasil eram mulheres

Neste sentido, para a médica da UBS do Jardim Santo Amaro, o objetivo principal das mulheres haitianas que vivem no Brasil é possibilitar a vinda do restante da família para o país, sobretudo seus filhos. Em sua percepção, inclusive, as famílias haitianas possuem um modelo marcadamente patriarcal, em que o chefe da família detém a palavra final nas relações familiares e a principal responsabilidade sobre a disciplina dos filhos.

Atualmente, desde meados de 2017, grande parte das mobilidades tem sido dos filhos destes refugiados, que são crianças pequenas de até nove anos. Todos os casais com filhos seguiram esta tendência de mobilidade populacional, um modelo que segue a ordem: marido-esposa-filhos na entrada ao Brasil.

Três mulheres não se encaixam neste padrão, vieram ao Brasil direcionadas a encontrar familiares e amigos que já moravam aqui. A mais jovem, Bell<sup>8</sup>, de 25 anos, seguiu até Itajaí-SC em 2015, onde familiares a receberam e abrigaram em sua casa. Após engravidar de seu segundo filho, ela se mudou para Cambé, onde o pai de um deles estava, com o intuito que ele a auxiliasse. Já a segunda, Hooks, de 30 anos, chegou ao Brasil em 2017 e passou a viver na casa de uma amiga em Porto Alegre. Após engravidar, também mudou-se para Cambé na casa de familiares, que a indicaram ao emprego em que ela está hoje. E Joan, a única participante que fez a rota de entrada no país por avião e por terra, entrando pelo Acre. De lá, seguiu até Rolândia ao encontro de um primo.

Todas as crianças deixadas no Haiti pelos pais moravam com as avós no momento das entrevistas, as quais tem um papel fundamental neste processo, pois, além de possibilitar a mobilidade da família por partes, as remessas de dinheiro que seus filhos mandam ao Haiti são recebidas por elas para que consigam sobreviver em meio à crise em que se encontra o país e mantendo vivos a família e os netos<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> Os nomes dos participantes foram trocados para preservar suas identidades.

<sup>9</sup> Desde os anos 1990 tem crescido o número de crianças cuidadas pelas avós, fato discutido por diversos autores (SCHULER; DIAS, 2016) (COUTRIM, 2006) (CARDOSO, 2011) que apontam de que forma as avós substituem a presença e o cuidado dos pais, papel sobretudo feminino e delegado às mães, e como elas se tornam as principais provedoras da família por muitas vezes serem as únicas a possuir uma renda fixa na residência.

Nestes casos, a presença feminina das avós é o que possibilita e condiciona a saída dos pais, porém, é algo que preocupa os voluntários que convivem e oferecem auxílio e assistência, já que a ausência da mãe e do pai na educação e crescimento das crianças nem sempre é bem condicionado, especialmente se as avós se encarregam da responsabilidade de cuidar de muitas crianças ao mesmo tempo.

Apesar das inúmeras dificuldades no Brasil, dos 14 entrevistados, apenas uma participante cogita voltar ao Haiti. Todos afirmam que no Brasil os serviços públicos de infraestrutura urbana, de saúde e educação, funcionam e são gratuitos, diferente do país no qual saíram, onde todos os serviços são pagos e privados, o que impossibilitava o acesso a eles. Assim, ficou evidente que os problemas sociais no país são muito mais graves que os do Brasil. Alguns relatos demonstram que havia dificuldade de se conseguir emprego, e quando se conseguia, havia a dificuldade de receber o dinheiro pelo que já se trabalhou. Como alguns descreveram:

*“Aqui minha filha mais velha está indo na escola, todo dia ela vai, meu filho ficou doente, já teve atendimento no posto e depois me deram os remédios. No Haiti não tem isso, você tem que pagar sempre pelo médico, pelo remédio, pela escola, não tem nada nada de graça. Aqui demorou um pouco pra ser atendido, mas depois ficou tudo certo. É muito melhor do que no Haiti, porque lá se não tem dinheiro não tem nada, nem remédio. Aqui meu marido recebe dinheiro certo todo mês, a gente tem comida na mesa, um teto, isso não falta”. Chimamanda, out/2018.*

*“A prima [que estava presente] trabalhava de professora no Haiti, cuidava de crianças pequenas. Ela ficou três meses trabalhando sem receber o salário, e quando o salário chegou, só chegou metade. Eles ficam enrolando a gente, dizendo que vão pagar no fim do ano, que vão pagar, e no final nem chega tudo. Me diz quem consegue sobreviver assim?” Louis, out/2018.*

Alguns entrevistados viviam em áreas rurais e relataram que os problemas começaram em 2008, após os dois furacões e duas tempestades tropicais, que acabaram com seus plantios e com a relação de subsistência que eles tinham com a terra. Chimamanda é uma destas pessoas, e relatou que sua família passou fome depois que as terras foram devastadas, e que, assim, não havia a possibilidade de continuar vivendo no país por uma questão de sobrevivência.

Este é outro ponto importante ao considerar os haitianos como refugiados ambientais e não como imigrantes, já que, de acordo com Sayad (1998),

os migrantes almejam o retorno à sua terra de origem, considerando a migração como uma movimentação passageira.

Com exceção de Bell, que tem dois filhos pequenos e pensa em voltar a viver com a mãe na República Dominicana e, de Joan que deseja voltar ao Haiti devido a problemas sérios de saúde e falta de assistência, todos querem continuar no Brasil e não desejam retornar ao Haiti para viver.

Além disso, quando questionados sobre a escolha do Brasil, todos disseram que o movimento migratório não foi uma escolha, mas que a mobilidade foi uma questão de sobrevivência para eles e sobretudo para a família, mas que a preferência pelo Brasil se deu pela facilidade de se obter o visto, diferente de outros países que na época estavam dificultando a entrada de estrangeiros, e pela influência de amigos e familiares que estavam se mudando para o país ou que já moravam aqui.

Por não ansiarem um retorno ao Haiti, o processo de integração e reterritorialização é importante, portanto, no momento em que estas pessoas se sentem pertencentes ao espaço em que vivem. No caso dos haitianos em Cambé e Rolândia, isto pode ser perceptível de algumas maneiras.

#### 4.3. A COMUNIDADE HAITIANA EM CAMBÉ E ROLÂNDIA

A população haitiana no recorte espacial pesquisado está dispersa no território, mas se concentra sobretudo em bairros periféricos, como os jardins Santo Amaro (próximo a Londrina), Ana Rosa e São Paulo em Cambé, e os jardins Novo Horizonte e Santiago, próximos à indústria frigorífica que emprega muitos deles, em Rolândia.

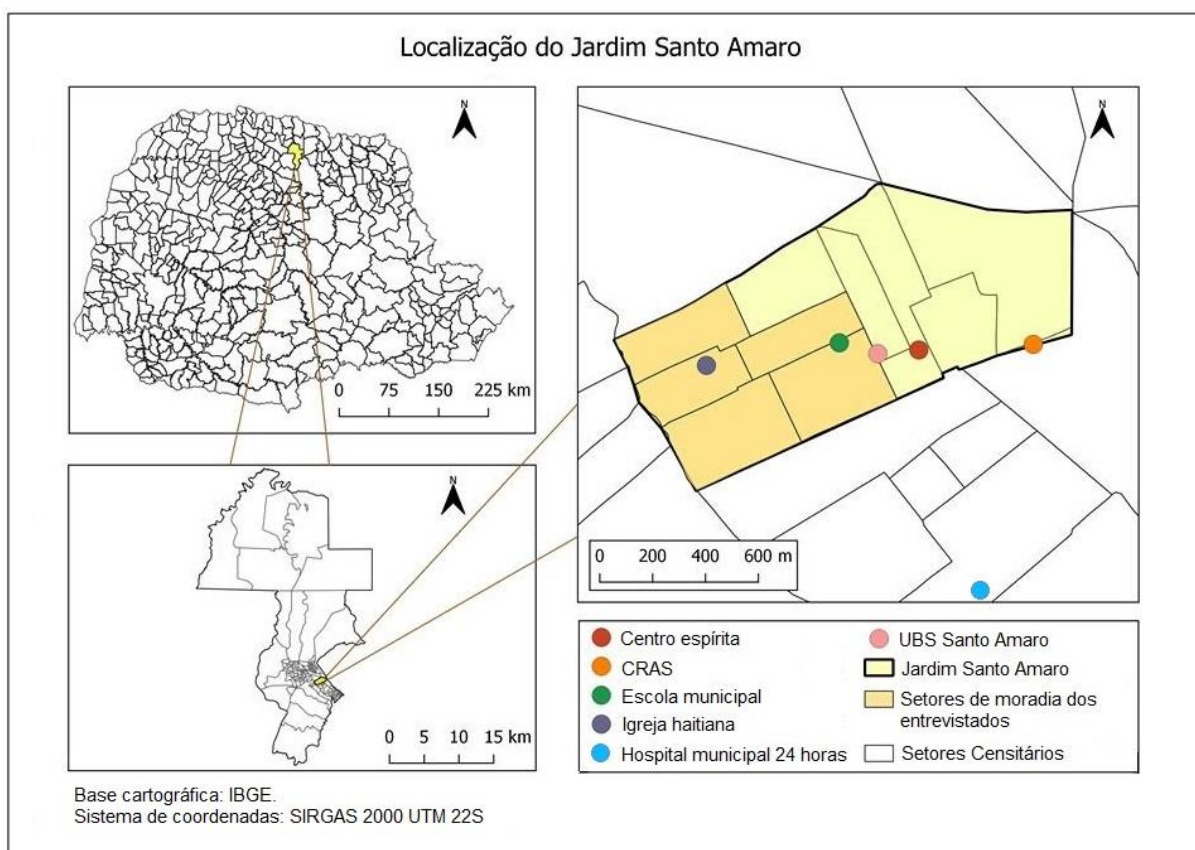
A população haitiana reside, em sua maioria, em residências afastadas das avenidas principais destes bairros, possivelmente por terem o aluguel mais acessível às condições econômicas das famílias. Parte destas vive em edículas de poucos cômodos com entrada única pela lateral no terreno, como é o caso das famílias de Joan, Louis, Hooks e Bell. Outras, dividem a casa com amigos e suas famílias, como é o caso de Ngozi, Felix e Alexis.

Por ser uma população que chega ao Brasil em situação de vulnerabilidade, a assistência e os serviços ofertados aos haitianos são essenciais e até indispensáveis para sua sobrevivência, sejam os auxílios básicos voltados à

educação e saúde, até aqueles mais específicos, como as aulas de português adaptadas a eles.

A figura 11 apresenta a localização dos estabelecimentos que oferecem estes tipos de serviço no jardim Santo Amaro em Cambé, o que compreende tanto locais que oferecem atendimentos públicos e gratuitos, quanto estabelecimentos religiosos. Alguns destes também se caracterizam também como pontos de encontro e de sociabilidade.

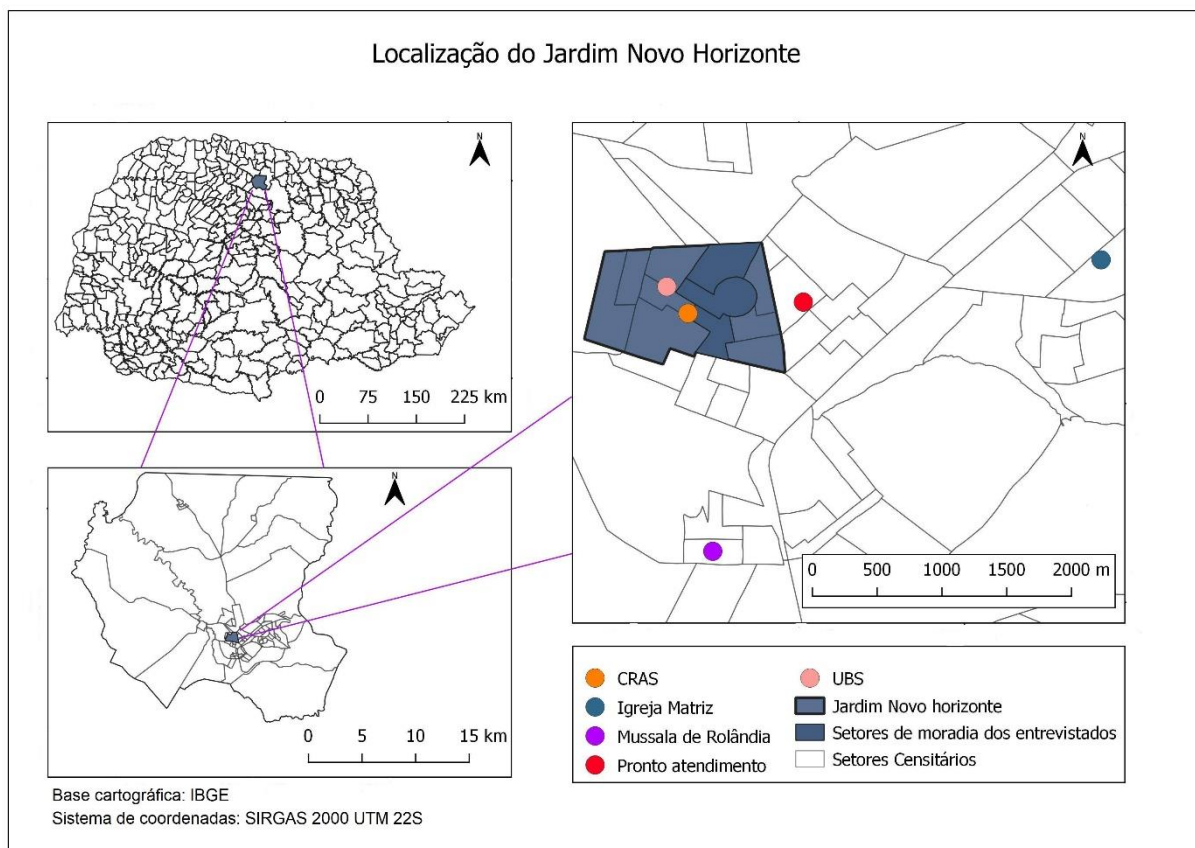
Figura 11 – Localização do Jardim Santo Amaro e dos estabelecimentos de assistência, atendimento e convivência



Fonte: Entrevistas realizadas entre out/2018 e mai/2019. Base Cartográfica: IBGE.  
Elaboração: Jéssica C. Pizaia.

Já em Rolândia, alguns dos serviços oferecidos se localizam além dos limites do Jardim Novo Horizonte, como as aulas de português gratuitas ofertadas na igreja matriz pelo projeto *Learning Together* e o pronto-atendimento, o que está demonstrado na figura 12.

Figura 12 – Localização do Jardim Novo Horizonte, os estabelecimentos de assistência, saúde e templos religiosos



Fonte: Entrevistas realizadas em Mai/2019. Base Cartográfica: IBGE.  
Elaboração: Jéssica C. Pizaia

Em comparação, de acordo com a configuração territorial dos estabelecimentos de serviços ofertados nos dois bairros, percebe-se que as populações haitianas que vivem no Jardim Santo Amaro são mais favorecidas e possuem mais facilidade de acessá-los por encontrá-los mais próximos às suas residências, o que favorece toda a conjuntura de assistência oferecida a esta população.

Concomitante à chegada das populações haitianas na cidade, nos últimos anos Rolândia tem passado por uma crise política que foi comentada pelas profissionais da saúde nas entrevistas. Desde 2014 o município foi gerenciado por três prefeitos diferentes e, atualmente, a prefeitura está sendo investigada pelo Ministério Público, Polícias Civil e Militar por crimes de improbidade administrativa e enriquecimento ilícito (RPC, 2019).

Com o objetivo de obter um panorama sobre as políticas públicas e ações voluntárias voltadas à população haitiana, foram entrevistadas em Cambé e em Rolândia: uma médica e uma técnica em enfermagem que atendem na UBS da região do Santo Amaro, a coordenadora do projeto de doação de alimentos do Centro Espírita Kardecista, a coordenadora da Pastoral do Imigrante de Londrina, e uma professora voluntária de português em Cambé, além de duas agentes de saúde da UBS do Jardim Novo Horizonte em Rolândia, compreendendo qual a importância dos estabelecimentos e quais ações são implementadas por eles. Com isto, juntamente às entrevistas com os participantes haitianos, foi possível avaliar também as dificuldades e problemas existentes que ainda precisam de solução.

Nos locais visitados, percebeu-se que não há órgão público específico e especializado que dê amparo gratuito relacionado a moradia, trabalho ou outros problemas presentes no cotidiano destas pessoas. O CONARE e a polícia federal ficam com a incumbência de regularizá-las no país, oferecendo o visto, a carteira de trabalho e outros documentos, como o CPF.

Já o CRAS (Centro de Referência em Assistência Social) oferece serviços de assistência, os mesmos que são ofertados aos brasileiros. E as UBSs realizam os serviços voltados à saúde, envolvendo desde o atendimento no posto até à ida às casas por meio do programa Saúde da Família. Já os serviços ofertados por voluntários envolvem os templos religiosos e as escolas municipais.

#### 4.4. O PAPEL DA RELIGIÃO

Por serem estrangeiros, é natural que os imigrantes busquem estabelecer um relacionamento com outras pessoas de seu país de origem, por terem culturas e identidades parecidas, por falarem a mesma língua, e especialmente para manter elos, o que favorece a possibilidade de ajuda mútua e cria um sentimento de familiaridade, o que favorece a permanência, adaptação e territorialização.

Com as entrevistas realizadas e a partir da convivência com os haitianos, ficou perceptível que a religião é algo que aproxima as pessoas que vieram de outros países, criando uma comunidade e uma rede de contatos entre aqueles que frequentam o mesmo templo religioso.

Neste caso, a Igreja Pentecostal do Santo Amaro em Cambé, em que o pastor é também haitiano, é o local em que estas pessoas afirmam encontrar um

pedaço de sua terra natal em seu novo território, mas vai além disto. De acordo com as entrevistas, os cultos são realizados em Créole, ministrados todos os dias da semana e são uma das poucas alternativas de atividade que eles possuem fora de seus empregos, incluindo as aulas de português que alguns deles frequentam.

*“Vou todos os dias lá (na igreja), cada dia da semana a gente reza pra uma coisa diferente, tem dia que é trabalho, prosperidade, tem dia que é saúde [...] Vou todo dia à noite, e no domingo vou de manhã, é o lugar que a gente sai além de ir trabalhar, é ir rezar para a nossa vida aqui e para as famílias que a gente deixou no Haiti”. Chimamanda, out/2018.*

Ao mesmo tempo, outras igrejas estão presentes no processo migratório oferecendo assistência a estes haitianos que chegam em Cambé. Por viverem completo desconhecimento do Brasil e da língua, por estarem em situação de vulnerabilidade e com poucas perspectivas, a Pastoral do Migrante de Londrina e o Centro Espírita Kardecista Alvorada Nova de Cambé arrecadam alimentos, vestes, agasalhos e outros itens diversos aos haitianos, buscam assegurar uma moradia até que eles se estabeleçam, auxiliam na busca por empregos, organizam aulas de português e prestam assistência diversa no dia a dia destas pessoas.

O centro espírita de Cambé coleta alimentos naturais e também não perecíveis em todas as semanas do ano e os entrega no sábado à tarde às famílias que se apresentam. O projeto existe há cerca de dez anos no Jardim Santo Amaro, depende exclusivamente de doações e de projetos de arrecadação de fundos realizados pelos coordenadores (figura 13).

Inicialmente o projeto atendia apenas brasileiros, mas a assistência aos haitianos cresceu a partir de 2012, com o projeto sendo difundido entre os próprios, que compõem atualmente a maioria entre os beneficiários, somando em torno de 70 famílias amparadas semanalmente. De acordo com Rosângela, coordenadora do projeto, esta mudança ocorreu devido à melhora na qualidade de vida da população dos arredores que passou a não precisar da doação de alimentos e devido ao crescimento da chegada de haitianos à Cambé.

Figura 13 – Alimentos arrecadados e algumas das pessoas a serem atendidas no Centro Espírita Kardecista Alvorada Nova no Jardim Santo Amaro



Fonte: Arquivo de Jéssica C. Pizaia

Já a Pastoral do Imigrante oferece outros tipos de atendimento além destes citados, o que compreende desde a solicitação de documentos, por meio da Cáritas, até o amparo emocional à família e a resolução de diversos problemas específicos a que os imigrantes e refugiados estão sujeitos. Atualmente, é a principal instituição que a população haitiana de Cambé recorre em casos que necessitam de auxílio, atenção e amparo.

Deste modo, percebe-se que as duas entidades ligadas à templos religiosos são responsáveis por oferecer serviços de amparo e até de segurança alimentar às famílias haitianas em Cambé. O CRAS desta cidade e de Rolândia, localizado no Jardim Novo Horizonte, também entregam cestas básicas e concedem o auxílio de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, às famílias que necessitam.

Entretanto, certos casos isolados não são alcançados e atendidos pelas entidades de voluntariado e nem pelas instituições públicas, principalmente quando se encontram longe de Londrina.

A partir da convivência nas UBSs, ficou perceptível a existência de lacunas na atenção e no cuidado com mulheres haitianas doentes e que vivem sozinhas. Nestes casos, é natural que estas mulheres não tenham completa informação e não conheçam o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS) do país, a rotina da UBS, o que inclui a ciência sobre números de emergência, entre outros.

O caso de Joan está inserido neste contexto. A haitiana possui uma doença crônica e por vezes não recebe o atendimento adequado à ela nas UBSs e

hospitais por ter dificuldade de se comunicar, pelo desconhecimento do funcionamento do SUS e, pela demora em buscar atendimento, (ou por preconceito dos funcionários da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Rolândia, como relatado por uma das agentes de saúde) o que agrava seu estado.

Outro fator agravante é que a participante da pesquisa não possui familiares no Brasil além do filho de três anos, que já foi encaminhado ao abrigo do Conselho Tutelar enquanto a mãe esteve internada. As agentes de saúde entrevistadas afirmaram que a criança passou por traumas emocionais ao ser separada da mãe neste momento, já que esta é a única familiar que ele já conheceu e teve contato.

No primeiro dia de visita para a realização da entrevista, as agentes de saúde me conduziram até a casa de Joan e, assim que ela nos atendeu, ficou perceptível que a participante nitidamente apresentava fortes dores e problemas de saúde. Ela afirmou que precisava tomar uma injeção e nos mostrou o medicamento, mas disse que os funcionários da UBS não o haviam aplicado. A entrevistada possuía dificuldade em falar o português, sendo difícil compreender suas palavras, o que pode ter prejudicado o atendimento médico, porém, de acordo com a agente de saúde, a médica que a atendeu apresentava um histórico de atendimentos pouco efetivos, sobretudo aos haitianos.

Graças a esta visita, a agente de saúde agendou o atendimento de Joan na UBS, entretanto, após uma semana novamente a encontramos em sua casa com muitas dores, tosse e dificuldade para se manter em pé. A entrevistada havia realizado a consulta e passado por exames no hospital da cidade, mas não havia conseguido levar os exames até a UBS. Assim, de volta à Unidade, a agente comunitária apresentou seus exames ao médico que destacou a necessidade imediata de internamento devido à uma grave pneumonia, porém, por ser uma sexta-feira em final de expediente, as agentes não retornaram até a casa de Joan para buscá-la, uma delas apenas tentou entrar em contato com um primo da participante para que a levasse até a UPA ou até ao hospital.

A preocupação das agentes de saúde se voltava especialmente ao filho da participante, pois não teria ninguém para cuidar e assistir a criança durante a ausência da mãe, que estaria no hospital, pois Joan não possui familiares próximos no Brasil.

A situação apresentada ilustra as lacunas no atendimento das haitianas que vivem sozinhas e sua situação de vulnerabilidade em relação à saúde, ao cuidado dos filhos e autonomia econômica, entre outras questões, além disso, estas mulheres não têm a quem recorrer em casos como estes. A visita realizada até a casa da entrevistada ocorreu devido ao meu pedido para conhecer as haitianas atendidas pela UBS, sendo que, caso eu não houvesse realizado esta solicitação, Joan não teria recebido as duas visitas nas duas semanas que se sucederam e possivelmente não teria contado com a atendimento em sua casa em um momento de extrema necessidade.

A participante é uma das que almeja o retorno ao Haiti devido seus problemas de saúde. Ela pensa em voltar a viver próximo à família e aos dois filhos que ainda vivem no país, mas não consegue alcançar tal objetivo por estar desempregada e não possuir renda que viabilize sua migração de retorno.

De acordo com as Agentes de Saúde da UBS de Rolândia, o CRAS não se responsabiliza pelo acompanhamento contínuo deste caso específico e o posto de saúde também não possui esta incumbência. A Pastoral do Imigrante pode realizar a assistência contínua de mulheres nestas condições em Cambé, mas em virtude da distância acaba desconhecendo casos em outras cidades.

Por fim, casos de mulheres e crianças em situação de alta vulnerabilidade como este acabam sendo desassistidos pelas entidades de trabalho voluntário das igrejas e templos religiosos, e também pelas instituições de atendimento público e gratuito como o CRAS.

Acredita-se, assim, que a abrangência espacial da Pastoral do Imigrante abarca apenas as cidades de Londrina e Cambé, e as vezes, Ibiporã. As populações haitianas de Rolândia, cidade que se encontra mais afastada deste núcleo, acabam desassistidas, algo que poderia ser rearranjado.

Outro problema relacionado ao atendimento dos templos religiosos, é que a assistência e amparo oferecidos não abrangem a divulgação de informações sobre contracepção, o que fica sob única responsabilidade das instituições de atendimento à saúde. Apesar disto, a Pastoral do Migrante oferece cartilhas diversas elaboradas e desenvolvidas em uma parceria do CONARE com o Ministério da Justiça e as Irmãs Scalabrinianas, que estão em português, inglês, espanhol e as vezes francês, e que contém informações a respeito do sistema de saúde, sobre a legislação trabalhista brasileira, assistência social, jurídica, incluindo casos de violência e

violência contra a mulher, além de uma cartilha multilíngue básica, para auxiliar na interação com os brasileiros (anexo A), e um guia de informações sobre trabalho e emprego voltada aos haitianos (anexo B).

#### 4.5. ACESSO A SAÚDE

No Brasil, as crianças possuem um papel importante para a sociabilização e comunicação dos haitianos com os brasileiros. De acordo com uma das participantes, elas aprendem o português mais rapidamente por serem “*mais novos, com a cabeça mais esperta*” e por estudarem nas escolas do bairro, onde tem contato com crianças e adultos que falam a língua. Isto foi perceptível também entre os participantes da pesquisa que, quanto mais jovens, mais fluentes eram no português.

Com isto, as crianças, conseqüentemente, acabam traduzindo as conversas que seus pais, familiares ou pessoas próximas necessitam ter com os brasileiros. Um exemplo é o caso de uma entrevistada grávida que se comunicou com os médicos do hospital por intermédio da filha de oito anos de uma amiga, a mesma que também traduziu partes da nossa entrevista, facilitando a compreensão entre ambas.

De acordo com as quatro profissionais de saúde entrevistadas, a barreira linguística é o maior problema na interação com a população haitiana. Segundo Carina, a técnica de enfermagem da UBS do Novo Bandeirantes em Cambé, de modo geral os homens aprendem mais rápido o português em comparação às mulheres por serem mais comunicativos com os brasileiros, enquanto as mulheres não têm esta mesma interação com pessoas de fora da comunidade haitiana, salvo algumas exceções.

Para Jane, a médica entrevistada, muitas mulheres demoram para aprender a se comunicar em português por ficarem presas ao ambiente doméstico, onde só se comunicam em Créole, enquanto os homens trabalham fora de casa, em ambientes públicos e com interação direta com brasileiros e aprendem a se comunicar mais facilmente.

O mesmo foi perceptível durante o contato com os participantes da pesquisa, pois, por conversarem sempre em Créole entre si, muitos demoram e tem dificuldade em aprender e compreender o português, sobretudo as mulheres

desempregadas e as donas de casa, que acabam não interagindo com pessoas fora do círculo da família e dos amigos haitianos e não aperfeiçoando sua fluência em português. Um exemplo é a esposa de Henrique, dona de casa que já estava há dois anos no Brasil e compreendia muito pouco a língua.

Carina também afirmou que a procura por atendimento médico entre os haitianos é baixa, pois eles só buscam os postos de atendimento e hospitais quando estão apresentando sintomas mais graves e estão realmente doentes, corroborando com o que afirmam Alebrandt et al., (2017) e Sargent e Leclanché (2011), diferentemente dos brasileiros que buscam o atendimento de forma preventiva.

Para ela, em grande parte os haitianos não buscam atendimento médico por dois motivos principais: primeiro, por não despenderem de tempo para se locomover até os postos de saúde e esperar atendimento para si ou para os filhos, e segundo, por medo de faltar no dia de trabalho e serem demitidos. Neste contexto, ela percebe que os haitianos acabam indo ao médico ou levando seus filhos somente em casos mais graves em que não há a possibilidade de adiar a consulta médica.

Um exemplo é da casa de Chimamanda, onde havia uma menina que cuidava de um bebê doente. A dona da casa me explicou que os dois eram filhos de uma amiga haitiana que estava trabalhando, e que ela havia os deixado na casa pois não poderia levá-los a seu emprego. Havia outras cinco crianças na residência, três filhos da participante da entrevista, outras duas meninas que moravam no bairro, e apenas ela, a única adulta responsável. Assim, a levar o menino doente ao médico seria inviável já que uma das crianças estava dormindo e a entrevistada ainda precisava terminar as tarefas do trabalho doméstico naquele dia.

Entre as mulheres, este problema se estende às grávidas que necessitam realizar o acompanhamento pré-natal. Segundo a entrevistada, as haitianas são muito resistentes e não fazem o acompanhamento correto devido à carga de trabalho que consome muito tempo do cotidiano delas, além da dificuldade de se comunicar em português também. A maioria das mulheres atendidas por Carina trabalha como empregada doméstica ou em outros serviços de limpeza.

*“Atendo muitas grávidas [haitianas] entre 30 e 40 anos. Me sinto triste porque acho que elas são muito sacrificadas trabalhando no Brasil. Penso que elas têm medo de faltar e perder o emprego, esse é o motivo de não fazer o acompanhamento correto do pré-natal.” Carina, mai/2019.*

Angela, uma das participantes, teve um filho que faleceu poucas semanas após o nascimento, no período pós-neonatal. Para ela, o falecimento da criança era decorrente do trabalho pesado que realizava como camareira de hotel, apesar de seu marido afirmar que o problema que o levou a óbito seria uma insuficiência cardíaca de origem genética, sendo que seus outros filhos maiores também tinham apresentado quadros específicos da mesma natureza. Não se sabe se neste caso específico o acompanhamento correto do pré-natal teria indicado o problema da criança aos médicos e à família, porém, sabe-se da importância deste acompanhamento a todas as gestantes e seus filhos.

Entre todos os entrevistados, 50% tem pelo menos um filho nascido no Brasil. Considerando somente as mulheres, 86% engravidaram após a chegada no país. No caso de Bell, Hooks e Joan, as participantes tinham pelo menos um filho nascido no Brasil e não contavam com o apoio do pai da criança, no qual elas não conviviam. Já Chimamanda possuía quatro filhos e engravidou novamente. Tais dados demonstram uma possível necessidade de políticas públicas de planejamento familiar que sejam voltadas a estas mulheres antes da primeira gravidez no Brasil, pois, esta situação, quando não planejada, pode tornar mais difícil a jornada delas em busca de sobrevivência e de melhor qualidade de vida, principalmente por já sofrerem dificuldades para ingressar no mercado trabalho.

Para as agentes de saúde entrevistadas, os altos índices de fecundidade entre as mulheres haitianas são decorrentes da falta de orientação em relação aos métodos contraceptivos, problema consequente também da dificuldade na interação destas mulheres com os profissionais da saúde devido a barreira linguística. Neste caso, de acordo com as agentes de saúde, por mais que os homens se comuniquem melhor com os profissionais da saúde, tendo mais acesso às informações sobre contracepção, eles não se atentam em utilizá-los e não se preocupam com o planejamento familiar.

As participantes entrevistadas são mulheres muito simples, de baixa renda, tem pouca escolaridade, pouco acesso à informação e, assim como discutido, não buscam os postos de saúde e hospitais para atendimentos de forma preventiva, hábito adquirido já no Haiti. Neste contexto, grande parte deixa os filhos no país de origem em meio a inúmeras dificuldades, tensões e esgotamento emocional, migram ao Brasil com o objetivo de reencontrar o marido (quando casadas) e reunir parte da família após dois ou três anos de distanciamento, e esta situação, somada à falta de

orientação e de acesso à informação, acabam resultando nos altos índices de fecundidade.

De acordo com Carina, após o nascimento do primeiro filho no Brasil, as UBSs realizam reuniões com as mães para prevenir outra gravidez. Após o nascimento da criança elas contam com a consulta de retorno pós-parto, em que são oferecidas as opções contraceptivas disponíveis no serviço público. De acordo com a entrevistada, a maioria destas mulheres atendidas utiliza algum dos métodos que posteriormente geram resultado.

Percebe-se pelos relatos que os homens não se atentam ou não assumem a incumbência de planejar o número de filhos que terão, algo que recai sobre as mulheres principalmente após os atendimentos nos postos de saúde e hospitais do Brasil com o nascimento do primeiro filho. Situação parecida ocorre entre os brasileiros, em que a maioria dos homens possui orientações sobre contracepção mas menos de um terço utiliza os métodos contraceptivos, conferindo responsabilidade à mulher pela prevenção à gravidez (AZEVEDO, 2017).

Além disso, como já apresentado, grande parte da assistência cotidiana e familiar oferecida aos migrantes haitianos advém de igrejas e templos religiosos e não abrange a difusão de informações a respeito de métodos contraceptivos, ficando a encargo dos estabelecimentos governamentais de saúde e educação. Porém, como discutido, os profissionais destas áreas têm muita dificuldade de interação com as mulheres haitianas devido à barreira linguística e à demora da população haitiana em buscar atendimento.

A situação de vulnerabilidade destas mulheres aumenta com a chegada de uma criança, sobretudo quando esta mulher emigra sozinha para buscar refúgio em outro país, já que não encontra auxílio e amparo para cuidar de seu filho, sendo mais uma dificuldade que encontram no caminho. Outro problema, que já aflige também as mulheres brasileiras, mas não os homens, é a demissão após a licença-maternidade, algo vivenciado por Bell e que gera muitas outras dificuldades por não ter mais a segurança e estabilidade econômica de antes.

Como discutido por Machado e Neto (2018), a maioria das mulheres que utilizam a licença-maternidade são demitidas após um ano do início da mesma, como aconteceu com a mesma participante da pesquisa, que passou a cogitar voltar ao país em que estava antes de chegar ao Brasil por estar desempregada e sem condições de sustentar a si e os dois filhos.

De qualquer modo, além de reformulações na saúde pública para que haja a possibilidade de uma orientação contraceptiva e de planejamento familiar às haitianas e seus parceiros, também são necessárias modificações e novas regras nas políticas das empresas ou dos contratantes dando maior respaldo à esta condição diferenciada das mulheres, que é a gravidez.

Outro problema perceptível durante a convivência nas UBSs, é o preconceito e o julgamento moral sofrido por estas mulheres por engravidarem no Brasil, principalmente quando são “mães solteiras” e não convivem com o pai da criança ou não são casadas com ele. Assim, é de grande importância a sensibilização dos profissionais que atendem as mulheres haitianas em todas as esferas do serviço público.

#### 4.6. O TRABALHO

A partir das falas de Carina, técnica em enfermagem, percebe-se que muitos haitianos sofrem com o excesso de trabalho, o que prejudica inclusive a ida aos postos de atendimento à saúde e o acompanhamento pré-natal às gestantes. Somado a isto, durante as entrevistas nas casas dos participantes ficou evidente que são as mulheres as principais responsáveis pelo serviço doméstico e cuidado dos filhos. Ou seja, elas também vivenciam a dupla jornada de trabalho assim como as mulheres brasileiras e o excesso de horas trabalhadas como domésticas ou zeladoras, que, segundo a entrevistada, ocorre especificamente com as mulheres haitianas trabalhando no Brasil.

Entre os 14 participantes, quatro estavam desempregados no período, sendo três mulheres e um homem. A mais jovem perdeu o emprego após dar à luz e se afastar com a licença-maternidade por seis meses, o que ela acredita ter sido o motivo de sua demissão. A segunda estava desempregada desde que chegou ao Brasil, havia quase um ano. Ela e o marido haviam se mudado para Cambé na casa de amigos justamente pelas indicações de que ali haveria a possibilidade de conseguir um emprego. Entretanto, ela relatou:

*“Não acho emprego. Já deixei muito currículo em todo lugar por aqui, lá no shopping, em restaurante, mandei em indústria, ninguém chama nem para uma entrevista, não sei porque, ninguém chama. A gente pega os alimentos, tem arroz e feijão, mas não tem geladeira. Pedi pra Irmã [Inês, da Pastoral do Imigrante], que se tivesse a doação de uma geladeira já conseguia ter uma carne porque sem, ela estraga. Não*

*tem dinheiro para comprar as coisas e não acho trabalho.” Ngozi, nov/2018.*

A participante do relato acima chegou ao Brasil em 2017, e foi ao encontro do marido em Itajaí, Santa Catarina. Logo depois, seu marido perdeu o emprego e uma amiga recomendou que o casal se mudasse para Cambé. Porém, ela estava há quase um ano na cidade e ainda não havia conseguido um trabalho. Os dois filhos ainda vivem no Haiti, e agora o casal reside na casa de um amigo também haitiano.

Já Joan, perdeu o emprego na JBS em Rolândia por questões de saúde, e desde então sobrevive com o auxílio do Bolsa Família.

Nota-se que, no total, 71% dos participantes estavam empregados nos dias das entrevistas, sendo homens a maioria destes. Em Cambé, dos seis trabalhadores formais, cinco eram migrantes pendulares, pois se locomoviam todos os dias até Londrina, onde se situavam seus locais de trabalho. Já em Rolândia, os dois homens empregados trabalhavam na JBS de Rolândia, localizada a três quilômetros do bairro em que vivem, se locomovendo de bicicleta ou a pé até o trabalho.

Em todas entrevistas realizadas, ficou perceptível que as mulheres haitianas levam muito mais tempo que os homens para conseguir um emprego. Enquanto eles levaram, em média, dois meses para ter uma oportunidade de trabalhar, elas procuraram emprego por mais de dez meses, em média, até conseguir algo. Tal fato demonstra nitidamente uma desigualdade entre homens e mulheres da mesma cor e nacionalidade, sendo a idade um fator que também impulsiona esta disparidade, já que, para as mulheres mais velhas, é ainda mais difícil.

Tal fato também coincide com o período de alto desemprego que o Brasil vem passando nos últimos anos, porém, mesmo após 2015, os homens que afirmaram ter buscado emprego conquistaram uma vaga em um período menor que as mulheres.

Esta situação é vivenciada por Douglas em Rolândia. De acordo com seus relatos, os empregadores da cidade não estão contratando mulheres estrangeiras, pois sua esposa está há quase um ano desempregada mesmo após buscar trabalho em quase todos os setores da cidade, seja em lojas do comércio, em indústrias ou em outros postos no setor de serviços. Para ele, a única saída para a

esposa será migrar novamente para outra cidade e buscar novas ofertas de trabalho que aceitem seu perfil.

Os trabalhos em que as haitianas são admitidas geralmente estão relacionados à serviços de limpeza, e aos homens, à construção civil, serviços operacionais em indústrias ou também, de limpeza. A diferença neste caso é que para trabalhos que demandam serviço braçal, culturalmente emprega-se mais homens que mulheres. Mas, para além disso, como já discorrido, as mulheres sofrem triplo preconceito: por serem mulheres, negras e refugiadas, e em alguns casos, pela idade, quando já não são mais jovens.

Este fato dificulta a autonomia e sobrevivência das mulheres, sobretudo daquelas que migram sozinhas, e também a condição socioeconômica das famílias, que além dos gastos cotidianos, continuam enviando remessas de dinheiro ao país de origem e, em alguns casos, ainda têm que pagar os empréstimos feitos para as passagens dos filhos que viviam ou ainda vivem no Haiti.

Além disso, a condição de homens e mulheres que trabalham nos setores industriais muitas vezes é precária. As agentes de saúde entrevistadas diversas vezes afirmaram que o serviço desempenhado é árduo e exige muito esforço físico. A unidade de abate de frangos da JBS em Rolândia foi interditada há quatro anos em virtude de problemas ergonômicos nas máquinas e por falhas de segurança, e mais da metade dos trabalhadores na época afirmaram utilizar analgésicos para suportar a dor ou colocar compressas para conseguir trabalhar na empresa (JUSBRASIL, 2015).

Os haitianos, sem encontrar outras alternativas de trabalho e tendo a necessidade primordial de trabalhar, acabam se sujeitando às condições de trabalho que se apresentam e sofrendo com os serviços precarizados existentes nas indústrias.

De acordo com uma das Agentes de Saúde, o trabalho precarizado na fábrica, somado aos traumas vivenciados na terra natal, e ao esgotamento físico e emocional do trajeto realizado por terra para chegar ao Brasil, com o tempo levaram uma das haitianas atendidas a desenvolver problemas psiquiátricos e necessitar de acompanhamento médico contínuo.

Desta forma, percebe-se que todo o contexto diferenciado vivido pelas haitianas e haitianos não pode ser desconsiderado durante o planejamento e durante as ações empreendidas, pois toda a conjuntura vivenciada por eles, que influenciam suas necessidades e demandas, é diversa em relação à dos brasileiros. Ou seja, as

ações voltadas aos brasileiros podem não se encaixar às reais carências dos haitianos devido às situações específicas pelas quais eles passaram.

#### 4.7. EDUCAÇÃO

Com muitas mulheres desempregadas e delegadas apenas ao serviço doméstico e privado, não há uma interação diária com os brasileiros e, conseqüentemente, com o aprendizado prático da língua portuguesa. Tal fator dificulta a independência das mulheres, que se veem condicionadas à ajuda do marido e dos filhos para se comunicar com prestadores de serviços da saúde ou de outras áreas, ou simplesmente com os comerciantes e com a vizinhança, por exemplo. Assim, as mulheres acabam excluídas da vida pública por não conseguir interagir com a comunidade não-haitiana, como é o caso de Adichie, que precisou do marido para intermediar a conversa.

Em consequência disto, são as mulheres que apresentam mais dificuldade e demora em aprender o português e também as mais prejudicadas com isto, o que foi reiterado pelas profissionais da saúde.

Uma das soluções apresentadas pelo governo do estado do Paraná por meio da SEED, é a oferta do curso de PFOL, com a inclusão dos haitianos, que seria ministrado através do CELEM. Entretanto, no ano de 2019 não houve abertura de turmas em nenhuma das escolas de Cambé, Rolândia e Londrina devido à baixa procura pelo curso, que necessita de pelo menos dez alunos. Assim, há uma discordância, pois continuam existindo dezenas de mulheres que não falam o português ao mesmo tempo em que há o cancelamento dos cursos por falta de procura.

De acordo com a coordenadora da Pastoral do Imigrante, os alunos acabam desistindo das aulas assim que começam a compreender o português ou assim que conseguem um emprego e passam a não frequentar as aulas por não dispor de tempo, sobretudo as mulheres, neste caso.

Ao questionar sobre tal fato às agentes de saúde e aos participantes da pesquisa, ficou perceptível que um dos problemas é a localização das escolas. Os colégios em que eram ministrados os cursos de PFOL são distantes dos bairros em que vivem a maioria dos haitianos, ou seja, distantes da periferia das cidades. Tais

escolas estão situadas na área central, como é o caso do Colégio Estadual Olavo Bilac, em Cambé, e do Colégio Estadual Souza Naves, em Rolândia.

Além disso, os cursos em Rolândia eram ministrados aos sábados à tarde e a opção que os haitianos teriam era a de utilizar o transporte coletivo. Porém, além de ter que investir sete reais por semana para se locomoverem até a escola, são poucos os ônibus que circulam aos fins de semana, serviço que se encerra após às 17:40 da tarde, de acordo com a Prefeitura de Rolândia (2018).

Esta conjuntura dificulta a ida das mulheres até às aulas de português, principalmente quando possuem filhos e são as únicas responsáveis pelo trabalho doméstico e pelo cuidado com a família, sendo que muitos homens em Rolândia trabalham nos frigoríficos também aos fins de semana, e elas não tem outra escolha senão permanecer da residência durante a ausência deles.

Tal fator demonstra que a política implementada pelo governo estadual não teve o resultado esperado nos dois municípios por não considerar as principais localidades em que vivem os haitianos nas cidades e toda a complexa conjuntura também vivenciada por eles. Este é um exemplo de ação no território que não considera as multiescalaridades comentadas por Fernandes (2008), e trata situações concretas e diversas como homogêneas, como pontuado por Silveira (2008). Pois não atende corretamente a demanda (sobretudo feminina) pelo aprendizado da língua portuguesa e, conseqüentemente, mantém uma situação que impacta negativamente na integração destas pessoas na comunidade, no acesso à saúde e aos mais diversos serviços.

Já em Cambé, a solução encontrada pela Pastoral do Migrante foi oferta de aulas de português na Escola Municipal Padre Symphoriano Kopf, localizada no cruzamento entre duas importantes vias do Jardim Santo Amaro, principal bairro de moradia dos haitianos, de diversos pontos de ônibus e situada próxima ao Centro Espírita onde os integrantes das famílias buscam as doações de alimentos. Assim, muitos vão até ao Centro e depois até a escola para frequentar as aulas, ambos próximos às suas casas.

Inês, a Irmã Scalabriniana da Pastoral do Migrante e antiga responsável pela coordenação das aulas de português, reconheceu a conjuntura vivida pelos haitianos ao longo do trabalho de assistência realizado em microescala, e escolheu uma escola próxima às casas das famílias, remanejou os horários até que pudessem ter o acesso ao Centro, aos alimentos doados e às aulas em um mesmo

dia sem que fossem prejudicados pela distância ou pelo cruzamento de horários no sábado à tarde.

Em Rolândia outro projeto de iniciativa não governamental oferece aulas de português também aos sábados à tarde na igreja católica matriz da cidade. O projeto Learning Together surgiu em 2015 por iniciativa de uma voluntária, e objetiva ensinar o português básico para os imigrantes interessados facilitando a comunicação com os brasileiros. O projeto se estendeu a partir da parceria com a secretaria de saúde do município, que encaminhava os pacientes até as aulas, especialmente as gestantes para realização do pré-natal.

Entretanto, há muito a ser aprimorado. Mesmo que estejam há mais tempo no Brasil, no mercado de trabalho e no contato com a língua, também existem homens haitianos que ainda não compreendem ou não falam fluentemente o português, sobretudo os mais velhos. Para as agentes de saúde de Rolândia, nestes casos, o trabalho nos frigoríficos é muito desgastante para que tenham disposição de ir à escola aprender o português.

Já no caso das crianças, os filhos maiores de cinco anos das mulheres e homens participantes frequentam a escola municipal do Jardim Santo Amaro em Cambé. Após quase um ano no Brasil, duas das meninas já falavam o português fluentemente e sem o sotaque da língua materna, sendo bilíngues aos nove e oito anos de idade, enquanto os pais ainda tinham alguma dificuldade de falar o português.

Outro problema, relatado pelas participantes, é a falta de vagas em creches, problema comum também entre as mães brasileiras. Hooks, por exemplo, utiliza os serviços de uma cuidadora nos horários em que precisa trabalhar, o que custa uma parte considerável do salário, e afirmou que nas creches que visitou em Cambé não aceitaram a matrícula após perceberem que se tratava de uma mulher haitiana e sua filha, caso que vivenciou junto a uma amiga brasileira, que confirmou o fato.

Assim, quando questionadas sobre o que poderia ser melhorado na assistência a elas e sua família e no contexto em que se encontravam, as mulheres disseram que seria a maior oferta de vagas nas pré-escolas, o que seria uma incumbência do município, além de maior abertura dos empregadores, confiando em seus serviços e ofertando vagas de emprego a elas, entre outros problemas relatados no próximo item (4.8).

#### 4.8. A INTEGRAÇÃO E O PROCESSO DE RE-TERRITORIALIZAÇÃO

A questões sobre preconceito e racismo foram expostas em outros momentos além do relato de Hooks sobre a dificuldade em conseguir uma vaga na creche. Quando questionados sobre as percepções que tinham sobre os brasileiros, ou se já haviam passado por alguma situação de preconceito, apenas dois participantes afirmaram abertamente perceber que existe racismo contra eles e com os haitianos nos ambientes em que passaram.

*“Tem gente aqui que fala que vai ajudar, que vai dar fralda para o bebê, só para os outros escutarem. Fala alto, para pagar de boazinha, perto de todo mundo, mas depois finge que esquece que falou e não faz nada. E com racismo também, falam “ah, eu não racista”, mas depois pelas atitudes e pelo jeito de tratar demonstram que são” Bell, out/2018.*

Bell, a partir do relato acima, expõe o racismo velado que existe no Brasil, um pensamento segregacionista que é expresso por meio de atitudes sutis e pouco explícito por quem pratica. Estes pensamentos, atitudes e todo o contexto histórico do país também fomentam o racismo institucional, como foi relatado por Douglas, ao afirmar que as empresas não estão contratando mulheres haitianas no momento, e que sua esposa se encontra desempregada há muitos meses por conta disto.

O mesmo participante também relatou um caso que vivenciou na UPA do bairro:

*“Um dia depois do trabalho levei minha esposa no posto de saúde ali em cima porque ela ‘tava’ com uma dor muito forte aqui embaixo da costela. A gente ficou lá da 1 hora da tarde até as 8 horas da noite e ninguém atendeu ela. Achei muito estranho porque eles passaram um monte de brasileiro na nossa frente, e ela era dor de verdade mesmo, não era brincadeira. Depois a gente não aguentou mais esperar e voltou pra casa com ela passando dor. Pra mim esse caso foi de racismo mesmo, eles não quiseram atender a gente” Douglas, mai/2019.*

Este episódio sofrido pelo participante seguiu o mesmo sentido das críticas feitas por agentes de saúde e de relatos ouvidos durante o período de convivência na UBS em Rolândia. De acordo com estas narrativas, a UPA não tem atendido de forma adequada os imigrantes haitianos ao não se sensibilizar com suas dificuldades específicas, como a dificuldade de se comunicar e a falta de informação a respeito do funcionamento do sistema de saúde brasileiro.

De acordo com o relato de Carina, a técnica em enfermagem, os haitianos sofrem preconceito por profissionais da saúde também na UBS do Santo Amaro em Cambé, afirmando que já presenciou alguns dos companheiros de trabalho desrespeitá-los no posto de atendimento médico, mas, retificou que é uma minoria a responsável por tais atitudes no local em que trabalha.

Considerando a explanação feita por Douglas, há também uma situação de estigma envolvida, como já discutido e apresentado por Goffman (1988), além da presença do racismo institucionalizado.

O estigma, apontado por Goffman (1988), é uma propriedade que tem sido direcionada aos imigrantes haitianos devido suas características identitárias, por possuírem outra cultura, por falarem outra língua (no caso de muitas mulheres, por desconhecerem o português) e por serem naturais de outro país. Dependendo dos espaços em que frequentam, adicionado a isto também sofrem com o estigma de serem pessoas com pouca escolaridade, de baixa renda, e com pouca informação a respeito do funcionamento das instituições de atendimento no Brasil, como o atendimento à saúde, por exemplo.

A xenofobia existente ocorre devido ao sentimento de superioridade de alguns brasileiros ao se deparar com populações em situações de maior vulnerabilidade e precariedade, como já discutido e apresentado por Bauman (2017), recuperando um senso de autoestima em meio à crise ao se deparar com pessoas em pior situação. Além de seguir o pensamento evocado e endossado por líderes políticos a respeito do “pânico da segurança”, em relação à imigrantes e refugiados, e de nacionalidade exacerbada, em relação a países específicos.

No caso das mulheres, em meio toda a interseccionalidade de identidades (haitiana, negra, de baixa renda), o estigma e o racismo são agravados pelo fato de serem mulheres. Como já comentado, o machismo cultural e institucionalizado abrange desde a demissão após licença-maternidade, até a diferença salarial, uso do tempo desigual, percepções cristalizadas sobre quais são papéis femininos e masculinos perante a sociedade, o preconceito e o julgamento moral direcionado às “mães solteiras”, entre outros problemas.

Uma situação recorrente foi o fato de muitos entrevistados não comentarem sobre os casos de racismo e xenofobia. Em algumas entrevistas os participantes assumem postura parecida ao afirmar que em todos os lugares existem

peças intolerantes, dentro ou fora do Brasil, nas cidades que vivem ou em outras, deixando transparecer que se conformaram com tal circunstância.

Felix, por exemplo, apenas relatou que em muitos lugares sofria com atitudes que demonstravam o descontentamento das pessoas com a sua presença, e que tais casos prejudicam inclusive na admissão para empregos mais bem pagos, mesmo no caso dos imigrantes que possuem ensino médio completo.

É compreensível que os participantes não queiram falar sobre problemas que possivelmente vivenciem (incluindo o racismo e a xenofobia) ou não tenham reclamações a fazer, pois grande parte já passou por circunstâncias de maior precariedade e hoje se encontra em condição mais estável e de menor vulnerabilidade que antes e, deste modo, a situação que vivem hoje já é uma conquista a ser celebrada por eles, como muitos disseram nas entrevistas. Além disso, por estarem em uma condição mais vulnerável, foi possível perceber que eles se sentem impelidos a comentar sobre estas questões com os brasileiros, como se não tivessem este direito por serem estrangeiros.

Por fim, diante desta conjuntura de preconceitos, racismo e dificuldades presentes e perpetuadas em diferentes espaços, é inquestionável a dificuldade das populações haitianas de se re-territorializarem no Brasil, sobretudo em cidades em que a maioria da população se autodeclara branca como Cambé (66,37%) e Rolândia (67,75%) (IPARDES, 2019), o que também impulsiona a situação estigma voltada à estas. Tal fator foi pontuado por Jean Baptiste (2018) ao visitar o Jardim Santo Amaro:

Durante o tempo que eu fiquei esperando, cada haitiano que passava nos cumprimentava em crioulo. Eu perguntei para meu interlocutor: mas porque todo haitiano que passou aqui nos cumprimentou em crioulo? Ele sabia que nós somos haitianos? Ele me respondia com uma forma de ironia: [...] “a cara do haitiano já diz tudo sobre ele”. O interlocutor continuou a fazer uma generalização, colocando: “cara não vou te mentir, quase todos os negros que você encontrou aqui nessa rua são haitianos” (JEAN BAPTISTE, 2018, p. 150).

Acredita-se que a aproximação e convívio entre os próprios haitianos, as vivências que constroem e, a materialização destes e outros elementos no território, se configuram como a forma mais aparente de resistência a esta situação como minoria étnica e de nacionalidade distinta.

Durante as entrevistas e a convivência com os haitianos no Jardim Santo Amaro em Cambé, foi possível observar a igreja evangélica com o pastor

haitiano sendo organizada por um grupo de oito mulheres que conversavam em sua língua materna, ao lado, uma casa que abrigava algumas famílias com algumas crianças, e mais à frente, outro grupo de famílias e crianças haitianas reunidas. Ficou perceptível que a língua e o reconhecimento cultural e identitário são importantes elementos de ligação, mas também de fortalecimento, efetivação e delimitação de seus territórios, que toma forma sobretudo na igreja, mas também nas casas espalhadas pelo bairro, que são como pontos de encontro das famílias haitianas e de suas crianças, tomando forma no espaço como um território.

Este território formado por eles não é transponível a qualquer um. Como entrevistadora com características identitárias diferentes, sendo branca, brasileira e que não fala Créole, alguns limites eram intransponíveis a mim nestes territórios (na igreja, na escola ou mesmo nas casas durante as entrevistas) o que não significa que não houvesse uma boa interação comigo nas residências e na escola durante as entrevistas.

Percebe-se neste contexto um território dentro de outros territórios, pois, considerando em uma escala maior, por mais que eu estivesse na cidade em que nasci, em meu território de origem, diferentemente dos participantes da pesquisa, aqueles espaços eram pertencentes a eles mas não a mim, já que o mesmo é fruto do processo de re-territorialização que está sendo formado por eles.

Em Rolândia, não foi perceptível o mesmo processo no bairro Novo Horizonte. Entretanto, uma das casas visitadas para a realização das entrevistas serve de abrigo temporário aos haitianos que chegam à cidade. 80% dos participantes que moram no município já viveram nesta até conseguirem se manter economicamente e adquirir autonomia para conquistarem suas casas. Hoje, apenas Douglas vive no local junto à esposa e um amigo haitiano que havia chegado há um mês na cidade. Assim, durante este tempo e da proximidade adquirida, os haitianos vão formando suas redes de contato, pois a casa acaba servindo também como ponto de encontro entre eles.

Os entrevistados haitianos não seguem a mesma religião ou frequentam a mesma igreja, alguns são protestantes e outros são católicos, e também não dispõem de tempo durante a semana para ir à igreja devido à carga horária extensa e cansativa de trabalho que seguem na fábrica.

Alexis, que se casou com uma brasileira, afirmou que sua rede de contatos atualmente é composta mais por brasileiros que por haitianos, especialmente no trabalho, e que já se sente integrado no país devido à isto.

Já no Jardim Santiago, bairro próximo ao Novo Horizonte que abriga haitianos e bengaleses, é mais perceptível o processo de re-territorialização dos imigrantes. Neste, há uma mussala, sala de oração dos seguidores do islamismo, religião praticada pelas pessoas de Bangladesh que trabalham na indústria da JBS, que se situa ao lado do bairro.

Como exposto por um bengalês do bairro, apesar de ser utilizada também por pessoas de outras nacionalidades, a mussala é o local onde os imigrantes podem praticar sua religião, utilizar sua língua materna para se comunicar, partilhar de culturas e costumes comuns. Deste modo, eles encontram um espaço que se identificam, se sentem à vontade e que é parte de sua terra natal em um território estrangeiro, como um território inserido em outro. Ele também afirmou que inicialmente não teve uma boa receptividade, mas, com os anos, as pessoas que viviam no bairro foram se acostumando com sua presença e a de seus colegas.

As agentes de saúde da UBS do Jardim Novo Horizonte também afirmaram que no Jardim Santiago é mais perceptível os elos de amizade e de ligação entre os haitianos e entre os bengaleses, a formação territorialidades e a transformação do território, em que se inclui a construção da mussala. Ao mesmo tempo, disseram que a receptividade dos brasileiros não se deu de maneira positiva anteriormente e que a vivência das três nacionalidades no mesmo bairro ainda tem gerado reclamações por parte dos rolandenses.

Por fim, tal fato foi reiterado pela professora entrevistada, ao afirmar que a religião e a frequência ao mesmo templo religioso fortalecem o sentimento de grupo, de solidariedade mútua e de resistência aos diversos problemas que surgem, acelerando o processo de re-territorialização dos indivíduos e dos grupos, algo que se expressa no território, como é perceptível nos jardins Santo Amaro e Santiago.

#### 4.9. O QUE PODERIA SER FEITO

É notável que entre todos os entrevistados há o desejo de trabalhar e prosperar, construindo e alcançando melhores condições de vida para si e para a família, sendo imprescindível maior atenção a estas pessoas para que consigam um

trabalho digno, possam ter acesso à saúde, à informação e à educação e tenham uma assistência às suas necessidades diferenciadas e específicas, principalmente no que se refere às mulheres, que passam por maiores situações de vulnerabilidade.

Como já discutido, as mulheres haitianas têm mais dificuldade no processo de re-territorialização. De acordo com todas as entrevistas – com os profissionais de saúde, educação, voluntários de projetos não governamentais e com os 14 haitianos –, ao chegarem ao Brasil, elas têm mais dificuldade de alcançar o objetivo de conseguir um emprego fixo e remunerado que possibilite sua sobrevivência, algo que demanda quase um ano de buscas e as deixa sem uma autonomia econômica, dependendo de familiares ou do esposo para sobreviver.

Tal situação muito se deve à dificuldade em se comunicar, além do racismo e o machismo institucionais e à xenofobia existente. Depois, quando atingem este objetivo, elas são mais propensas à demissão por licença-maternidade após a gravidez e o nascimento do filho, situação comum entre as haitianas.

A mesma circunstância acontece com o aprendizado da língua portuguesa e, conseqüentemente, na integração com a população cambeense e rolandense. Esta dificuldade acaba impactando negativamente diversas áreas da vida destas mulheres, principalmente na comunicação com os profissionais da saúde, resultando na falta de informação adequada, na ida às UBSs, hospitais e UPAs, o que deve levar também aos altos índices de fecundidade e à dificuldade na realização dos exames de pré-natal das mulheres grávidas.

Após o nascimento do filho e também da chegada de outros vindos do Haiti, estas mulheres acabam sendo responsáveis pela mesma dupla e até tripla jornada de trabalho das mulheres brasileiras, em decorrência da mesma noção cristalizada de que elas são as principais ou únicas responsáveis pelo cuidado da casa, do marido e dos filhos.

Outro elemento é também a falta de sensibilização de muitos profissionais ao atenderem a população haitiana, sem considerar as dificuldades específicas destas pessoas que são provenientes de outro país, com outros sistemas, culturas, crenças e identidades. Sendo, talvez, um dos maiores problemas dos organismos públicos que prestam atendimento à esta comunidade.

Um outro problema é a inexistência de setores e grupos que atendam esta população e outras comunidades migrantes e refugiadas com suas demandas específicas no serviço público com mais proximidade. A Pastoral do Migrante realiza

este serviço, é a principal entidade a que a comunidade haitiana recorre em Cambé, mas sua abrangência não abarca a região visitada na cidade de Rolândia, por exemplo, onde foi possível encontrar mulheres e crianças desassistidas, em situação de vulnerabilidade e correndo riscos diversos.

Uma solução possível seria a criação de um núcleo específico no próprio CRAS para fazer o acompanhamento desta população no dia a dia, percebendo as demandas e fazendo diagnósticos das necessidades em saúde, educação, trabalho, alimentação e buscando, juntamente com as entidades de voluntariado, a solução para estes problemas específicos.

Percebeu-se em Rolândia que alguns dos problemas vivenciados pelas mulheres haitianas acabam sem acompanhamento em virtude dos estabelecimentos governamentais (como o CRAS e UBS) não definirem de quem é a responsabilidade por saná-los. Tal fato acontece com Joan, que necessita de uma assistência contínua e mais estreita por não possuir familiares próximos no Brasil, ser mãe de uma criança pequena, ter problemas de saúde crônicos em decorrência de seu trajeto até o Brasil e das condições de estresse físico e emocional a que foi submetida desde a saída do Haiti.

A articulação da Pastoral do Migrante com o poder público por meio do CRAS, como proposto, poderia ampliar abrangência daquela e possibilitar o deslocamento de membros voluntários para áreas mais próximas à Rolândia, por exemplo, ou se possível, transferir a sede para Cambé, onde estaria próxima da cidade de Londrina e também de Rolândia. Tal vínculo poderia impulsionar a ação da Pastoral, que já oferece grande parte da assistência cotidiana dedicada aos imigrantes e refugiados e que, com auxílio de outras instituições, poderia ofertar um trabalho mais integral de suporte e assistência, principalmente às mulheres no que se refere à difusão de informações.

Uma articulação com os serviços de saúde também poderia ser realizada pelo CRAS e pela Pastoral do Migrante, já que muitas das demandas que a população haitiana possui vêm à tona por meio do atendimento das agentes de saúde e das UBSs, como foi perceptível através das entrevistas e durante a convivência nestes espaços, como o caso de Joan.

Além disso, as aulas de PFOL já ofertadas pela SEED poderiam ser remanejadas para escolas públicas e municipais próximas aos locais em que vivem

as comunidades haitianas, como acontece com as aulas oferecidas pela Pastoral no Jardim Santo Amaro em Cambé.

No caso de Rolândia, existem seis estabelecimentos de educação pública entre os bairros Novo Horizonte e Santiago, e as aulas poderiam ser transferidas do Colégio Estadual Souza Naves, na região central, para a Escola Municipal Maria do Carmo Campos ou para a Escola Municipal Monteiro Lobato. Tal ação poderia ser realizada em conjunto com o projeto *Learning Together*, em que voluntários já oferecem aulas gratuitas de português na igreja católica matriz da cidade, localizada também na região central.

Os horários das aulas de português poderiam ser elaborados de acordo com a disponibilidade da população haitiana e, com junção ao projeto de voluntários, haveria a possibilidade de levar as crianças, que também poderiam ter atendimento e cuidado enquanto as mães, principalmente, participam das aulas. Além disso, a oferta do curso de português em ambiente escolar, ou seja, um ambiente neutro na questão religiosa, possibilitaria a participação de pessoas de religiões diversas.

As sugestões apresentadas apenas abrangem alguns dos problemas e situações apresentados pela população haitiana e por outros profissionais e voluntários através de entrevistas. Outros, como os casos relatados pelas mulheres e relacionados à demora em conseguir um contrato de trabalho, à demissão após a licença-maternidade, e diversos outros já explicitados, dependem de uma transformação conjunta por meio de ações que modifiquem os valores e pensamentos e fortaleçam a empatia, extinguindo o preconceito e o estigma voltados às mulheres que interseccionam, ou não, as identidades: negra, baixa escolaridade, baixa renda, haitiana, não fluente em português, mãe e migrante solo.

Durante as conversas e entrevistas com os participantes de projetos de voluntariado e até com os diversos profissionais, foi possível enxergar tais ações e valores, os quais transformam positivamente as vivências de dezenas de grupos de mulheres, crianças e homens.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação do Brasil na histórica diáspora haitiana pelo mundo se iniciou a partir de 2010 e teve um crescimento amplo até 2016. Ao entrarem no país, estas populações migraram internamente e chegaram em cidades do Paraná, como Rolândia e Cambé, formando grupos e comunidades, construindo novas identidades, criando vínculos e se integrando e transformando o território.

Considera-se que os homens haitianos entrevistados buscaram o Brasil primeiro com o objetivo de garantir a sobrevivência auferindo renda mediante o trabalho a partir de 2012, já que a situação socioeconômica do Haiti não oferecia mais esta possibilidade a eles, enquanto as mulheres passaram a migrar ao Brasil a partir de 2015, quando amigos e conhecidos já estavam no país, a maioria almejando se reunir ao marido e possibilitar, também por meio do trabalho, os meios para a vinda dos filhos que ficaram no Haiti.

Assim, com o presente trabalho objetivou-se compreender o processo de territorialização das mulheres haitianas nas cidades de Cambé-PR e Rolândia-PR, abrangendo quais as políticas e ações tem sido adotadas na sua integração no território, sendo que muitas destas abrangem também os homens, e partindo do pressuposto da existência de histórica segregação e das desigualdades raciais e de gênero existentes no Brasil, preceitos evidenciados pelas Geografias Feministas e pela metodologia feminista seguida neste trabalho, considerando as interseccionalidades e com isto os graus de vulnerabilidade.

Concluiu-se que as mulheres haitianas encontram mais dificuldades para efetivamente participarem do processo de territorialização. Ao observar a comunidade haitiana e conversar com estas pessoas, percebeu-se que grande parte dos homens se encontra integrado socialmente, dentro e fora da comunidade – principalmente no Jardim Santo Amaro –, e nenhum deles almeja emigrar novamente do país ou voltar ao Haiti segundo as entrevistas. Já entre as mulheres, quase metade (42,7%) está insatisfeita e pretende realizar novamente a mobilidade, seja internamente ou externamente, devido ao desemprego (100%), à falta da presença da família (66,6%), e de assistência e acompanhamento aos seus problemas de saúde (33,3%).

Para as mulheres os obstáculos se apresentam inicialmente por não encontrarem emprego devido à resistência dos setores empregatícios em contratar

mulheres negras e também estrangeiras, algo que resulta em outro problema, a dificuldade em se comunicar. Com a demora em encontrar um trabalho, estas mulheres acabam não construindo interações com os brasileiros, e acabam interagindo mais em Créole na comunidade haitiana em que estão inseridas.

A dificuldade com a língua, portanto, se configura em um dos principais problemas neste processo. Não saber a língua do país em que se está inserida resulta em dificuldades no acesso à saúde, na assistência a ser recebida pelos diversos órgãos públicos ou pelas entidades filantrópicas, além da perda de autonomia ao depender da tradução de pessoas que já falam o português para conseguir se comunicar.

A assistência às mulheres e também aos homens neste caso acabam restritas, pois aulas de português ofertadas muitas vezes não consideram a realidade vivida por estas pessoas, não ponderando que tal auxílio deveria ser oferecido nas periferias em que moram a maioria da população haitiana, como acontece em Cambé. Além disso, é imprescindível buscar alternativas para conter ou amenizar a evasão dos alunos, principalmente das mulheres, que acabam mais sobrecarregadas pelo trabalho formal e doméstico quando já estão empregadas.

O segundo problema primordial que se apresentou foi a alta fecundidade entre as mulheres haitianas, algo que notadamente acaba aumentando a situação de vulnerabilidade destas mulheres, principalmente as que não são casadas. Este agravamento da vulnerabilidade, no caso das mulheres solteiras, se deve à ausência de auxílio na criação dos filhos quando necessário, pois estas não têm familiares próximos que possam oferecer ajuda; à necessidade imperial de trabalhar, de se fixar no território e de ter uma vida estável junto à criança, que é a mais prejudicada caso a mãe precise novamente emigrar; à falta de alternativas quando se é demitida e a única a ter uma fonte de renda na família, em decorrência da demora em encontrar novamente outro emprego; à vulnerabilidade das crianças caso a mãe fique doente, algo que pode ocorrer com mais frequência do que entre as brasileiras pelo desconhecimento do sistema de saúde, da língua, pela demora em buscar atendimento, etc.

Desta maneira, é imprescindível que as entidades e centros de apoio e acolhimento às haitianas (e haitianos) considerem e se atentem a este problema, juntamente aos estabelecimentos de saúde, se solidarizando com as realidades vivenciadas pelas mulheres haitianas em situação de vulnerabilidade, algo que

perpassa também pelas questões relatadas de racismo e xenofobia apontados por três participantes, pelas agentes de saúde em Rolândia e pela técnica de enfermagem em Cambé.

A partir destes e outros casos relatados e percebidos nos discursos, é perceptível que ainda falta sensibilização de parte das pessoas que realizam o atendimento às haitianas (e também aos haitianos em alguns casos) nos serviços públicos, sem estigmatizar suas dificuldades e características distintas daquelas existentes entre os brasileiros.

Nos órgãos e entidades que oferecem auxílio humanitário, ficou perceptível que quase a totalidade das pessoas que se mobilizam e se prontificam para ajuda-las (os) são as mulheres brasileiras. Nestes espaços, grande parte ligados aos templos religiosos, os atendimentos e serviços de acolhimento são realizados em um esforço conjunto realizado por brasileiras que buscam acolher e oferecer melhor qualidade de vida às haitianas e haitianos, uma prova de empatia e solidariedade.

Por fim, é notável que entre todos os entrevistados há o desejo de trabalhar e alcançar melhores condições de vida para si e para a família após vivenciarem inúmeras dificuldades, o que a longo prazo pode possibilitar a criação de uma sociedade ainda mais culturalmente rica e plural, algo que perpassa pelo reconhecimento e atenção dados principalmente às mulheres.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACKERLY, Brooke; TRUE, Jacqui. *Doing Feminist Research in Political & Social Science*. 1ª ed. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

ACNUR (Agência da ONU para refugiados). *Protegendo refugiados no Brasil e no mundo*. 2018. Disponível em: <[http://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Protegendo-Refugiados-no-Brasil-e-no-Mundo\\_ACNUR-2018.pdf](http://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Protegendo-Refugiados-no-Brasil-e-no-Mundo_ACNUR-2018.pdf)>. Acesso em: 25 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. *Refugiado ou migrante? A diferença é importante*. 2015. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2015/10/01/refugiado-ou-migrante-o-acnur-incentiva-a-usar-o-termo-correto/>>. Acesso em: 25 ago 2018.

\_\_\_\_\_. *Brasil. Rio é pioneiro em plano de atendimento a refugiados*. 2014. Acesso em: <<https://www.acnur.org/portugues/2014/09/29/rio-e-pioneiro-em-plano-de-atendimento-a-refugiados/>>. Acesso em: 5 jun 2019.

ABIEC – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS EXPORTADORAS DE CARNE. *Estatísticas – Exportações*. Pinheiros, São Paulo, SP, 2010. Disponível em: <[http://www.abiec.com.br/estatisticas\\_relatorios.asp/](http://www.abiec.com.br/estatisticas_relatorios.asp/)>. Acesso em: 5 jul 2019.

ALLEBRANDT, Bruna Letícia; DAMBRÓS, Bibiana Paula; WINCK, Daniela Ries. Estudo sobre uso de métodos contraceptivos e planejamento familiar com imigrantes haitianas. *Anais do SIEP*, 2017. Disponível em: <<https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/siepe/article/view/14059>>. Acesso em: 02 jun. 2019.

ANDRÉ, M. C. *O ser negro: a construção de subjetividades em afro-brasileiros*. 1 ed. Brasília: LGE Editora, 2008.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

BANCO MUNDIAL. *Igualdade de Gênero e Desenvolvimento*. Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2012. Washington D.C: 2011.

BAENINGER, Rosana; MESQUITA, Romeu.B. Integração regional e fronteiras: desafios para a governança das migrações internacionais na América Latina. *Revista Transporte y Territorio*, v.14, p.14-25, 2016.

BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta. Migração em crise: a migração haitiana para o Brasil. In: *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. Belo Horizonte, v. 34, n.1, p. 119-143, 2017.

BALOI, Joshua. *Análise do sistema político da República Democrática do Congo*. Dissertação de Mestrado em Administração Pública e Estudos de Desenvolvimento. Universidade de São Tomas do Moçambique. Moçambique: 2011.

BAPTISTE, Chaneline Jean. *Transição para a vida adulta e migração internacional: O caso dos jovens haitianos na cidade de São Paulo*. Dissertação de mestrado em demografia – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: 2015.

BARANYI, S. Contested statehood and state-building in Haiti. *Revista de Ciência Política*, Santiago, v. 32, n. 3, p. 723-738, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. *Estranhos à nossa porta*. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BECKER, Bertha. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, Bertha; HAESBAERT, Rogério; SILVEIRA, C. (Orgs.). *Abordagens políticas da espacialidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, p.1-21, 1983.

BERNARTTE, Maria de Lourdes, et al. Movimento migratório no sul do Brasil: O caso dos haitianos no oeste catarinense. *Anais do VII seminário sobre desenvolvimento regional*. 2015. Disponível em: <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/viewFile/13398/2564>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

BIROLI, Flávia. O público e o privado. MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política*. São Paulo: Boitempo, 2014.

BONNEIMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Z. (orgs.). *Geografia cultural: Um século*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.

BOSWELL, Christina. European Migration Policies in Flux: Changing Patterns of Inclusion and Exclusion. *Journal of Population Research*, v. 21, n. 2, p. 227-230, 2004

BRANDÃO, Helena Chermont; TAVARES, Natalia Cintra de Oliveira. Mulheres refugiadas no Rio de Janeiro: mercado de trabalho, políticas públicas e reconstrução de vidas. In: FERNANDES, Duval Magalhães; CASTRO, Maria da Consolação Gomes; et al. *Anais do III Seminário de Imigração e Emigração Internacional*; I Seminário do Observatório de Migrações Internacionais do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: PUC Minas, 2018.

BRASIL. Ministério da Justiça. CONARE. *Sistema de refúgio no Brasil*. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <[http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/Sistema\\_de\\_Refugio\\_brasileiro\\_-\\_Refugio\\_em\\_numeros\\_-\\_05\\_05\\_2016.pdf](http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/Sistema_de_Refugio_brasileiro_-_Refugio_em_numeros_-_05_05_2016.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça e Segurança pública. *Refúgio em números e Publicações*. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros>>. Acesso em 3 mai. 2019.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 13.445*, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Brasília, 2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm)>. Acesso em: 15 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 6.815*, de 19 de agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Brasília, 1980. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6815.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6815.htm)>. Acesso em: 15 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 9.474*, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Brasília, 1997. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/)> Acesso em: 15 mar. 2019.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. *Cadernos de pesquisa*, n. 110, p. 67-104, 2000.

CARRANCA, Adriana. Colômbia tem a maior população de deslocados do mundo, por causa dos conflitos. *O Estado de São Paulo*. 12 de set. de 2014. Disponível em: <<https://internacional.estadao.com.br/blogs/adriana-carranca/colombia-tenha-a-maior-populacao-de-deslocados-do-mundo-por-cao-de-conflitos/>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

CARDOSO, Andréia Ribeiro. *Avós no século XXI: mutações e rearranjos na família contemporânea*. Curitiba: Juruá, 2011.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 49-58, 2003.

CASTLES, Stephen; MILLER, Mark. *The age of migration*. 4ª ed. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009.

CASTRO, E. Amazônia: sociedade, fronteiras e políticas. *Caderno CRH*, v.25, n. 64, p. 9-16, 2012.

CAVALCANTI, Leonardo, et al. A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Relatório Anual 2017. *Série Migrações*. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2017.

CHAMPION, Anthony Gerard. *Counterurbanization: the changing pace & nature of population deconcentration*. Londres: Edward Arnold, 1991.

CHELOTTI, Julia de David; RICHTER, Daniela. Sobre vulnerabilidade e inclusão: as políticas de assistência aos refugiados no Brasil e a sua (in)efetividade no que tange às crianças e adolescentes oriundos desses fluxos migratórios. *Revista do XIII Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea*. Santa Cruz do Sul, n. 5, p. 1-20, 2016.

CLAVAL, Paul. *A Geografia Cultural*. Tradução: Luiz Fugazzola Pimenta; Margareth Afeche Pimenta. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

COHEN, Robin. Sólidas, dúcteis e líquidas: noções em mutação de “lar” e “terra natal” nos estudos da diáspora. *Caderno CRH*, Salvador, v.21, n.54, p.519- 532, 2008.

COTINGUIBA, Geraldo Castro; PIMENTEL, Marília Lima. Elementos etnográficos sobre imigração na Amazônia brasileira: inserção social de haitianos em Porto Velho. In: *Temas de antropología y migración*. Buenos Aires, p. 35-53. 2014.

COUNTRY ECONOMY. *Haiti* – Índice de desenvolvimento humano. Disponível em: <<https://pt.countryeconomy.com/demografia/idh/haiti>>. Acesso em: 16 de mai de 2019.

COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica* – Discursos sobre o território e o poder. 2.ed. São Paulo: Editora da USP, 2013.

COUTRIM, Rosa Maria da E. Idosos trabalhadores: perdas e ganhos nas relações intergeracionais. *Sociedade e Estado*. Brasília, v.21, n. 2, p. 367-390, 2006.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, Vol.10, 2002.

CRUZ, Valter do Carmo. Itinerários teóricos sobre a relação entre território e identidade. In: BEZERRA, A. C. A.; et al. (orgs.). *Itinerários geográficos*. Niterói: Editora da UFF, 2007.

CUTTER, Susan L. The forgotten casualties: Women, children, and environmental change. In: *Hazards Vulnerability and Environmental Justice*. New York: Earthscan, 2006.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil Platôs. *Capitalismo e Esquizofrenia*. Vol. 5. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

DEMATTEIS, Giuseppe. Sistema local territorial (Slot): um instrumento para representar, ler e transformar o território. In: ALVES, A.; CANDIOTTO, L.; CARRIJO, B. (Orgs.). *Desenvolvimento territorial e Agroecologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 33-46.

FARIA, Andressa Virgínia de. Os haitianos e o refúgio ambiental. In: BAENINGER, Rosana et al (Org.). *Imigração haitiana no Brasil*. Jundiaí, Paco editorial, 2016.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 273-302.

FIGUEIREDO, Euridice. O Haiti: história, literatura, cultura. *Revista Brasileira do Caribe*, Goiânia, v. 6, n. 12, 2006.

FRANCE PRESSE. Conheça os principais episódios da crise migratória na Europa. *Globo*. 24 de jun. de 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/conheca-os-principais-episodios-da-crise-migratoria-na-europa.ghtml>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro*. Modernidade e dupla consciência. São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GOFFMAN, Erving. *Estigma*: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 3ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização*: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. et al. (orgs). *Geografia: conceitos e temas*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HÄGERSTRAND, Torsten. Space, time and human conditions. In KARLQVIST, Anders; LUNDQVIST, Lars; SNICKARS, Folke. *Dynamic allocation of urban space*. Lexington, MA: Lexington Books, 1975.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 6. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HANDERSON, Joseph. *Diáspora*: Sentidos sociais e mobilidades haitianas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 21, n. 43, p. 51-78, 2015.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

HOGAN, Daniel Joseph. Mobilidade populacional e meio ambiente. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 15, n. 2, 1998.

HOOKS, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 16, Brasília, p. 193-210, 2015.

\_\_\_\_\_. *Feminist theory: from margin to center*. Cambridge: South End, 2000.

HOLCK, Susan E.; CATES, Willard. Fertility and Population Dynamics in Two Kampuchean Refugee Camps. In: *Studies in Family Planning*, v. 13, n. 4, p. 118-124, 1982.

IDOETA, Paula Adamo. De onde vêm as pessoas que pedem refúgio no Brasil - e qual a situação em seus países? *BBC News*, São Paulo, 21 maio de 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-44177606>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

IPARDES. Caderno estatístico – Município de Cambé. 2019. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=86180>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. Caderno estatístico – Município de Rolândia. 2019. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=86600>>. Acesso em: 15 jul. 2019

JAGER, Jill. *How much more can earth take?* Canadá: Haus Publishing, 2009.

JEAN BAPTISTE, Marc Donald. *O Haiti está aqui: uma análise da compreensão dos imigrantes haitianos sobre a política social no Brasil*. 2018. 201 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

JOHNSTON, Ron. *City and Society. An outline for urban Geography*. Middlesex: Penquin Books, 1980.

JUSBRASIL. *Unidade da JBS em Rolândia é interditada por falta de segurança*. 2015. Disponível em: <<https://pndt.jusbrasil.com.br/noticias/218369978/unidade-da-jbs-em-rolandia-e-interditada-por-falta-de-seguranca>>. Acesso em: 11 jul. 2019.

KATZMAN, Rubén, FIGUEIRA, Carlos. *Marco Conceptual sobre activos, vulnerabilidade y estructura de oportunidades*. CEPAL: Montevideo, 1999.

KING, Russel. Geography and Migration Studies: Retrospect and Prospect. In: *Population, Space and Place*. London, v. 18, p. 134-153. 2012.

KING, Russel; SKELDON, Ronald. 'Mind the gap!' Integrating approaches to internal and international migration. In: *Journal of Ethnic and Migration Studies*. London, v. 36, p. 1619–1646, 2010.

LEE, Everet S. Uma teoria sobre a migração. In: Hélio A. de Moura(coord.). *Migração interna: textos selecionados*, Fortaleza, BNB/Etene, vol. 1, p. 89-114, 1980.

LUGONES, María. Colonialidad y género: hacia un feminismo descolonial. In: MIGNOLO, Walter (Org.). *Género y descolonialidad*. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2008, p. 13-42.

LUSSI, Carmem; MARINUCCI, Roberto. *Vulnerabilidade Social em contexto migratório*. 2018. Disponível em: <[https://www.csem.org.br/wp-content/uploads/2018/08/vulnerabilidades\\_dos\\_migrantes.pdf](https://www.csem.org.br/wp-content/uploads/2018/08/vulnerabilidades_dos_migrantes.pdf)>. Acesso em: 20 de nov de 2018.

MACHADO, Lia Osório. Limites, fronteiras e redes. In: STROHAECKER, T. M.; (et al.) (orgs.). *Fronteiras e espaço global*. Porto Alegre, AGB.

MACHADO, Cecília; NETO, Valdemar Pinho. The Labor Market Effects of Maternity Leave Extension. In: *Economic and Behavioral Effects of Safety Net Programs*. Tese de Doutorado em Economia. Fundação Getúlio Vargas – Escola de Pós Graduação em Economia, São Paulo: 2018.

MAHLER, Sarah J. PESSAR, Patricia R. Gendered geographies of power: analyzing gender across transnational spaces. In: *Identities*, v. 7, p 441–459, 2010.

MAMED, Letícia Helena. Haitianos no Brasil: da entrada indocumentada pela Amazônia à inserção precarizada no mercado laboral. In: *Argumentum*, v. 8, n. 3, p. 78-90, 2016.

MAMED, Letícia Helena; LIMA, Eurenice O. Movimento de trabalhadores haitianos para o Brasil nos últimos cinco anos: a rota de acesso pela Amazônia Sul Ocidental e o acampamento público de imigrantes do Acre. In: BAENINGER, Rosana. et al. (Orgs.). *Imigração Haitiana no Brasil*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016.

MÁRMORA, Lélío. *Relatório do Seminário Migrações: Exclusão ou Cidadania?* Brasília: 2003. Disponível em: <<http://www.migrante.org.br/index.php/migrantes2/188-relatorio-do-seminariomigracoes-exclusao-ou-cidadania>>. Acesso em: 18 nov 2018.

MARTINS, José Renato V. (org.). *A diáspora haitiana: da utopia à realidade*. Foz do Iguaçu: Gráfica Grapel, 2014.

MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MATUOKA, Ingrid. A solidariedade antirracista é o maior medo da supremacia branca. *Carta Capital: Sociedade – Militância Asiática*. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/201ca-solidariedade-antirracista-e-o-maior-medo-da-supremacia-branca201d>>. Acesso em: 30 de jun 2018.

MCDOWELL, Linda. Doing gender: feminism, feminists and research methods in human geography. In: *Transactions of the institute of British geographers*, v.17, n.4, p. 399-416, 1992.

MCGINN, Therese. Saúde Reprodutiva de Populações Influenciadas Pela Guerra: O Que Sabemos? In: *Perpectivas Internacionais de Planejamento Familiar*, volume especial, p. 30-37, 2001.

MEDEIROS, Marcelo; PINHEIRO, Luana Simões. Desigualdades de Gênero em tempo de trabalho pago e não pago no Brasil. *Sociedade e Estado*, v. 33, n. 1, p. 161-188, 2018.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2009.

MEJIA, Margarita Rosa; CAZAROTTO, Rosmari T. O papel das mulheres imigrantes na família transnacional que mobiliza a migração haitiana no Brasil. *Revista Pós Ciências Sociais*. V.14, n. 17, São Luís: 2017. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/6452>>. Acesso em: 24 ago. 2018.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. Política (e ação) pública, território e o papel da geografia. In: *Revista da ANPEGE*, v.7, n.1, p.11-19, 2011.

MENDONÇA, Heloísa. O “monstro da xenofobia” ronda a porta de entrada de venezuelanos no Brasil. *El País*. 27 de ago. de 2018. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/17/politica/1534459908\\_846691.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/17/politica/1534459908_846691.html)>. Acesso em: 10 jan. 2019.

MENEZES, Leilane; ESTRELA, Igo. Órfãs de terra-mãe: A saga das mulheres venezuelanas refugiadas no Brasil. *Metrópoles*. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/materias-especiais/a-saga-das-mulheres-venezuelanas-refugiadas-no-brasil>>. Acesso em 6. dez 2018.

MILES, Rosita; CARLET, Flávia. *Refugiados e Políticas Públicas: pela solidariedade, contra a exploração*. 2006. Disponível em: <[www.migrante.org.br/refugiados\\_e\\_politicas\\_publicasout06.doc](http://www.migrante.org.br/refugiados_e_politicas_publicasout06.doc)>. Acesso em 10 jul. 2019.

MONK, Janice; HANSON, Susan. Não excluam metade da humanidade da geografia humana. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio José. *Geografias feministas e das Sexualidades: encontros e diferenças*. Ponta Grossa: Todapalavra, 2016.

MORALES, Ofelia Woo. La migración de las mujeres: um proyecto individual o familiar? In: *REHMU- Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*. Ano XV, n. 29, 2007.

NELI, M. A.; NAVARRO, V. L. Reestruturação produtiva e saúde do trabalhador na agroindústria avícola no Brasil. In: ANTUNES, R. (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II*. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. As relações sociais de Gênero no trabalho e na reprodução. *Aurora*, ano IV, n. 6, 2010.

NUSSBAUM, Martha C. Capacidades e justiça social. DINIZ, D; MEDEIROS, M; BARBOSA, L; (orgs.). *Deficiência e igualdade*. Brasília: UNB, p. 21-42, 2010.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA MIGRAÇÃO (OIM). Projeto “Estudos sobre a migração haitiana ao Brasil e diálogo bilateral”: relatório final. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <<https://obs.org.br/cooperacao/746-projeto-estudos-sobre-a-migracao-haitiana-ao-brasil-e-dialogo-bilateral>>. Acesso em: 11 mai. 2019.

OLIVEIRA, R. B. Terremoto no Haiti: Lições de uma catástrofe. *Jornal Brasileiro de Nefrologia*, São Paulo, v.32, n.3, p 225-226, 2010.

ONU BRASIL. *Mais de 160 países adotam Pacto Global para a Migração*. 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/mais-de-160-paises-adotam-pacto-global-para-a-migracao/>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

ONU diz que crise migratória na Venezuela já está quase no nível de fluxo de refugiados no Mediterrâneo. *BBC*. BBC News, São Paulo, 25 de ago. de 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45307311>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

PARANÁ. Assembleia Legislativa. *Projeto de Lei nº 506/2014*. Criação do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná. 2014. Disponível em: <<http://www.alep.pr.gov.br/web/baixarArquivo.php?id=51952&tipo=l>>. Acesso em: 11 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto Estadual nº 4289, de 05 de abril de 2012. Institui o Comitê Estadual para Refugiados e Migrantes no Estado do Paraná. *Diário Oficial do Estado*, Curitiba, 05 abr. 2012. Disponível em: <<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=157623&indice=1&totalRegistros=1>>. Acesso em: 11 jul. 2019.

PERES, Roberta Guimarães; BAENINGER, Rosana. Migração Feminina: um debate teórico e metodológico no âmbito dos estudos de gênero. *Anais do XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, 2012. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1982/1940>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

PIPPER, Nicola. Gender and Migration. *Global Commission in International Migration*. 2005.

POUPART, Jean. A entrevista do tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

RAMACHANDRAN, Vijaya; WALZ, Julie. Haiti: Where Has All the Money Gone? *Journal of Haitian Studies*. v.21. n.10, p.13-53, 2015.

RAMOS, N. Gênero, identidade e maternidade na diáspora. In: *A Vez e a Voz da Mulher: Relações e Migrações. Anais do VI Congresso Internacional: A Vez e a Voz da Mulher*. Ponta Delgada, Portugal: 2014, p: 285.

REGIS, Lourdy. *Acesso e acolhimento das mulheres haitianas nos serviços públicos de saúde de Cascavel/PR*. Trabalho de Conclusão do Curso de Saúde Coletiva. UNILA: Foz do Iguaçu, 2018.

RENAUD, P. (et al.). Control, adapt or flee: how to face environmental migration? Germany: UN Campus, 2007.

RESERVE, R. Haiti: cuando el pasado es demasiado pesado. *Revista de ciência política*, Santiago, v.33, n.1, p.225-245, 2013.

RFI. Êxodo de venezuelanos já é maior que número de refugiados que tentam chegar à Europa. *Globo*. 23 de ago. de 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/08/23/exodo-de-venezuelanos-ja-e-maior-que-numero-de-refugiados-que-tentam-chegar-a-europa.ghtml>>. Acesso em: 10 de jan. de 2019.

RODRIGUES, Gilberto M. A.; SALA, José Blanes; SIQUEIRA, Débora Correia. Refugiados sírios no Brasil: Políticas de proteção e integração. In: BAENINGER, Rosana et al. (orgs). *Migrações Sul-Sul*. 2ª ed. Campinas: NEPO – Unicamp, 2018.

RPC. Norte e Noroeste. *Prefeito de Rolândia, esposa, ex-secretária de Saúde e ex-procurador do município são denunciados pelo MP por improbidade administrativa*. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2019/07/08/prefeito-de-rolandia-esposa-secretaria-de-saude-e-procurador-do-municipio-sao-denunciados-pelo-mp-por-improbidade-administrativa.ghtml>>. Acesso em: 5 jun. 2019.

RUCKERT, Aldomar A. Reforma do Estado, reestruturações territoriais, desenvolvimento e novas territorialidades. HEIDRICH, Álvaro L.; et al. (orgs.). *A emergência da multiterritorialidade – A resignificação da relação do humano com o espaço*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

RUMBAUT, Ruben, G; WEEKS, John R. Fertility and Adaptation: Indochinese Refugees in the United States. *International Migration Review*, v. 20, n. 2, p. 428-466, 1986.

DE SÁ, Patricia Rodrigues Costa. Uma curva para o sul: o Brasil na diáspora haitiana. *Fluxos migratórios e refugiados na atualidade*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer Stiftung, 2017.

SAMORA, Daniele Teresa. *Um recorte do discurso midiático sobre o processo de imigração Haitiana na Amazônia: uma análise das regularidades discursivas*. Dissertação de Mestrado do programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), Fundação Universidade Federal de Rondônia-UNIR, 110 f. Porto Velho, 2015.

SANCHEZ, Joan-Eugeni. *La geografía y el espacio social del poder*. 1ª ed. Barcelona: Romanyá Valls, 1981.

SANTOS, Aline Lima; ROSSINI, Rosa Ester. Reflexões Geográficas sobre migrações, desenvolvimento e gênero no Brasil. BAENINGER, Rosana; et al. (org.). *Migrações Sul-Sul*. 2ª ed. Campinas-SP: Nepo/Unicamp, 2018.

SANTOS, Gislaine Aparecida. Redes e fronteiras: O caso da migração de sul- Catarinenses para os EUA. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz, et al. (orgs.). *A emergência da multiterritorialidade – A resignificação da relação do humano com o espaço*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 85-100, 2008.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia Crítica*. 6ª ed. São Paulo: EdUSP, 2004.

\_\_\_\_\_. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 19ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SARGENT, Carolyn; LARCHANCHÉ, Stéphanie. Transnational migration and global health: the production and management of risk, illness, and access to care. *Annual Review of Anthropology*, n.40, p.345-361. 2011.

SASSEN, Saskia. Women's burden: counter-geographies of globalization and the feminization of survival. In: *Journal of International Affairs*. v. 53, p. 503–524. 2000.

SAYAD, Abdelmalek. *Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções de território*. 1ª ed. São Paulo: Expressão popular, 2007.

SCHIERUP, Carl-Ulrik, ALUND, Aleksandra, LIKIC-BRBORIC, Branka. Migration, Precarization and the demographic deficit in global governance. *International Migration*, v.53, n. 3, p.50-63, 2014.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Vol. 20, p. 71-99. 2015.

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA. *Refúgio em números – 3ª ed.* 2018. Disponível em: <[http://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/04/refugio-em-numeros\\_1104.pdf](http://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/04/refugio-em-numeros_1104.pdf)>. Acesso em 25 ago. 2018.

SELEME, Kathy. Taxa de natalidade de refugiados sírios no Líbano dispara em meio à pobreza. *UOL notícias*. 16 set 2016. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2016/09/16/taxa-de-natalidade-de-refugiados-sirios-no-libano-dispara-em-meio-a-pobreza.htm>>. Acesso em 20 mai. 2019.

SILVA, João Carlos J. Uma política migratória reativa e inadequada – A migração venezuelana para o Brasil e a resolução n. 126 do CNlg. In: BAENINGER, Rosana et al (orgs.). *Migrações Sul-Sul*. 2ª ed. Campinas: NEPO – Unicamp, 2018

SILVA, Joseli Maria. Fazendo geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades. In: *Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades*. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

\_\_\_\_\_. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. *Espaço e Cultura*. V.1. n. 27, p. 37-54, 2010.

SILVA, Sidney Antônio da. Fronteira amazônica: passagem obrigatória para haitianos? In: *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*. v. 23, n 44, p. 119-134, 2015.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Márcio José; CHIMIN JR, Alides Baptista. Geografias feministas e o pensamento decolonial: a potência de um diálogo. In: *Diálogos Ibero-latino-americanos sobre geografias feministas e das sexualidades*. Ponta Grossa: Todapalavra, 2017.

SILVA, Joseli Maria; SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento. Introduzindo as interseccionalidades como um desafio para a análise espacial no Brasil: Em direção às pluriversalidades do saber geográfico. In: *Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial*. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011.

SILVEIRA, Maria Laura. Ao território usado à palavra: pensando princípios de solidariedade socioespacial. In: VIANA, Ana Luísa D'ávila; IBAÑEZ, Nelson; ELIAS, Eduardo M. (orgs.). *Saúde, desenvolvimento e território*. São Paulo: Hucitec, p. 127-150, 2009.

SIMÕES, Gustavo da Frota. A migração venezuelana para o Brasil e as ações desenvolvidas pela CSVN/UFRR em Roraima. BAENINGER, Rosana, et al. (org.). *Migrações Sul-Sul*. 2ª ed. Campinas-SP: Nepo/Unicamp, 2018.

SINGER, Paul. Economia Política da Urbanização. 14ª ed. São Paulo: Contexto, p.1998.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto L. *Geografia: Conceitos e Temas*. 15ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

UNHCR. *Global Trends: Forced Displacement in 2017*. 2018. Disponível em: <[https://www.unhcr.org/5b27be547#\\_ga=2.173323619.1796462470.1550514952-235204425.1535396561](https://www.unhcr.org/5b27be547#_ga=2.173323619.1796462470.1550514952-235204425.1535396561)>. Acesso em: 05 de fev de 2019.

UN WOMEN. *Progress of the World's Women 2015 - 2016: Transforming Economies, Realizing Rights*. Publicado em 2015. Disponível em: <<http://progress.unwomen.org/en/2015/>>. Acesso em 20 abr. 2019.

VALENTINE, Gill. Theorizing and researching intersectionality: a challenge for feminist geography. *The Professional Geographer*, v. 59, n. 1, p. 10-21, 2007.

VERWIMP, Philip; BAVEL, Jan Van. Child Survival and Fertility of Refugees in Rwanda. *European Journal of Population*, v. 21, n. 2, p. 271-290, 2005.

WARNER, K. Environmental change and migration: governance challenges. In: *Global Environmental Change*, Inglaterra, v.20, p.402-413, 2010.

WEEKS, John R.; et al. High Fertility Among Indochinese Refugees. In: *Public Health Reports*, v. 104, n. 2, p. 140-150, 1989.

WILLIAMS, Jill, et al. Convergence in fertility of South Africans and Mozambicans in rural South Africa, 1993–2009. In: *Global Health Action*, v.6, n. 1, p. 20-26.

WOODWARD, Kaathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In. SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

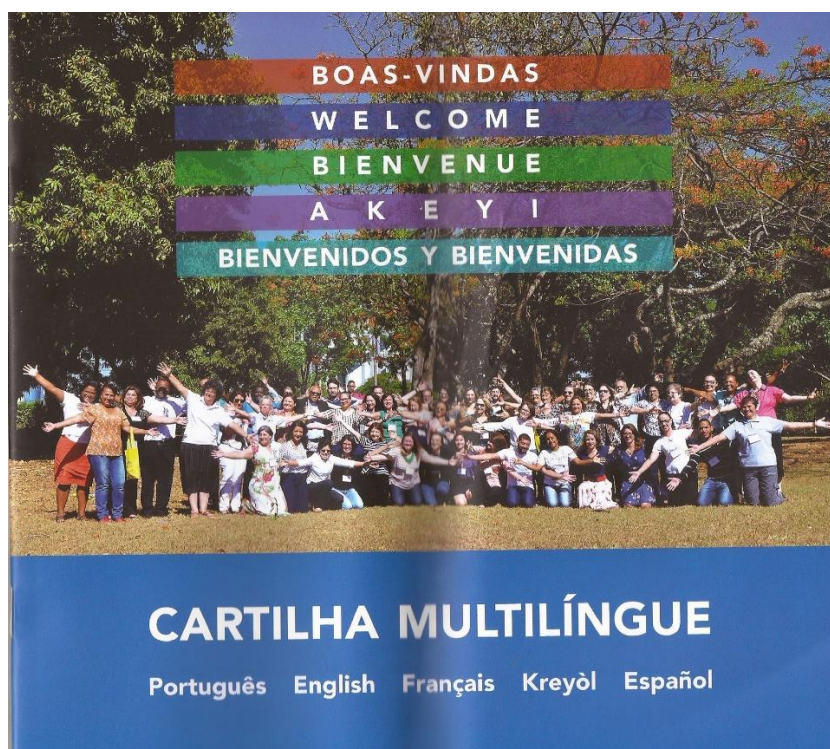
### APÊNDICE A – Perfil dos entrevistados

| Entrevistadas (os) | Idade | Estado Civil  | Escolaridade             | Cidade em que vivia            | Cidade atual | Ano em que deixou o Haiti | Ano chegada ao Brasil | Profissão no Haiti       | Profissão atual                              |
|--------------------|-------|---------------|--------------------------|--------------------------------|--------------|---------------------------|-----------------------|--------------------------|--|
| Bell*              | 25    | Solteira      | Ensino médio incompleto  | Cabo Haitiano                  | Cambé        | 2011                      | 2015                  | Estudante/Comerciante    | Desempregada (era camareira)                 |
| Angela*            | 35    | Casada        | Fundamental I            | Marchand Dessalines            | Cambé        | 2011                      | 2015                  | Dona de casa/Comerciante | Camareira                                    |
| Hooks*             | 30    | Divorciada    | Fundamental II           | Marchand Dessalines            | Cambé        | 2017                      | 2017                  | Tutora Infantil          | Camareira                                    |
| Chimamanda*        | 40    | Casada        | Fundamental I incompleto | Petite Rivière de l'Artibonite | Cambé        | 2015                      | 2015                  | Agricultora              | Recicladora em cooperat.                     |
| Ngozi*             | 38    | Casada        | Fundamental I            | Verettes                       | Cambé        | 2017                      | 2017                  | Agricultora              | Desempregada                                 |
| Joan*              | 45    | Solteira      | Fundamental I Incompleto | Croix-des-Bouquets             | Rolândia     | 2014                      | 2015                  | Comerciante              | Desempregada                                 |
| Adichie            | 21    | Casada        | Ensino Médio incompleto  | Grand Goave                    | Rolândia     | 2018                      | 2018                  | Dona de casa             | Dona de casa                                 |
| Louis*             | 42    | Casado        | Não Alfabetizado         | Marchand Dessalines            | Cambé        | 2010                      | 2012                  | Comerciante              | Jardineiro                                   |
| Jean*              | **    | Casado        | Não Alfabetizado         | Petite Rivière de l'Artibonite | Cambé        | 2011                      | 2013                  | Agricultor               | Auxiliar de Obras                            |
| Henrique*          | 28    | Casado        | Fundamental II           | Fort Liberte                   | Cambé        | 2013                      | 2014                  | Comerciante              | Operador de Maquinas                         |
| Frederick*         | 43    | Casado        | Fundamental I incompleto | **                             | Cambé        | 2011                      | 2014                  | Agricultor               | Desempregado (era empacotador)               |
| Felix*             | 27    | Solteiro      | Ensino médio completo    | Ile de la Tortuga              | Cambé        | 2015                      | 2017                  | Comerciante              | Comerciante                                  |
| Douglas*           | 24    | União Estável | Fundamental II           | Porto Príncipe                 | Rolândia     | 2014                      | 2015                  | Serviços Gerais          | Operacional - Abatedouro de Aves             |
| Alexis*            | 35    | Casado        | Fundamental II           | Croix-des-Bouquets             | Rolândia     | 2013                      | 2014                  | Pedreiro                 | Operador de máquinas - alimentos processados |

Fonte: Entrevistas realizadas com haitianos residentes em Cambé (PR) e Rolândia (PR). Out/Nov. 2018 e Mai. 2019. \*Os nomes dos (as) participantes foram trocados para preservar suas identidades. \*\*Sem informações. Elaboração e organização: Jéssica C. Pizaia

## ANEXO A

Cartilha multilíngue entregue a imigrantes e refugiados elaborado pelo IMDH





| PORTUGUÊS                  | ENGLISH   | FRANÇAIS                        | KREYÒL                                  | ESPAÑOL                              |
|----------------------------|---|---------------------------------|---|--------------------------------------|
| Perguntas Comuns           | Common Questions                                  | Questions Courantes             | Kesyon Moun<br>Toujou Genyen            | Preguntas comunes                    |
| Como vai?                  | How are you?                                      | Comment tu vas?                 | Kòman ou ye?                            | ¿Cómo Usted está?                    |
| Tudo bem?                  | How are you doing?                                | Ça va bien?                     | Èske ou anfòm?                          | ¿Qué tal?                            |
| Como é seu nome?           | What is your name?                                | Comment tu t'appelle?           | Kòman ou rele?                          | ¿Cómo se llama?                      |
| E você?                    | And you?  | Et toi?                         | E ou menm?                              | ¿Y usted?                            |
| Qual o nome disso?         | What is the name of this?                         | Quel est le nom de cette chose? | Kòman sa rele?                          | ¿Cómo se llama esto?                 |
| Qual a sua nacionalidade?  | What is your nationality?                         | Quelle est ta nationalité?      | Ki nasyonalitye ou?                     | ¿Cuál es su nacionalidad?            |
| Você é de onde?            | Where are you from?                               | D'ou es-tu?                     | Nan ki peyi (ki kote) ou soti?          | ¿De donde es?                        |
| Qual o nome da sua cidade? | What is the name of the city where you come from? | Quelle est le nome de ta ville? | Kòman yo rele vil ou soti a...          | ¿Cómo se llama su ciudad?            |
| Você fala quais línguas?   | Which languages do you speak?                     | Quelles langues parles-tu?      | Ki lang ou pale?                        | ¿Qué idiomas habla?                  |
| Qual a sua idade?          | How old are you?                                  | Quel age as-tu?                 | Ki laj ou?                              | ¿Cuántos años tiene?                 |
| Qual o preço da passagem?  | How much is the ticket?                           | Quel est le prix du billet?     | Ki pri (tikè a)?                        | ¿Cuánto cuesta el pasaje?            |
| O que você sabe fazer?     | What can you do?                                  | Que pouvez-vous faire?          | Ki sa wkonn fè?                         | ¿Qué sabe hacer?                     |
| Quanto custa por minuto?   | How much is it per minute?                        | Combien est-ce par minute?      | Konben li koute pa minit?               | ¿Cuánto cuesta por minuto?           |
| Onde posso pegar o ônibus? | Where can I take (the bus)?                       | Où puis-je prendre (le bus)?    | Ki kote mwen ka pran (otobis la)?       | ¿Dónde puedo tomar/coger um autobús? |
| Aceita?                    | Do you accept?                                    | Acceptes-tu?                    | Ou vle? (pou ofri dlò, kafe, elatriye.) | ¿Acepta?                             |

PORTUGUÊS • ENGLISH • FRANÇAIS • KREYÒL • ESPAÑOL

## ANEXO B

### Guia de informações sobre trabalho e emprego distribuída a haitianos



### 1. INTRODUÇÃO

A Constituição Brasileira garante aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, à propriedade e a todos os demais direitos, como previsto no Art. 5º.

Esperamos que você possa se sentir bem no Brasil e, com a ajuda das orientações constantes nesta publicação, você tenha as informações básicas para suas relações de trabalho, emprego e direitos sociais. Desejamos ajudá-lo no que for possível. E queremos também a sua ajuda.

O trabalho no Brasil é regulado pela Constituição Federal, pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e por diversas outras leis. A CLT prevê e assegura direitos básicos a todos os trabalhadores, os quais podem ser ampliados pelos acordos celebrados pelos Sindicatos. Por isso, informe-se bem sobre seus direitos.

### 2. O QUE DEVO SABER QUANDO VOU COMEÇAR A TRABALHAR?

#### 2.1 - Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)

A Carteira de Trabalho é um documento muito importante no qual se registra sua vida como trabalhador, além de servir também como documento de identidade.

Em cada emprego que você passar ao longo dos anos, o empregador deve anotar os seguintes dados: data de admissão, data de saída, salário inicial e seus aumentos, função, férias, benefícios previdenciários, contribuições sindicais, dentre outros itens muito valiosos para você. A Carteira também garante alguns dos principais direitos trabalhistas, como o seguro-desemprego.

Quando você entrega a Carteira de Trabalho ao empregador para assinar, o empregador tem 48 horas para devolver o documento.

A Carteira de Trabalho é muito importante! Não deixe que ela se estrague, rasgue, molhe ou que seja rasurada e riscada. É proibido trocar a fotografia ou alterar anotações na carteira de trabalho.

Para tirar a carteira de trabalho é preciso:

- Documento de identidade do Brasil (Carteira de Estrangeiro ou Protocolo);
- CPF;
- Comprovante de endereço;
- Duas fotos 3x4 (caso a emissão da Carteira de Trabalho seja manual).

#### 2.2 - Tipos de contrato de trabalho

Quando você começa a trabalhar, seu contrato de trabalho pode ser por prazo **indeterminado** (sem data prevista para terminar) ou por prazo **determinado** (com data prevista para terminar). A regra geral é o contrato de trabalho por prazo indeterminado.

**Observação:** Se você trabalha na construção civil, podem contratá-lo por uma obra certa ao invés de por prazo determinado. Por exemplo, o contrato pode estar delimitado até o término da construção de uma casa ou da obra, sem considerar o tempo que isso vai levar. O tempo máximo desse tipo de contrato é de 6 meses; depois de 6 meses, é considerado um contrato normal como qualquer outro. Mesmo trabalhando por obra, você tem todos os direitos e benefícios garantidos.

Quando você começa a trabalhar, o empregador pode utilizar-se de um "**contrato de experiência**" para avaliar seu desempenho.

Enquanto você está com o contrato de experiência, tem todos os direitos como trabalhador, e o empregador deve assinar sua carteira de trabalho.

Português

---

### 1. ENTWODIKSYON

Konstitisyon Brezil la bay garanti pou tout brezilyen ak tout etranje k ap viv nan peyi a gen dwa lavi, libète, egalite, sekirite ak pwopriyete e tout lòt dwa yo anklè jan nou wè l nan Atik 5.

Nou swete ou santi w byen nan Brezil epi avèk èd tout oriyantasyon nan piblikasyon sa a, ou kapab genyen tout enfòmasyon esansyèl pou relasyon ou nan travay la, anplwa avèk tout dwa sosyal yo. Nou vle ede w nan tout mwayen posib. Epi nou vle èd ou tou.

Travay nan Brezil regilize pa Konstitisyon Federal la, pa Konsolidasyon Lwa Travayè yo (CLT) avèk lòt lwa anklè. CLT a prevwa epi li asire dwa esansyèl pou tout travayè yo. Sèndika yo kapab negosye pou elaji dwa sa yo. Poutèt sa, li enpòtan pou w pran yon bon enfòmasyon sou tout dwa ou genyen.

### 2. SA OU DWE KONNEN LÈ OU PRAL KOMANSE TRAVAY ?

#### 2.1 - Kanè travay la (carteira de trabalho)

Kanè travay la se yon dokiman ki enpòtan anpil. Se ladan li yo anrejistre lavi w kòm travayè e li kapab sèvi w tou tankou yon pyès idantite.

Men kisa ou sipoze ekri ladan li, pou chak djòb kote ou te travay: dat ou te komanse travay, dat ou te sispann travay, salè w lè ou te komanse travay la epi ogmantasyon nan salè w, kisa ou t ap fè (fonksyon ou) nan travay la, jou vakans ou, benefis yo, kòb yo retire pou sèndika, elatriye. Kanè travay la garanti tou kèk dwa prensipal travayè yo, tankou asirans chomaj.

Lè w bay patwon an kanè travay ou a pou li siyen li, patwon an gen 48 èdtan (2 jou) pou remèt ou li.

Kanè travay la enpòtan anpil! Pa kite li chire, mouye, sal, elatriye. Ou pa gen dwa chanje foto nan kanè a, ni chanje sa k ekri ladan li.

Pou fè yon kanè travay, w ap bezwen

- Yon pyès idantite brezilyen (kanè idantite etranje oubyen pwotokòl);
- CPF;
- Yon dokiman ki pwouve adrès kote ou rete.
- 2 bout foto (3x4).

#### 2.2 - Tip kontra travay yo

Lè w komanse travay, kontra a ka pa gen yon tan fiks (san dat fen kontra a) oubyen genyen yon dat fiks (dat lè kontra a ap fini). Règ jeneral la se kontra travay ki pa gen dat fiks pou li fini.

**Obsèvasyon:** Si ou travay nan konstriksyon sivil, patwon an kapab aplwaye w pou yon chantye e pa pou yon dat fiks. Pa egzanp, kontra valab jouk lè konstriksyon yon kay oubyen yon batiman fini, san nou pa konnen konbyen tan li ap pran. Tan maksimòm pou kontra sa a se 6 (sis) mwa. Apre 6 mwa sa yo, kontra a tounen yon kontra nòmal tankou tout lòt yo. Menm si w ap travay ak yon kontra pou yon chantye, dwa e benefis pa ou yo garanti.

Lè ou pral komanse travay yon kote, yo ka ba w yon "kontra eksperyans" (kontrato de experiéncia). Sa vle di, yo ba w yon ti tan pou wè si ou fè travay la byen, avan yo kenbe w kòm aplwaye pèmanan nan konpayi a.

Pandan ou sou kontra eksperyans, ou gen tout dwa ou antanke travayè, epi patwon an dwe siyen kanè travay ou a.

Pi plis tan yo ka fè ou travay sou kontra eksperyans se 90 jou. Konpayi mèt ba ou kontra eksperyans pou mwens tan

Crêyòl